UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ORIENTAIS

CAROLINA RAMOS DE SOUZA

Napoleão Bonaparte entre russos e luso-brasileiros: o estudo comparado de sua representação em *Guerra e Paz* e na *Gazeta* do Rio de Janeiro

SÃO PAULO

2016

CAROLINA RAMOS DE SOUZA

Napoleão Bonaparte entre russos e luso-brasileiros: o estudo comparado de sua representação em *Guerra e Paz* e na *Gazeta do Rio de Janeiro*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Literatura Russa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Literatura e Cultura Russa.

Orientadora: Profª. Dra. Elena Vássina

SÃO PAULO

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S719n

Souza, Carolina Ramos de
Napoleão Bonaparte entre russos e luso-brasileiros: o estudo comparado de sua representação em Guerra e Paz e na Gazeta do Rio de Janeiro / Carolina Ramos de Souza ; orientador Elena Vássina. - São Paulo, 2016.
151 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Orientais. Área de concentração: Literatura e Cultura Russa.

1. LITERATURA RUSSA. 2. HISTÓRIA. 3. ESTUDOS COMPARADOS. I. Vássina, Elena, orient. II. Título.

CAROLINA RAMOS DE SOUZA

Napoleão Bonaparte entre russos e luso-brasileiros: o estudo comparado de sua representação em *Guerra e Paz* e na *Gazeta do Rio de Janeiro*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Russa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Literatura e Cultura Russa.

Orientadora: Profª. Dra. Elena Vássina

SÃO PAULO

2016

Nome: SOUZA, Carolina Ramos de.

Título: Napoleão Bonaparte entre russos e luso-brasileiros: o estudo comparado de sua representação em *Guerra e Paz* e na *Gazeta do Rio de Janeiro.*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Russa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Literatura e Cultura Russa.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Bruno Barreto Gomide Instituição:

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Sérgio Ricardo da Mata Instituição:

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª. Dra. Elena Vássina Instituição:

Julgamento: _____ Assinatura: _____

SÃO PAULO

2016

Aos meus pais,

à minha irmã

e ao João.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profª. Dra. Elena Vássina, pela atenção e dedicação. Sua orientação foi preciosa para o desenvolvimento e conclusão desta dissertação e para minha formação, mas, principalmente, muito obrigada pela confiança no meu trabalho.

Ao Prof. Dr. Bruno Gomide, pelas valiosas observações que nortearam a fase final da minha pesquisa.

Ao Prof. Dr. Sérgio da Mata, por ter sido o primeiro a me incentivar a mergulhar no universo da literatura russa e pela presença permanente.

À Profª. Dra. Ekaterina Vôlkova Américo, pela disposição e generosidade de sempre.

Aos funcionários do Departamento de Línguas Orientais, em especial ao Jorge, por serem sempre tão gentis e solícitos.

Aos meus pais, pelo carinho diário e por compreenderem a minha ausência nesses anos de mestrado.

À minha irmã e amiga, pela paciência, pelas palavras de conforto e pela companhia silenciosa.

Ao João, pelo incentivo incansável e pela presença aconchegante que você representa.

A todos aqueles que, de alguma forma, participaram desta empreitada árdua e recompensadora.

Mas minha fé é pequena; ela não dá, ao meu intelecto, forças para enxergar algo tão elevado: eu sou aferrado ao terreno e ao carnal. Eu penso nos mortais, que amam o Bem pelo Bem em si e não esperam nenhuma recompensa pela prática dele, nem aqui nem em outro lugar que seja.

Nikolai Leskov, A sentinela, 1887.

RESUMO

SOUZA, C. R. **Napoleão Bonaparte entre russos e lusitanos: o estudo comparado de sua representação em Guerra e paz e na Gazeta do Rio de Janeiro**. 2016. 145 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver uma análise comparada da representação de Napoleão Bonaparte por meio do estudo da obra de Lev Tolstói, Guerra e paz, e dos exemplares da Gazeta do Rio de Janeiro. Para tanto, foi realizado o mapeamento de tais escritos com a finalidade de identificar as referências à figura de Napoleão e o contexto em que estão inseridas. Desta maneira, foi possível identificar as aproximações e os afastamentos entre os dois tipos de representações de Napoleão e a dimensão do mito napoleônico no imaginário de russos e luso-brasileiros.

Palavras-chave: 1. Literatura russa. 2. Literatura e História. 3. Lev Tolstói *Guerra e paz*. 4. Napoleão Bonaparte (representação). 5. *Gazeta do Rio de Janeiro*.

ABSTRACT

SOUZA, C. R. **Napoleon Bonaparte between Russians and Portuguese-Brazilians: the comparative study of its representation in *War and Peace* and *Gazeta do Rio de Janeiro***. 2016. 145 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This work aims to develop a comparative analysis of Napoleon Bonaparte representation through the study of Lev Tolstoy's work, War and Peace, and Gazeta do Rio de Janeiro's issues. Therefore, the mapping of such writings was done in order to find references to Napoleon's figure and the context in which they are inserted. Thus, it was possible to identify the approaches and departures between two types of Napoleon's representations and the size of Napoleonic myth in the minds of Russians and Portuguese-Brazilians.

Keywords: 1. Russian Literature. 2. Literature and History. 3. Lev Tolstói *War and Peace*. 4. Napoleon Bonaparte (representation/rendering). 5. *Gazeta do Rio de Janeiro*.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Napoleão Bonaparte na *Gazeta do Rio de Janeiro*.....63

Tabela 2 – Obras Referentes a Napoleão Bonaparte divulgadas pela *Gazeta do Rio de Janeiro*.....79

Tabela 3 – Expressões sobre Napoleão em *Guerra e Paz*.....84

SUMÁRIO

Introdução 10
1. Literatura Russa: o surgimento de *Guerra e paz* 18
1.1.O impacto de Púchkin e do *mito napoleônico* na literatura russa 19
1.2. A questão da verossimilhança em *Guerra e Paz* 23
1.3. A dualidade presente em *Guerra e paz* 33
2. *GazetadoRiodeJaneiro*:Portugal,Napoleãoeo nascimento da imprensa no Brasil 40
2.1. Os documentos da Gazeta do Rio de Janeiro 40
2.2. O dilema de Portugal: entre a cruz e a espada 41
2.3. O reformismo ilustrado português e a *nova corte* do Rio de Janeiro 46
2.4. A *Gazeta do Rio de Janeiro* e o declínio do absolutismo português 49
2.5. A *Gazeta do Rio de Janeiro* e as diversas formas de se contar uma história 52
3. As mil e uma faces de Napoleão na *Gazeta do Rio de Janeiro* 56
2.1. Napoleão, o *vilão* 57
3.2. *Gazeta do Rio de Janeiro*: os muitos nomes de Napoleão Bonaparte 60
3.3. As acusações que pesam sobre o réu da Europa 70
3.4. Outros *Folhetos* sobre Napoleão Bonaparte 76
4. O Napoleão de Lev Tolstói, em *Guerra e paz* 82
4.1.*Guerra e paz* e a polêmica sobre o Napoleão de Tolstói 84
4.2. Os truques e desventuras de Napoleão e seus satélites 98
4.4. A recriação de fatos históricos relacionados a Napoleão em *Guerra e paz* 107
4.5. Tolstói e sua crítica à prática da guerra e aos Grandes homens 129
Conclusão 139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 143
1. Consulta de Documentos Digitais: 143
2. Obras em língua russa: 143
3. Bibliografia Principal: 144
4. Bibliografia Complementar: 152

Introdução

> Estamos aqui reunidos para lutar contra a guerra. A guerra, ou seja, aquilo em nome de que todos os povos do mundo, milhões e milhões de pessoas, põem à disposição de algumas dezenas de homens, às vezes de um único homem, sem nenhum controle, não apenas bilhões de rublos, táleres, francos, ienes, que representam grande parte dos frutos de seu trabalho, mas a si próprios, sua própria vida.[1]

O artista não procura a verdade, ele a cria. É com essa frase que Máximo Gorki define o *seu* Lev Tostói, para o qual coexistem na *verdade* dois tipos de razão: a razão inventiva do criador e a razão cética do pesquisador (GÓRKI, 2006. p. 65) [2]. Essa dualidade pode ser percebida durante a leitura da obra *Guerra e Paz* (1863-69) de Tolstói, assim como também se encontra presente no debate entre a Literatura e a História. Afinal, entre tantos outros, o ponto-chave que distingue uma disciplina da outra é a questão da *verdade* e a forma como cada uma lida com ela. Por conseguinte, meu intuito foi desenvolver um estudo da representação de Napoleão Bonaparte nesta imensa obra de Tolstói, que é *Guerra e Paz*, e compará-la à imagem construída pelo periódico carioca *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Entretanto, devo destacar que esta não foi a primeira vez que enfrentei o desafio de estudar os escritos de Lev Tolstói. Meu primeiro encontro com a literatura russa aconteceu quando eu tinha treze anos e ganhei de meus pais o livro de Fiódor Dostoiévski, *Noites Brancas*[3], escrito em 1848. Desde então muitos outros vieram, e onde quer que eu fosse os levava comigo, até que conheci Lev Nikoláievitch Tolstói através das obras *A morte de Ivan Ilitch* e *Senhor e servo*[4] – ambas presentes em uma única edição. Fiquei completamente aprisionada à leitura. Não considerava a ideia de fechar o livro e deixar Ivan Ilitch sozinho em seus últimos instantes. Ele falava a mim e somente eu podia ouvi-lo, sentir seu sofrimento, seu pesar – fiquei até seu suspiro final: "'Acabou a morte. A Morte já não mais existe!', ainda

---

[1] TOLSTÓI, L. Discurso para o Congresso de Paz em Estocolmo em 1909. In: *Os últimos dias*. Tradução: Denise Regina de Sales. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
[2] GÓRKI, Máximo. *Três russos e como me tornei um escritor*. Trad.: Klara Gourianova. São Paulo: Martins, 2006, p.65.
[3] DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Noites brancas.* São Paulo: Editora 34, 2005.
[4]TOLSTÓI, L. *A morte de Ivan Ilitch* – seguido de *Senhor e Servo*. Trad.: Marques Rebelo. São Paulo: Publifolha, 1998.

pensou. Aspirou profundamente, deteve-se a meio, inteiriçou-se e morreu."[5]. Ao iniciar a leitura seguinte, o mesmo aconteceu: como abandonar Nikita em meio àquela tempestade de neve, sozinho e deixado por Vassílii A. Brekhunov, seu senhor, para morrer? Era impossível.

Na universidade – graduei-me em História pela Universidade Federal de Ouro Preto –, com o apoio dos professores Sérgio da Mata e Ivan de Almeida e uma bolsa de iniciação científica do CNPq[6], tive a felicidade de transformar minha paixão em ofício e principiei minha pesquisa cujo objetivo era apontar paralelos entre os trabalhos de Max Weber e as obras literárias de Lev Tolstói, especialmente as produzidas após a violenta crise espiritual que lhe abatera em 1878. Pretendia-se, portanto, compreender a doutrina tolstoiana[7] segundo uma perspectiva apontada pelo olhar de Weber, tendo como ponto de partida o romance *Ressurreição*[8], sendo este a principal fonte para que o desenvolvimento de tal pesquisa se fizesse possível[9]. O interesse de Weber pelas obras de Tolstói despertou minha curiosidade, afinal, em que medida a obra literária de Tolstói, um escritor russo do século XIX, o qual tendo obtido grande notoriedade em toda a Europa Ocidental de início do século XX, influenciou a obra sociológica de Weber?

Não obstante, ainda havia muito o que dizer sobre os laços que conectavam Weber a Tolstói e, por isso, no ano seguinte, já em 2010, decidi que valia a pena ir mais adiante com o estudo das possíveis conexões entre Tolstói e Weber, o que se concretizou através de um trabalho de monografia[10] sob o título de *Motivos tolstoinianos*[11] *em Max Weber (1877-1919)*. A proposta consistia em apresentar os paralelos existentes entre os escritos tardios de Max Weber e as obras de Lev Tolstói, tanto as de caráter literário como também seus ensaios morais. Minha intenção era identificar os *momentos* tolstoinianos nos textos de Weber,

---

[5]Ibid, p.75.

[6] Iniciação científica sob a orientação dos professores Ivan Antônio de Almeida e Sérgio Ricardo da Mata, realizada no período de Agosto/2009 à Agosto/2010.

[7] Denominamos por *tolstoiano* tudo aquilo que diz respeito diretamente ao próprio Tolstói, como, por exemplo, suas reflexões são pensamentos tolstoianos, suas obras são obras tolstoianas, etc.

[8] TOLSTÓI, L. *Ressurreição*. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

[9]Uma das cartas de Max Weber à sua mãe, a qual fazemos referência é a seguinte, traduzida do alemão pelo Prof. Dr. Sérgio R. da Mata:

> Eu pensei que deveríamos [Weber e Marianne, sua esposa] te presentear com "Ressurreição" de Tolstói, caso você ainda não o conheça. Mas um livro tão pesado e de tendência utópica dificilmente te faria bem (erfrischt), não obstante, ao seu modo, ser um livro magnífico.

[10]O trabalho de monografia referido foi orientado pelo Prof. Dr. Sérgio Ricardo da Mata, sob o título de "*Motivos tolstoinianos em Max Weber (1877-1919)"*, no Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, no ano de 2010.

[11] Houve uma grande dificuldade para definir o termo que seria utilizado para se referir àqueles que fizeram leituras das obras e reflexões de Tolstói, mas não se enquadravam no *tolstóismo* – ou seja, não se tornaram adeptos da filosofia moral desenvolvida por Tolstói, que defende o pacifismo, o vegetarianismo, a renúncia à propriedade privada e a desobediência civil ao Estado. Por isso, para solucionar o problema, decidi adotar a palavra *tolstoiniana* para me referir às leituras e interpretações que outros fizeram dos escritos de Tolstói.

partindo do pressuposto de que este não teria sido tão cuidadoso ao apresentar certa ascendência *oculta* de Tolstói em seus trabalhos tardios. Deste modo, procurei demonstrar que a presença de Tolstói não é evidente apenas nos momentos em que Weber o cita de forma direta, mas especialmente, e sobretudo, quando se apropria de uma premissa claramente fundamentada no pensamento de Tolstói sem fazer qualquer referência.

Apesar de a monografia ter sido concluída, minha curiosidade para conhecer mais sobre Tolstói e sua grandiosa produção só aumentava. Até o presente momento, com exceção de Boris Schnaiderman, Lev Tolstói e seus escritos não receberam a atenção devida por parte dos pesquisadores brasileiros, tendo em vista que existem poucos trabalhos de cunho acadêmico que tenham investigado e traduzido temas tolstoinianos para a língua portuguesa; o foco estava quase sempre em Fiódor Dostoiésvski, mas isso vem mudando. Diante dessa perspectiva, pode-se apontar o volume de traduções publicadas por parte das editoras nacionais e o aumento do interesse das pesquisas acadêmicas em relação à literatura e a cultura russa no país.

No Brasil, a primeira vez que houve um interesse pela tradução de obras russas para a língua portuguesa foi no início da década de 1930, idealizada pelo diretor-tradutor imigrante Georges Selzoff[12], com a coleção *Bibliotheca de Auctores Russos*. Químico de formação, Selzoff utilizava como técnica de tradução a leitura/tradução literal do texto russo para o português enquanto os escritores Brito Broca e Orígenes Lessa reescreviam o texto, dando a este uma linguagem erudita. Contudo, em grande medida, as obras russas foram traduzidas para o português, principalmente, a partir de traduções francesas, com uma linguagem rebuscada, cujas características eram muito diferentes da linguagem de autores como Dostoiévski e Tolstói.

Hoje o cenário é outro. Se a década de 1990 pode ser denominada de a *nova onda russa no Brasil*, como classificou o professor Dr. Bruno Gomide, nos anos 2000 esse panorama veio a se intensificar, uma vez que além da preocupação em traduzir obras russas por meio dos textos em sua língua original, o interesse da pesquisa acadêmica tem crescido a olhos vistos. Perante a autoridade dos estudos que se referem às questões de Lev Tolstói e suas obras, sob a orientação da Profª Dra. Elena Vássina, o Programa de Pós-Graduação de Literatura e Cultura Russa da Universidade de São Paulo (USP) organizou um grupo de

[12] Nome de característica afrancesada adotado por Iúri Zeltzóv, filho do casal russo Leonid Zeltzóv e Catharina Khochlóvkina, nascido no ano de 1896, na antiga Pérsia. Contudo, após seu nascimento, a família se instalou na região da Letônia.

pesquisas do CNPq formado por professores e alunos, para pesquisar temas referentes a Tolstói e à herança literária de suas obras, o qual já obteve importantes resultados.

Portanto, deve-se mencionar aqui três dissertações desse caráter desenvolvidas pela USP: (1) o trabalho de Luiza N. Almeida (2011), o qual procura expor a visão que Lev N. Tolstói tem sobre a representação da morte a partir das obras *A morte de Ivan Ilitch*, *Senhor e servo* e *Três mortes*, partindo da ideia de que tais textos mantêm um diálogo entre si – ressaltando que a autora continua suas pesquisas sobre Tolstói em seu doutorado nesta mesma universidade[13]; (2) a pesquisa de Natalia C. E. Quintero (2011)[14], que se utilizou dos diários de juventude de Lev N. Tolstói para defender a ideia de que estes constituem uma das partes mais valiosas de sua vasta obra, trazendo à luz uma importante questão: os diários de Tolstói podem ser lidos como parte de sua produção artística ou devem ser usados para interpretar a conjuntura na qual suas obras literárias foram produzidas; e, por fim, (3) o estudo de Belkiss Rabello[15] (2009), no qual apresenta a fase literária em que Lev Tolstói se dedicou a escrever duas cartilhas e quatro livros de leitura, utilizados na alfabetização popular em várias escolas da Rússia.

Se durante muitos anos os escritos de Lev Tolstói não receberam uma atenção mais aprofundada dos acadêmicos brasileiros, o mesmo ocorreu com Napoleão Bonaparte: além de poucos, os trabalhos existentes expõem, essencialmente, a ligação do general francês com a transferência da Família Real portuguesa para sua colônia no sul do continente americano. Por outro lado, em relação à *Gazeta do Rio de Janeiro*, deve-se destacar que se trata de um periódico bastante utilizado em pesquisas acadêmicas como objeto de estudo, mas as análises sobre as menções feitas a Napoleão são raras. O único trabalho encontrado foi uma tese de doutorado, *Napoleão visto pela luneta d'El Rei: construção e usos políticos do imaginário francês e napoleônico na América portuguesa (ca. 1808-1821)*[16],do Departamento de História da USP, escrito por Raquel Stoiani, que procurou demonstrar qual foi a contribuição da *Gazeta do Rio de Janeiro* para a imagem que o governo português pretendia disseminar sobre

[13] ALMEIDA, Luiza. *A representação da morte na obra de Tolstói*. 119 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Univerdidade de São Paulo, 2011.
[14] QUINTERO, Natália C. E. *Os diários de juventude de Liev Tolstói, tradução e questões sobre o gênero de diário*. 155f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Univerdidade de São Paulo, 2010.
[15] RABELLO, Belkiss. *As cartilhas e os livros de leitura de Lev Tolstói.* 288p. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Univerdidade de São Paulo, 2009.
[16] STOIANI, Raquel. *Napoleão visto pela luneta d'El-Rei: construção e usos políticos do imaginário francês e napoleônico na América portuguesa (ca. 1808-1821)*. 487f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

Napoleão na América durante seus anos de estadia no Brasil, além de analisar como tal ação teria sustentado atitudes de repúdio à França e aos franceses de um modo geral.

No que se refere a esta pesquisa, meu intuito consiste em verificar as escolhas feitas por seus respectivos autores para abordarem as questões das guerras travadas contra Napoleão enquanto imperador da França. Para executar meu intento, realizei um trabalho de leitura minuciosa do meu *corpus* por meio da técnica de *close reading*[17], através da qual pude fazer um mapeamento dos termos e expressões utilizados para se remeter à figura de Napoleão e o contexto em que estes se encontravam dentro de cada um dos discursos. A finalidade consiste em estabelecer aproximações e afastamentos quanto às construções da imagem de Napoleão Bonaparte tanto do ponto de vista do escritor russo, Lev Tolstói, quanto por parte dos redatores da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Diante de tal perspectiva, faz-se necessário buscar compreender as possíveis razões para a coexistência de uma representação bastante similar de Napoleão, oriundas de discursos aparentemente distintos. Por um lado, há de se considerar o hábito da redação da *Gazeta do Rio de Janeiro* de publicar notícias de outros jornais europeus sobre as guerras napoleônicas. Esse panorama nos permite afirmar que os termos atribuídos a Napoleão presentes na *Gazeta do Rio de Janeiro* não eram exclusivos a ela, mas compartilhados por outros periódicos europeus de sua época. Por sua vez, em *Guerra e paz*, sabe-se que há um distanciamento temporal entre o tempo de vida do autor e a ação narrativa. Contudo, é de conhecimento geral que Tolstói teve a preocupação de investigar por meio de diferentes fontes o período histórico que pretendia retratar em sua obra, entrando assim em contato com a concepção que os contemporâneos a Napoleão tinham dele.

Essa compatibilidade entre os mecanismos de representação de Napoleão em textos que inicialmente parecem distantes entre si, mas fazem referência a um mesmo objeto, permite-nos pressupor que esse Napoleão tirânico, apontado como anticristo, era uma perspectiva que fazia parte do senso comum dos países europeus que, em algum momento, tiveram que confrontar a França napoleônica. Por conseguinte, é possível afirmar que essa construção de Napoleão não era exclusiva de portugueses e russos, mas fazia parte do prisma daqueles que participaram do combate à tentativa de dominação por parte do *Grande Exército* de Napoleão, como ingleses e austríacos: “Uma dos 13 filhos do imperador austríaco

[17] Procedimento desenvolvido na década de 1940, nos Estados Unidos, pela corrente de estudiosos denominada New Criticism.

Francisco II, Marie-Louise (...) havia crescido em meio ao ódio por Napoleão e acostumara-se a chama-lo 'o corso', 'o usurpador', 'Átila' ou 'o Anticristo'."[18]

Quanto à delimitação do *corpus* do meu trabalho, optei por selecionar materiais que possuíssem como temática a conjuntura das guerras napoleônicas na Europa, no início do século XIX. Diante dessa perspectiva, a obra *Guerra e Paz* e o periódico *Gazeta do Rio de Janeiro* apresentam uma série de elementos que possibilitam a realização de um estudo comparativo sobre a representação de Napoleão. Sobretudo, tratam-se de discursos provenientes do ponto de vista em comum de países que precisaram lutar contra a dominação da França napoleônica; ademais, é possível atribuir um certo grau de autoridade em discursos sobre o senso comum – considerando que, no caso da *Gazeta*, os artigos sobre Napoleão foram publicados pelo jornal oficial do Estado português, e no caso de *Guerra e Paz* o romance foi produzido por um escritor renomado, publicado no *Mensageiro Russo*, um dos principais periódicos literários da Rússia, no século XIX –; além disso, é importante chamar a atenção para o caráter opinativo facilmente identificado em ambos os discursos, tendo em vista que os narradores não se detêm em relatar os eventos de seu país na guerra contra Napoleão, mas sim explicitar a sua interpretação desses eventos no corpo do texto.

Contudo, é importante esclarecer que esses discursos foram produzidos em épocas distintas. No caso da *Gazeta*, seus artigos foram publicados entre os anos de 1808 e 1821, ou seja, todo o período em que a família real portuguesa e sua Corte permaneceram no Brasil. A transferência do Estado burocrático português para sua colônia na América ocorreu devido à ameaça de uma invasão francesa, como já havia acontecido na Espanha, resultando assim no destronamento do rei Fernando VII e, consequentemente, na coroação de José Bonaparte, irmão de Napoleão – tal como fizera de seu outro irmão Luís I, rei da Holanda. Dessa forma, a mudança para sua colônia mais importante foi um artifício do governo português para proteger tanto a coroa como também a manutenção de seus domínios no além-mar, sem que tivesse que romper as alianças comerciais que o Império mantinha com a Inglaterra.

Para tanto, foi preciso que a colônia do Brasil se adaptasse às necessidades da Corte para oferecer ao Império português uma nova metrópole. A criação da Imprensa Régia foi, portanto, uma adequação indispensável para a institucionalização da administração do Estado português no Brasil, uma vez que esta cumpriria as funções de imprimir todos os documentos ministeriais e diplomáticos produzidos pelo governo da nova corte no Rio de Janeiro. Se por

[18] ZAMOYSKI, Adam. *1812: A marcha fatal de Napoleão rumo a Moscou.* Rio de Janeiro: Record, 2014, p.24.

um lado não há nada de extraordinário na fundação da Imprensa Régia – vista como prática administrativa comum –, do ponto de vista do historiador Nelson Werneck Sodré, o surgimento tardio da imprensa no Brasil pode ser encarado como um sintoma do declínio do absolutismo português, uma vez que esta representava a tentativa de reforçar a lógica do Antigo Regime, posto que uma gazeta tendia a ser instrumento de afirmação da realeza perante o corpo social, pois é por meio da palavra que o rei se faz presente em toda plenitude entre seus súditos.

O primeiro exemplar da *Gazeta do Rio de Janeiro* foi publicado no dia 10 de setembro de 1808, dividido em *seção noticiosa* e *seção de avisos*. A seção noticiosa era circunscrita pela fala do redator que além de redigir artigos também era responsável por selecionar os textos oriundos de jornais internacionais e as cartas de militares e políticos relevantes do período que entrariam na edição. Durante a existência da *Gazeta*, o periódico contou com três diferentes redatores[19], cujas identidades foram mantidas em sigilo, reforçando assim a premissa de que a fala presente no jornal correspondia à autoria do Estado português.

Diferentemente da *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico contemporâneo às guerras napoleônicas na Europa, a obra *Guerra e Paz* só começou a ser esboçada por Tolstói em 1863 – um ano após a publicação íntegra de *Pais e filhos*, de Turguêniev. Todavia, as primeiras partes do romance de Tolstói apareceram apenas em 1865, publicadas pela revista *Mensageiro Russo*, sob o título *O ano de 1865*, tendo em vista que as obras de maior extensão eram publicadas, primeiramente, em periódicos literários da Rússia antes de ganharem a forma de livros. Apesar de ter vindo a público em 1865, Tolstói ainda não tinha chegado a uma ideia definitiva quanto ao enredo do romance e por isso fez diversas alterações, mesmo depois de passar a publicar sua obra em forma de volumes.

Após esse amplo panorama, deve-se destacar que o ponto-chave desta pesquisa está em verificar os adjetivos, termos e expressões que fazem alusão à figura de Napoleão Bonaparte dentro do contexto em que se encontram no corpo dos discursos presentes em *Guerra e Paz* e na *Gazeta do Rio de Janeiro*. A exemplo disso pode-se mencionar o fato de ambos os textos se referirem a Napoleão enquanto imperador da França. No entanto, essa escolha não é gratuita, sendo que, dentro dos textos analisados, o título de imperador aparece

[19] 1808-1812: Frei Tibúrcio José da Rocha; 1812-AGO/1821: Manuel Ferreira de Araújo Guimarães; SET/1821-29/DEZ/1821: Francisco Vieira Goulart.

constantemente em um contexto de questionamento ou ironia. Dentre os termos em comum usados com mais frequência estão o de *usurpador, tirano e inimigo da humanidade*.

Assim sendo, estruturei meu trabalho em quatro capítulos. No primeiro, inicio com a contextualização da obra *Guerra e Paz* dentro da literatura russa e estabeleço sua relação com o *mito napoleônico*, realizando ainda uma análise do todo artístico e da dualidade presente em várias dimensões do romance. No segundo capítulo, procuro mostrar como a complexa situação de Portugal com a política externa de Napoleão Bonaparte acabou por resultar na criação da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Em sequência, no terceiro capítulo, desenvolvo a análise dos diferentes aspectos que o tema *Napoleão* é abordado pelos artigos da *Gazeta*. E por fim, no quarto capítulo, dedico minha atenção a analisar a construção narrativa de Tolstói, em *Guerra e paz*, e os mecanismos escolhidos para representar Napoleão Bonaparte.

1. Literatura Russa: o surgimento de *Guerra e paz*

> Se a história retivesse o ponto de vista dos antigos, diria: a divindade, em prêmio ou recompensa a seu povo, deu a Napoleão o poder e guiou a vontade dele a fim de que fossem alcançados os objetivos divinos. E a resposta seria completa e clara. Seria possível acreditar ou não acreditar no significado divino de Napoleão; mas, para quem acreditasse nisso, tudo estaria entendido em toda a história daquele tempo, e não poderia haver nenhuma contestação.[20]

Na primeira vez em que assumi o desafio de estudar Lev Tolstói, descobri que o mundo pode parecer menor do que realmente é, que os homens estão mais próximos uns dos outros do que imaginamos, e que a distância territorial e cultural nem mesmo pode ser considerada uma barreira absoluta para que indivíduos de origens distintas compartilhem ideias, indignação ou expectativas.

Todavia, ao me deparar com as semelhantes abordagens presentes em uma obra literária russa e no periódico oficial do Estado português no Brasil, cheguei à conclusão de que assim como Tolstói, Napoleão Bonaparte – e tudo aquilo que ele representa – é um desses indivíduos que nos dão a impressão de que a Terra não é assim tão vasta, nem os homens tão pequenos em relação a ela.

No que se refere à *Guerra e paz*, além de Napoleão Bonaparte e da alegoria que envolve a sua imagem, é possível apontar o escritor Aleksandr Púchkin como figura fundamental para a literatura russa que se desenvolveu no século XIX, não só no caso de Lev Tolstói, mas em diversos escritores que vieram depois dele. É por isso que antes de iniciar apropriadamente a análise da representação de Napoleão na obra *Guerra e paz*, faz-se necessário um estudo mais apurado dos caminhos que possibilitaram o surgimento de uma obra tão magistral na Rússia oitocentista. Dessa maneira, será possível perceber que Tolstói não foi o único a se apropriar da presença do *mito napoleônico* no imaginário russo para fazer literatura, mas sim aquele que o fez com maior energia e intensidade.

---

[20] TOLSTOI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 2422.

1.1.O impacto de Púchkin e do *mito napoleônico* na literatura russa

Sem uma tradição clássica – diferentemente de outras literaturas, como, por exemplo, a milenar literatura chinesa ou as literaturas dos países da Europa Ocidental –, a literatura russa só começou a integrar o universo literário há cerca de duzentos anos. Coincidentemente, o florescimento da literatura russa ocorreu no mesmo período em que a Rússia tzarista adquiria notoriedade e *status* dentre as grandes nações europeias. Entre os anos de 1812 e 1820, dois eventos foram fundamentais para essa mudança de paradigma: 1) a excepcional vitória militar e a expulsão de Napoleão Bonaparte do solo russo (1812-1815) e 2) a maturidade do seu poeta mais ilustre, Aleksandr Púchkin (1799-1837), que viveu durante o período em que vigorou a *Idade de Ouro* na literatura russa.

Quanto a Púchkin, na perspectiva apresentada por Caryl Emerson em seu trabalho sobre a literatura russa, o poeta representava um estilo de criatividade cosmopolita que era capaz de fazer com que qualquer russo letrado presumisse estar em casa, linguística e culturalmente, em qualquer parte da Europa[21]. Após Púchkin, muitos outros vieram. Os russos não só produziam narrativas ficcionais como também estavam sendo traduzidos para as principais línguas europeias. Um desses escritores que se tornou conhecido para além das fronteiras do Império russo foi Lev Tolstói, o qual se destacou internacionalmente por sua arte, assim como por sua filosofia e pelo modo de vida que adotara.

Segundo Otto Maria Carpeaux, no decorrer de seus vinte anos de carreira, Púchkin teria perpassado por todos os estilos literários que a Europa já havia percorrido. É exatamente por isso que, para os russos, Púchkin representa uma literatura inteira, em outras palavras, "sua obra é uma literatura universal em língua russa" [22], o que torna justificável a importância e a influência que Púchkin imprimiu naqueles que vieram depois. O primeiro grande romance em língua russa, *EvguéniOniéguin* (1825-1830), não foi escrito em prosa, mas em versos por Púchkin; além disso, ele teria ainda sido responsável por indicar a Nikolai Gógol os enredos de *Almas Mortas* (1842) e *O inspetor geral* (1836); a obra *A dama de espadas* (1833) pode ser considerada um primeiro esboço de *Crime e castigo* (1866), de Dostoiévski, assim como *A*

[21] EMERSON, Caryl. *The Cambridge Introduction to Russian Literature*. Cambrigde: Cambridge University Press, 2008.
[22] CARPEAUX, Otto Maria. História da Literatura Ocidental. Volume III. São Paulo: Leya, 2011. p. 1027.

filha do capitão (1836) seria um primeiro esboço de *Guerra e paz* (1863-1869), de Tolstói. Diante desse panorama, parece plausível a comparação entre Púchkin e o tzar Pedro, o Grande: enquanto este fora o responsável pela criação do grande Império russo, aquele é apontado como o seu escritor mais completo e inaugurador da literatura russa.

De uma forma diferente de Púchkin, Napoleão também passou a exercer um papel significativo no imaginário russo após a dramática invasão de 1812 e os episódios que se seguiram a ela. A devastação causada em 1812 e sua ruína definitiva em 1815 alimentaram o *mito napoleônico*, deixando por um longo período marcas profundas na literatura russa que se desenvolveu no decorrer do século XIX. Por conseguinte, cabe mencionar, mais uma vez, o caso de Púchkin em *A dama de espadas*, onde o enredo conta a história de um engenheiro do exército de origem alemã – Hermann –, cujo caráter é comparado ao de Napoleão. Tal comparação resulta na seguinte conclusão: *"Eu penso que em sua consciência há pelo menos três crimes"*[23]. Diante de tal trecho, segundo a premissa apresentada por Púchkin, percebe-se que a figura de Napoleão foi usada no sentido pejorativo, como sinônimo de indivíduo obscuro, de caráter duvidoso.

Na literatura de Nikolai Gógol, da mesma forma que em Púchkin, a menção ao nome de Napoleão carrega consigo uma atmosfera de mistério e obscuridade. No enredo de *Almas mortas*, a personagem de Tchítchikov é um forasteiro que intriga a todos, gerando curiosidade sobre sua verdadeira origem, sendo que uma das hipóteses é que se tratava do próprio Napoleão disfarçado. A suposição baseia-se na ideia de que os ingleses invejavam a Rússia e sua extensão, dando origem à caricatura que circulava pelo país, onde se retratava o diálogo entre um inglês e um russo. Segundo o narrador do romance, o inglês era, geralmente, desenhado em pé com um cão escondido nas costas, uma vez que o cão era a imagem do próprio Napoleão. Com efeito, aqui Napoleão representa uma ameaça contra a Rússia que poderia ser usada pela Inglaterra, caso aquela lhe causasse algum incômodo:

> "Entre diversas hipóteses bastante interessantes, por fim, surgiu uma, que fica estranho mencionar: se não seria Tchítchikov outro senão Napoleão disfarçado; que há muito tempo os ingleses invejam à Rússia, a sua extensão

[23]Пушкин, А. С. *Пиковая дама*. In: А. С. Пушкин Собрание сочинений в 10 томах. Т. 5, М. Москва: Государственное издательство Художественной Литературы, 1960.
Tradução realizada do seguinte trecho: "Я думаю, что на его совести по крайней мере три злодейства.".

> e vastidão, ao ponto de já terem aparecido caricaturas onde se via um russo conversando com um inglês: o inglês está de pé, com a mão atrás das costas, segurando um cão, e o cão representa Napoleão, e o inglês diz ao russo: 'Olha aqui, cuidado, se não te comportas, solto o cachorro em cima de ti!' E então, quem sabe agora eles soltaram o cão da ilha de Santa Helena e o açularam sobre a Rússia, e agora ele está penetrando na Rússia como Tchítchikov, mas na realidade não é Tchítchikov coisa nenhuma".[24]

Obviamente que o narrador ressalta que a possibilidade de Tchítchikov ser o Napoleão em pessoa é completamente inverossímil, mas, em defesa de suas personagens, justifica que é preciso compreender que tal história ocorreu pouco depois da expulsão dos franceses da Rússia – provavelmente a narrativa encontra-se situada por volta do ano de 1818 – e, exatamente por isso, a preocupação com uma possível fuga de Napoleão da ilha de Santa Helena soava natural naqueles dias. O narrador de Gógol afirma que esse temor era reforçado pela revelação de um profeta que apareceu do nada e declarou que Napoleão era o *Anticristo* que estava preso, mas chegaria o dia que se libertaria e dominaria todo o mundo. Deste modo, percebe-se que o Napoleão de Gógol representa uma farsa, carregada de contornos místicos e de uma simbologia apocalíptica.

Com Dostoiévski não foi diferente, uma vez que estão presentes em *Crime e Castigo* a influência de Púchkin e do *mito napoleônico.* Em especial, pode-se apontar a cena em que Raskólnikov explica ao juiz de instrução que investigava o caso do assassinato de Aliona Ivánovna, Porfíri Petróvitch, a ideia que queria passar através do artigo que escrevera: ele acreditava que o mundo estava dividido entre os homens vulgares e os extraordinários, sendo que estes últimos têm direitos – não oficiais – que os outros não têm; ou seja, os homens extraordinários têm o direito de autorizar sua consciência de passar por cima de determinados obstáculos, como o caso de Napoleão. Sendo assim, os homens extraordinários são aqueles que:

---

[24]Гоголь, Н. *Мертвыедуши*.Москва: АСТ, Люкс; 2005. p. 120. Tradução realizada do seguinte trecho:

> Из числа многих в своем роде сметливых предположений было наконец одно – странно даже и сказать: что не есть ли Чичиков переодетый Наполеон, что англичанин издавна завидует, что, дескать, Россия так велика и обширна, что даже несколько раз выходили и карикатуры, где русский изображен разговаривающим с англичанином. Англичанин стоит и сзади держит на веревке собаку, и под собакой разумеется Наполеон: «Смотри, мол, говорит, если что не так, так я на тебя сейчас выпущу эту собаку!» – и вот теперь они, может быть, и выпустили его с острова Елены, и вот он теперь и пробирается в Россию, будто бы Чичиков, а в самом деле вовсе не Чичиков.

> Sempre infringem as leis, os destrutores e os propensos a sê-lo, a julgar pelas suas faculdades. Os crimes destes são, naturalmente, relativos e muito diferentes; a sua maior parte exigem , segundo os mais diversos métodos, a destruição do presente em qualquer coisa melhor. Mas se necessitam para o bem de sua ideia, de saltar ainda que seja por cima de um cadáver, por cima do sangue, então eles, no seu íntimo, na sua consciência, podem, em minha opinião, conceder a si próprios a autorização para saltarem por cima do sangue, atendendo unicamente à ideia e ao seu conteúdo, repare bem.[25]

Diante de tal perspectiva, mesmo que a justificativa para os seus crimes seja o fato de ser um homem extraordinário, com o privilégio de autorizar a sua consciência a cometer crimes que aos homens comuns não costuma ser concedido, ainda assim a imagem de Napoleão aparece associada à personificação de um criminoso. Em outro momento do romance, Raskólnikov justifica para Sônia que matou Aliona Ivánovna porque ele queria ser um Napoleão, o que significa que para alguém ser um Napoleão é preciso tornar-se um assassino: "Napoleão atraia-o enormemente; quer dizer, encantava-o especialmente que uns tantos seres geniais não se detivessem perante um só crime e passasse por cima dele sem se demorarem a pensar sobre o fato."[26].

Mas se teve alguém na literatura russa que mergulhou de cabeça no *mito napoleônico*, esse homem foi Lev Tolstói. Por meio de sua representação dos episódios que se seguiram à coroação de Napoleão enquanto imperador francês, em 1805, a narrativa tolstoiana dispõe de elementos abundantes, capazes de fornecer pistas para se entender o impacto que a imagem de Napoleão estimulou no imaginário russo. Como resultado, Tolstói deu origem a um dos maiores cânones da literatura universal, escrevendo *Guerra e paz*.

---

[25]Достоевский, Федор Михайлович. *Преступление и наказание*. Москва: Художественная литература, 1957. Disponível http://public-library.ru/Dostoevsky.Fedor/prestup.html . Acesso em 13/jun/2016. Eis o texto original:

> Все преступают закон, разрушители, или склонны к тому, судя по способностям. Преступления этих людей, разумеется, относительны и многоразличны; большею частию они требуют, в весьма разнообразных заявлениях, разрушения настоящего во имя лучшего. Но если ему надо, для своей идеи, перешагнуть хотя бы и через труп, через кровь, то он внутри себя, по совести, может, по-моему, дать себе разрешение перешагнуть через кровь, – смотря, впрочем, по идее и по размерам ее, – это заметьте. В этом только смысле я и говорю с моей статье об их праве на преступление.

[26] Ibid. Eis o texto original:

> Наполеон его ужасно увлек, то есть, собственно, увлекло его то, что очень многиегениальные люди на единичное зло не смотрели, а шагали через, не задумываясь. Он, кажется, вообразил себе, что и он гениальный человек.

1.2. A questão da verossimilhança em *Guerra e Paz*

Sobre o debate interdisciplinar entre Literatura e História, a questão referente ao papel do verossímil em uma obra literária faz-se necessária. A partir de tal premissa, os trabalhos de Tzvetan Todorov, *Introdução ao verossímil* (1967), e de Roland Bathes, *O efeito de real* (1984) podem ser tomados como ponto de partida para a discussão. Dessa forma, comecemos com Todorov através da seguinte passagem:

> Um dia, no século V a.C, na Sicília, dois indivíduos discutem; sucede um acidente. No dia seguinte eles comparecem diante das autoridades que devem decidir qual dos dois é culpado. Mas como escolher? A altercação não ocorreu sob os olhos dos juízes, que não puderam observar e constatar a verdade; os sentidos nada podem; resta apenas um meio: escutar o relato dos queixosos. Dessa forma, a posição destes últimos se modifica: não se trata mais de estabelecer uma verdade (o que é impossível), mas de se aproximar dela, de dar uma impressão de verdade; e essa impressão será tanto mais forte quanto mais hábil for o relato. Para ganhar o processo, importa mais falar bem que ter agido bem.[27]

A partir dessa exemplificação de Todorov, pode-se dizer que para aqueles que estão distantes no tempo e no espaço de um determinado fato ocorrido – como, por exemplo, é o caso dos historiadores –, resta apenas analisar os discursos que chegaram até eles e verificar quais desses discursos se aproximam mais da verdade – uma vez que esta se encontra inalcançável –, tendo em vista que o discurso escolhido será sempre aquele que tiver a capacidade de passar uma impressão maior de verdade.

Diante disso, deve-se entender que as palavras – que constituem um discurso ou dão nome as coisas – não podem ser consideradas o reflexo ou a sombra de algo a que fazem referência (seja esse algo um objeto, um indivíduo, um evento), uma vez que a linguagem não é algo transparente, mas exatamente o contrário. Todorov afirma que o texto é uma entidade

[27] TODOROV, Tzvetan. *Introdução ao verossímil*. In: TODOROV, T. *Poética da prosa*. São Paulo: Martins Fontes, 200, p. 113.

independente, autônoma, restando àqueles que a ele se dirigem verificar o grau de persuasão do narrador, ou seja, o quão verossímil lhe parece tal discurso. E aqui cabe mencionar a premissa de Platão que Todorov faz aos tribunais: "Com efeito, nos tribunais, a preocupação não é de forma alguma dizer a verdade, mas persuadir, e a persuasão depende da verossimilhança"[28].

Sendo assim, partindo do pressuposto de que a literatura é a arte que se exprime por meio da palavra, e como toda arte, tem a função de criar um novo mundo, ou seja, uma possibilidade nova de mundo, diferentemente da história, a literatura não tem compromisso com a realidade em si, mas sim com a possibilidade, com o que poderia ter sido e aquilo que é aceito pelo senso comum. A verossimilhança é essa possibilidade própria da literatura, levando em consideração que ela transmite a impressão de realidade. Ao dar uma impressão de realidade, a verossimilhança torna-se valiosa às narrativas ditas realistas; mas como se constrói uma verossimilhança, como se dá o efeito de real a um texto literário? Afinal, existe uma grande diferença entre o que é e o que parece ser – verídico *versus* plausível –, posto que a semelhança é uma condição fundamental da verossimilhança.

Daí, segundo o filósofo estadunidense Donald Davidson, para que uma narrativa seja semelhante à realidade é necessária a prática de certos mecanismos, sendo estes 1) a caridade interpretativa, 2) o princípio de coerência e 3) o princípio de correspondência[29]. No que se refere à *caridade interpretativa*, este mecanismo consiste na preocupação do autor em escrever por meio de uma linguagem que faça sentido ao seu público leitor. No caso de *Guerra e paz*, por exemplo, Tolstói transcreveu diálogos e cartas inteiras no idioma francês[30] no corpo do texto, apesar de ser russo e da sua obra ter sido publicada primeiramente por um periódico russo – *Mensageiro russo*. Contudo, neste caso, o uso da língua francesa deve ser considerado como um recurso do verossímil, tendo em vista que há cenários em *Guerra e paz* onde personagens que representam membros da aristocrática russa falam em francês para se relacionar entre os seus iguais e o russo para se dirigiram aos seus inferiores – criados e servos.

Quanto a esse recurso utilizado por Tolstói, pode-se citar o pequeno diálogo estabelecido entre as personagens Hippolyte e o visconde Mortmart, em uma reunião entre

---

[28]Ibid, p. 113.
[29] DAVIDSON, Donald. *Subjective, Intersubjective, Objective*. New York: Oxford University Press Inc, 2001.
[30] Além da obra *Guerra e paz*, Tolstói também escreveu trecho em francês do decorrer de outras narrativas, como, por exemplo, *Anna Kariênina* e *Ressurreição*.

membros da aristocracia russa nos salões da residência de Anna Pávlovna Scherer, em São Petersburgo:

> Hippolyte bufou e soltou uma risada.
> – *Et savez-vouz que vous êtes terrible avec votre petit air innocent* – comentou o visconde. – *Je plains le pauvre mari, ce petit officier, qui se donne des airs de prince régnant.*
> Hippolyte bufou de novo, em meio ao riso, e falou:
> – *Et vous disiez, que les dames russes ne valente pas les dames françaises. Il faut savoir s'y prendre*[31].[32]

Outro mecanismo importante para se criar o efeito de real na literatura é a questão da coerência, para que durante a leitura o leitor seja capaz de identificar no texto formas de pensar e agir semelhantes ao seu, mesmo que não o faça de maneira declarada. E assim, retomando a questão do uso da língua francesa por Tolstói, em *Guerra e paz*, é possível afirmar que ele foi coerente em sua escolha, tendo em vista que parte do público de suas obras era a mesma aristocracia que ele criticava – além da *intelligentsia* russa. Através do uso desses mecanismos, Tolstói segue um princípio de correspondência, uma vez que compõe dentro de sua narrativa um mundo semelhante ao mundo *real*, passando assim uma impressão de verdade, de realidade.

Além desses mecanismos apontados por Donald Davidson, Ronald Barthes, em seu trabalho *O efeito do real*, faz uma avaliação quanto à presença de elementos textuais que não estão diretamente ligados a uma função narrativa. Em outras palavras, trata-se de elementos que não estão propriamente vinculados à progressão da narrativa, mas que, por outro lado, têm por finalidade caracterizar o ambiente e/ou as personagens, visto que estes sim são os elementos cujo papel é o de desenvolver o enredo. Mas se nada acontece a partir dos detalhes

---

[31] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 68.

[32] A edição de *Guerra e paz* utilizada para a realização deste trabalho é tradução de Rubens Figueiredo, publicado pela editora Cosac Naify, na qual o texto em russo foi traduzido diretamente para o português, mas os trechos em francês ou alemão foram mantidos em sua forma original no corpo da narrativa, sendo estes traduzidos apenas nas notas de rodapé.

Eis a tradução: 1) "E sabe que o senhor é horrível, com esse seu arzinho de inocente"/ "Tenho pena do pobre marido, um reles oficial que se dá ares de príncipe regente."; 2) "E o senhor ainda diz que as damas russas não valem as damas francesas. É preciso saber lidar com elas".

– podendo denominá-los também por “descrições” – por que, num dado momento, tais elementos foram incorporados ao texto?

Pois bem, é nessa questão que se encontra a ideia central de Barthes:

> tudo, no discurso narrativo, é significante, e se não for, se subsistem no sintagma narrativo algumas regiões insignificantes, qual é definitivamente, se assim podemos dizer, a significação dessa insignificância?[33].

Com isso, é possível afirmar que os detalhes aparentemente insignificantes de uma narrativa tem o seu valor, se levarmos em consideração o fato de que tais descrições transmitem ao leitor uma impressão de fidedignidade, enriquecendo, dessa forma, o caráter verossímil do texto. Em seu texto, para iniciar o estudo sobre o significado dos detalhes em um discurso narrativo, Barthes recorre ao exemplo de Flaubert descrevendo o piano da sala de Mme. Aubain:

> Encostadas no lambri, pintado de branco, alinhavam-se oito cadeiras de acaju. Um velho piano sustentava, sob um barômetro, uma pilha piramidal de caixas variadas, algumas de papelão. Duas “bergères” em tapeçaria, ladeavam a lareira em mármore amarelo, em estilo Luís XV. O relógio, no meio, representava um templo de Vesta — e todo o ambiente cheirava um pouco a mofo, pois o piso era mais baixo do que o quintal.[34]

Ao citar esse trecho de *Um coração simples*, Barthes está defendendo que autores como Flaubert, ao utilizarem o recurso de incorporar detalhes em suas narrativas, não o

---

[33] BARTHES, Ronald. *O efeito do real*. In: BARTHES, Roland et al. *Literatura e semiologia*. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 38.

[34] FLAUBERT, Gustav. *Um coração simples.* 1997, p. 15. apud. BARTHES, Ronald. *O efeito do real*. In: BARTHES, Roland et al. *Literatura e semiologia*. Petrópolis: Vozes, 1972.

fizeram por descuido ou para preencher lacunas, mas se tudo o que se encontra presente dentro de uma obra tem sua razão de ser, os detalhes vistos como supérfluos possuem um "valor funcional indireto, na medida em que, sendo adicionados, constituem algum índice de caráter ou de atmosfera, e podem assim ser recuperados finalmente pela estrutura."[35]. À vista disso, é preciso ressaltar que a descrição do piano na sala de Mme. Aubain permite ao leitor identificar o espaço, levando em conta que os detalhes fornecidos pelo autor transmitem a impressão do cômodo de uma casa de classe média, criando de forma narrativa uma atmosfera real aos olhos daquele que a lê.

O caso de *Guerra e paz*, mesmo que de uma forma peculiar à maneira francesa, não é diferente, afinal, Tosltói tem a habilidade de recriar a realidade a partir de sua própria perspectiva com maestria, convencendo o leitor de que a sua representação está muito próxima da realidade em si. Quanto à sua estrutura, essa gigantesca obra de Tolstói encontra-se dividida em tomos, sendo estes subdivididos em partes e, por fim, capítulos. No início de cada parte, a narrativa fornece ao leitor pistas sobre qual núcleo do enredo será abordado nos capítulos que se seguirão, permitindo a familiarização do leitor, antecipando as cenas que estão por vir, como acontece no primeiro capítulo da segunda parte do Tomo 1 (um):

> Em outubro de 1805, os exércitos russos ocupavam vilas e cidades do arquiducado da Áustria, mais regimentos continuavam a chegar da Rússia e aquartelavam-se junto à fortaleza de Braunau, trazendo grande transtorno para os habitantes, em cujas casas se instalavam.[36]

Diante dessa passagem, já se pode dizer que este e os próximos capítulos darão ênfase ao envolvimento do exército russo, assim como as personagens centrais que fazem parte deste, em batalhas no território austríaco. Pouco mais adiante, o narrador descreve como era toda a dinâmica do deslocamento de trocas em longas distâncias e os cuidados que os soldados devem ter no que se refere aos seus pertences, relatando o desenrolar da organização das tropas até esta tornar-se "uma massa compacta de dois mil homens, e todos sabiam o seu

[35] BARTHES, Ronald. *O efeito do real*. In: BARTHES, Roland et al. *Literatura e semiologia*. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 35-36.
[36] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 243.

lugar, a sua função, em todos eles cada botãozinho de cada pequena correia estava no seu devido lugar e brilhava de limpeza.”[37]. Contudo, seria realmente necessário descrever o estado dos botões nos uniformes dos soldados russos? Afinal, o narrador já havia falado sobre as ordens para que os soldados se organizassem e, desta maneira, ao falar de cada botãozinho que estava em seu lugar, o leitor desatento pode pensar que Tolstói estava atentando-se a detalhes supérfluos, aparentemente inúteis, que facilmente poderiam ser retirados da narrativa sem atrapalhar o desenrolar da história.

Pode-se dizer que Tolstói não economiza nos detalhes, uma vez que estes são característicos de seu método artístico. Apesar de assim o parecer, falar dos botões dos uniformes não é inútil, pelo contrário, engrandece-a, porque aproxima o leitor da realidade presente na narrativa. Falar de soldados é muito vago, agora falar da rotina desses soldados, descrever minuciosamente as tarefas que cada um deve cumprir fora do campo de batalha, de certa forma, desmistifica o *status* desse cargo e o torna mais real, quase palpável. Com seus recortes “supérfluos”, Tolstói humaniza suas personagens, demonstrando com profunda atenção que para um soldado os cuidados com as botas são tão importantes quanto os cuidados que se dedicam às armas e aos treinamentos de guerra.

Quanto ao grau de verossimilhança de cada texto, retomando a perspectiva de Tzvetan Todorov, é preciso estar consciente de que, uma vez distante do fato ocorrido, das coisas ou dos indivíduos, o texto ganha vida própria e autonomia, deixando de ser reflexo e adquirindo assim leis próprias, segundo as quais pode e deve vir a ser julgado. Nesse contexto, Todorov defende a ideia de que o verossímil tem um papel importante: preencher as lacunas geradas pelas leis da linguagem, ou seja, pela retórica, criando assim uma referência ao real – não seu reflexo. Portanto, somando-se a consciência da linguagem (retórica) ao verossímil, o resultado seria, portanto, uma referência ao real, posto que o papel de quem estuda o verossímil é mostrar que os discursos não são regidos por uma correspondência com seu referente, mas por suas próprias leis, retirando assim a ideia ilusória de que a linguagem é algo transparente.

Diante disso, tomando a figura de Napoleão Bonaparte para exemplificar, pode-se afirmar que existem vários “Napoleões”. Em relação ao Napoleão Bonaparte original, enquanto homem/indivíduo, não existe mais a possibilidade de conhecê-lo e jamais será possível saber como/quem ele foi de verdade. No entanto, para aqueles que se encontram em uma esfera temporal e espacial diferente da que viveu Napoleão, resta a alternativa de

[37]Ibid, p. 244.

conhecer outros “Napoleões”. Um dos possíveis é o Napoleão criado por Tolstói enquanto personagem em *Guerra e Paz*, onde é retratado como um sujeito mesquinho, soberbo e tolo por acreditar que tudo o que acontecia ao seu redor só se dava de acordo com a sua vontade. Outro Napoleão é aquele presente na pintura de Jacques-Louis David, onde foi retratado na figura de um líder, homem poderoso, representante de uma nação, acima dos outros homens comuns, até mesmo do Papa.

Ainda que não pareça, teoricamente os dois exemplos citados acima fazem referência à mesma pessoa, não obstante, torna-se difícil conseguir associar a representação de Napoleão idealizada por Tolstói ao desenhado por David. Se ambos não estivessem identificados por seus respectivos autores como *o* Napoleão Bonaparte, o leitor de Tolstói, ao observar a obra de David a muito custo seria capaz de estabelecer uma ligação entre ambas representações do mesmo indivíduo. No entanto, dentro das leis de cada um desses discursos – seja este um discurso escrito ou imagético –, a representação de Napoleão está completamente coerente com a lógica do discurso pelo qual foi apropriado. Nenhum dos dois são reflexos do verdadeiro, mas ambos fazem referência ao Napoleão real.

Ao se apropriarem da figura de Napoleão Bonaparte, Tolstói e David estão construindo novos Napoleões e é aqui que o recurso do verossímil é tão caro às artes. O Napoleão presente em *Guerra e paz* é totalmente coerente com as leis do discurso presente na narrativa de Tolstói, levando em consideração que, apesar de contraditória, a figura de um Napoleão mesquinho e menosprezível constitui-se como uma de suas facetas presente no imaginário russo e em todos aqueles povos que em algum momento de sua história sofreram com as invasões do exército francês no período em que o militar foi imperador.

Por conseguinte, além de caracterizar Napoleão utilizando-se dos mesmos adjetivos que eram usados por seus inimigos – como *anticristo, inimigo da humanidade, usurpador* –, Tolstói é coerente com os pressupostos que compõem o senso comum de boa parte do seu público leitor, criando em sua narrativa uma perspectiva facilmente aceita como um possível real. Em contrapartida, David não é menos coerente em sua pintura, haja vista que no período em que pintou *A coroação de Napoleão*, o artista criou a figura de um Napoleão admirado por muitos de seus contemporâneos franceses, correspondendo assim à expectativa daqueles que enxergavam em Napoleão a imagem de um homem digno do título de imperador francês.

Outro aspecto para o qual Todorov chama a atenção é a característica polissêmica do termo *verossímil*. Este pode ser usado em seu sentido mais ingênuo 1) "conforme à realidade"; ou ainda, a partir da concepção de Platão e Aristóteles, segundo a qual 2) verossímil é a relação do texto particular com outro texto, geral e difuso, chamado opinião pública; tal definição também foi apropriada por Córax, que defende que o "verossímil não era a relação com o real (como é o verídico), mas com o que a maioria das pessoas acredita ser o real, ou seja, com a opinião pública"[38]. O que se percebe é que para que um discurso seja verossímil é preciso que ele seja compatível com um discurso mais amplo, impessoal e anônimo, aceito pelo senso comum. E, por fim, nos dias de hoje, "o verossímil é uma máscara com que se disfarça as leis do texto, e que deveríamos entender como uma relação com a realidade"[39], como ocorre com frequência no romance policial, onde a lei da narrativa corresponde ao antagonismo entre verdade e verossimilhança.

A partir dessas definições, Todorov divide o verossímil em dois níveis: 1) o verossímil como lei discursiva, absoluta e inevitável; e 2) o verossímil como máscara, como sistema de procedimentos retóricos, que tende a apresentar as leis do primeiro nível como submissões ao referente. Para isso, retomando a obra *Guerra e Paz*, cabe ressaltar que esta possui uma narrativa que se alterna entre a análise histórica de uma época – tendo como protagonistas Napoleão, o tzar Alexandre I e o general Kutúzov no período da campanha napoleônica contra a Rússia, entre 1805 e 1812 – e o enredo ficcional, cujo fio condutor tem base em três grandes famílias aristocratas: os Rostov, os Bolkónski e os Bezúkhov.

Concentrando-se na parte referente à análise histórica presente na narrativa, para além dos limites de uma romance histórico, *Guerra e paz* é uma obra crítica, fundamentada em meticulosa e exaustiva pesquisa[40], na qual Tolstói analisa e reconta os episódios que culminaram na derrota francesa e retrata, à sua maneira, personagens reais, como o próprio Napoleão. Contudo, não significa que o enredo de Tolstói está apenas ambientado em um determinado período da história, mas sim, que se trata de uma narrativa cujos fatos e personalidades históricas têm valor fundamental no desenrolar da trama. Sendo assim, para

[38] TODOROV. Tzvetan. Introdução ao verossímil. In: TODOROV, Tzvetan. *Poética da prosa*. São Paulo: Martins Fontes, p. 116.
[39]Ibid, p. 117.
[40] Com fontes que vão dos estudos do francês Adolphe Thiers e do russo Mikháilovski-Danílevski a testemunhos orais.

receber o adjetivo *histórico*, não basta o romance ter a *estrutura histórica* como cenário, o essencial é que os *eventos*[41] sejam o estímulo que dá movimento à narrativa.

Assim como o romance histórico não é história, o escritor também não é um historiador. Segundo Peter Burke[42], enquanto o historiador deve se preocupar em elaborar narrativas de grandes fatos ou indivíduos que foram importantes para a humanidade, o romancista, por sua vez, deveria tomar as interpretações dos historiadores como verdadeiras, usando assim sua liberdade de criação para elaborar personagens menores que ilustram os efeitos dos grandes fenômenos sob uma perspectiva particular – local e pessoal, enquanto a perspectiva do historiador é mais ampla. No entanto, é importante ressaltar que Tolstói não se encaixa nesse modelo de romancista passivo à "história dos historiadores" apresentado por Burke.

Definitivamente, Tolstói não concordava com as escolhas feitas pelos historiadores ao abordarem os fatos históricos referentes à invasão francesa na Rússia. Sua narrativa não pode ser chamada de sutil, afinal, ela critica abertamente o ponto de vista apresentado pela chamada *história oficial*. O que Tolstói está criticando é a falta de coerência presente em tais histórias, onde homens, como Napoleão e Alexandre I são transformados em deuses ou semideuses. Na visão de Tolstói, os responsáveis pelos rumos da história não estão atrelados à vontade dos chamados *grandes homens*, mas no povo e na somatória da vontade/necessidade individual dos homens e mulheres de um determinado período histórico.

O método de Tolstói consiste na seguinte estratégia narrativa: previamente, aos capítulos nos quais estão retratados eventos – como, por exemplo, a batalha de Austerlitz ou a batalha de Borodinó, a chegada de Napoleão a Moscou –, há uma reflexão crítica à forma e as escolhas feitas por historiadores ao abordarem tais eventos. Só nos capítulos seguintes, após ter apontado o quão inverossímil lhe parece as explicações dadas pelos historiadores da era napoleônica, Tolstói retrata em sua narrativa o evento previamente analisado. Em sua representação, Tolstói recria de forma romanceada os discursos históricos, procurando ser fiel à perspectiva histórica e, assim, zombando dela.

---

[41] Ao falar sobre *estruturas* e *eventos*, o historiador Reinhart Koselleck estabelece uma diferença entre esses dois conceitos, sendo que "os eventos são provocados ou sofridos por determinados sujeitos, mas as estruturas permanecem supra individuais e intersubjetivas", isso porque "as estruturas não se tornam grandezas extratemporais; ao contrário, elas adquirem frequentemente um caráter processual – que pode também se integrar às experiências dos eventos cotidianos". (2011, p. 136)

[42] BURKE, Peter. *As fronteiras instáveis entre história e ficção*. In: (ORG) AGUIAR, F.; MEIHY, J. C. S. B.; VASCONCELOS, S. G. T. *Gênero de fronteira:* cruzamento entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997.

No entanto, quando lemos conjuntamente crítica e recriação do fato histórico, a narrativa de Tolstói nos convence de que a verossimilhança histórica é um tanto quanto inverossímil, ridicularizando assim os trabalhos realizados pelos historiadores da época. Na verdade, Tolstói está criticando o fato dos historiadores referentes ao período napoleônico na Europa se utilizarem de liberdades próprias da literatura. Obviamente que um diálogo interdisciplinar entre Literatura e História é possível e enriquecedor para as investigações de cunho acadêmico no campo das ciências humanas, contudo, não se pode perder de vista as peculiaridades que tornam cada uma destas disciplinas singulares, como, por exemplo, a questão do compromisso com a verdade – pois, enquanto a História deve ter como foco central a busca pela verdade dos fatos, à Literatura é dada a liberdade criadora, sem ter que se comprometer com a veracidade.

Para concluir, é preciso compreender que as anedotas que fazem parte da narrativa de Tolstói, em *Guerra e paz*, para contar o desenrolar das batalhas entre os exércitos russo e francês não deveriam ser tomadas pelos historiadores como verdade absoluta, tendo em vista que alegar que o resfriado de Napoleão foi um fator importante para o resultado da batalha de Borodinó não é o tipo de argumento que se espera da ciência histórica:

> Muitos historiadores dizem que a batalha de Borodinó não foi vencida pelos franceses porque Napoleão estava resfriado e que, se ele não estivesse resfriado, as suas ordens, dadas antes e no decurso da batalha, teriam sido ainda mais geniais, a Rússia estaria perdida, e a face do mundo teria mudado. Para os historiadores que consideram que a Rússia foi formada pela vontade de um só homem – Pedro, o Grande – e que a França passou de república ao império e suas tropas foram para a Rússia pela vontade de um só homem – Napoleão –, o argumento de que a Rússia continuou a ser poderosa porque Napoleão teve um grande resfriado no dia 26 é, para tais historiadores, um raciocínio perfeitamente lógico.
>
> Se dependia da vontade de Napoleão oferecer a batalha ou não e se dependia da sua vontade dar uma ordem ou outra qualquer, então é evidente que um resfriado, capaz de influenciar a manifestação da sua vontade, poderia ser a causa da salvação da Rússia e, portanto, o camareiro que no dia 24 esqueceu de dar a Napoleão as botas impermeáveis foi o salvador da Rússia. Nessa linha de raciocínio, tal conclusão é indiscutível.[43]

[43] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 1632-1633.

Diante do panorama traçado por Tolstói em *Guerra e paz*, representar um Napoleão resfriado que acabou por prejudicar o desempenho do seu próprio exército é completamente verossímil. O Napoleão de Tolstói é um Napoleão humano, não um deus, é um ser de carne e osso e que, por essa razão, também é passível de se resfriar, condizente com as leis presentes em sua narrativa. Em contrapartida, historiadores que endeusavam a figura do imperador dos franceses, ao se apropriarem de tal anedota, rompem com a coerência do seu discurso narrativo, perdendo, dessa forma, o *status* de verídico, já que sua narrativa não é verossímil, não passa uma impressão de realidade.

1.3. A dualidade presente em *Guerra e paz*

Segundo Isaiah Berlin, durante a década de 1850, Tolstói estava obcecado pela ideia de escrever um romance de caráter histórico, cujos objetivos principais eram constatar a "substância 'real' da vida, a dos indivíduos e a das comunidades, com o quadro 'irreal' apresentado pelos historiadores"[44]. A primeira intenção de Tolstói era escrever um romance cujo tema se referisse aos *Dezembristas*, grupo formado por oficiais revolucionários nobres – inflamados pelo iluminismo francês – que iniciaram um movimento contra a ascensão ao trono russo do tzar Nicolau I, em dezembro de 1825. Para tanto, Tolstói investigou o assunto a fundo por meio de textos e relatos orais, sendo estes últimos colhidos pelo próprio autor.

Em vista de tal pesquisa, Tolstói chegou à conclusão de que para escrever um romance sobre os dezembristas, ele teria que ampliar seu recorte temporal, recuando até 1812, ano em que o exército de Napoleão Bonaparte fora repelido do território russo, contando aqui com os relatos das memórias pessoais de seu sogro Andrei Berhs[45] sobre os eventos desse período. No entanto, para entender o que aconteceu no ano de 1812, Tolstói acreditava que seria

[44] BERLIN, Isaiah. *Pensadores russos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 52.
[45] O sogro de Tolstói, Andrei Berhs, além de lhe fornecer seus próprios relatos sobre o período histórico investigado pelo autor, reuniu o testemunho de uma junta de velhas senhoras moscovitas referente ao ano de 1812.

necessário recuar ainda mais, chegando a 1805, ano marcado pela famosa *Batalha de Austerlitz*, na qual as tropas russas e austríacas foram derrotadas pelos soldados de Bonaparte.

> Nos dias 18 e 19 de novembro, as tropas avançaram mais dois dias de marcha, e os postos avançados do inimigo, depois de breves tiroteios, recuaram. Nas altas esferas do exército, desde o meio-dia do dia 19, teve início uma intensa movimentação ansiosa e agitada, que se prolongou até a manhã do dia seguinte, 20 de novembro, em que deu a tão memorável batalha de Austerlitz.[46].

A obra *Guerra e paz* tem seu enredo contextualizado nas guerras napoleônicas, as quais abrangeram todo o continente europeu, mas neste caso o romance de Tolstói está voltado, de forma mais específica, para os confrontos travados pelo exército russo contra o *Grande Armée* de Napoleão. Como o próprio título sugere, existe uma dualidade presente em toda a obra de Tolstói, sendo que a primeira e de percepção mais imediata é a que divide o romance em dois núcleos que se interligam diretamente durante toda a narrativa entre o cenário da guerra em si – ou seja, do campo de batalha – e o da paz – onde as personagens vivem suas vidas pensando e falando da guerra, mas longe das batalhas –, até o dado momento em que ambos os cenários se tornam um só, com a aproximação e a então chegada de Napoleão à cidade de Moscou.

Quanto à história de *Guerra e paz*, esta se encontra situada no início do século XIX, período em que foram travadas as guerras napoleônicas por todo o continente europeu, iniciando o enredo em 1805 – onde personagens fictícias da aristocracia russa abrem a história discutindo a ascensão de Napoleão ao trono francês – e segue até 1819, quando o *Epílogo* apresenta o desfecho da vida das personagens fictícias após o fim da campanha contra a invasão napoleônica. A narrativa também conta com dois núcleos de personagens com seus respectivos protagonistas: 1) as personagens históricas apropriadas por Tolstói, especialmente centralizadas nas figuras de Napoleão Bonaparte, do general russo Mikhail Kutúzov e do tzar Alexandre I; e 2) as personagens fictícias, centralizadas nas figuras de Andrei Bolkónski,

[46] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p 536.

Pierre Bezúkhov e Natacha Rostóva, representantes de três grandes famílias da aristocracia russa na obra, as quais formam o fio condutor da narrativa e amarram o enredo.

Ainda sobre a dualidade entre as personagens de *Guerra e paz*, fazendo um breve parêntese, não é possível dizer que Tolstói privilegie um núcleo em detrimento do outro. Ao contrário, pois é nítida a preocupação do autor em tratar ambos de forma equivalente. Diante disso, percebe-se a tentativa de Tolstói em demonstrar que a vida de indivíduos comuns é tão relevante quanto à vida daqueles rotulados como os *grandes homens* da história, sendo que, por outro lado, procura expor que esses grandes homens são feitos da mesma matéria que os homens comuns – que amam, que sofrem, que ambicionam, que adoecem, que nascem e morrem. Em outras palavras, a narrativa de Tolstói em *Guerra e paz* retira esses *heróis* do pedestal em que foram postos pela história e os humaniza, atribuindo matéria ao ideal.

Outra dualidade existente nessa obra equivale-se à relação entre a narrativa do romance e as digressões filosóficas que quebram o enredo. Segundo Berlin, do ponto de vista daqueles que consideravam Tolstói apenas enquanto romancista, as passagens históricas e filosóficas eram encaradas como

> (...) uma interrupção impertinente da narrativa, como uma disposição lastimável para digressões irrelevantes, característica desse grande escritor, mas excessivamente dogmática, como uma metafísica capenga, tosca, de pouco ou nenhum interesse intrínseco, profundamente não-artística e totalmente alheia ao propósito e à estrutura da obra de arte como um todo.[47]

No entanto, esse mecanismo de digressões adotado por Tolstói é de extrema importância para minha pesquisa, uma vez que é através dele que o escritor demonstra de forma mais objetiva sua concepção referente a Napoleão, permitindo assim um estudo mais abrangente da representação deste – artifício que não diminui a importância das referências à Napoleão por meio de personagens ou do próprio narrador. Nesse ponto, a aproximação entre *Guerra e paz* e a *Gazeta do Rio de Janeiro* torna-se pertinente, tendo em vista que seus redatores utilizavam-se do mesmo método ao escrever artigos sobre os eventos ocorridos na

[47] BERLIN, Isaiah. *Pensadores russos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 45-46.

Europa, formulando digressões filosóficas à respeito da personalidade, da conduta e das realizações de Napoleão enquanto imperador da França.

No que se refere ao núcleo das personagens históricas reais apropriadas por Tolstói para a composição da obra, pode-se mencionar as figuras de três pilares presentes neste enredo. Comecemos por Alexandre I, tzar da Rússia entre 1801 e 1825, retratado em *Guerra e paz* como objeto de estima por parte das personagens fictícias da aristocracia russa, recebendo de Nikolai Rostóv um sentimento de adoração e encantamento singular. Na obra, ele parece poucas vezes como personagem ativa, interagindo em cenas curtas e bastante específicas dentro do romance, uma vez que o leitor o conhece muito mais por meio da visão do narrador ou de outras personagens do que por sua figura *presente*. Contudo, deve-se destacar que o tzar russo é apresentado de forma muito mais idealizada do que real, como é possível constatar nas seguintes passagens:

> A Inglaterra, com seu espírito comercial, não compreende e não consegue compreender toda a estrutura do espírito do imperador Alexandre.[48]
>
> Belo, jovem, o imperador Alexandre, num uniforme da guarda da cavalaria, com um chapéu de três pontas, uma das pontas voltadas para a frente, com seu rosto simpático e sua voz sonora, mas não muito alta, atraía toda a atenção.[49]
>
> O soberano chamou o comandante do regimento e lhe disse algumas palavras. “Meu Deus! O que seria de mim se o soberano falasse comigo!”, pensou Rostóv. “Eu morreria de felicidade.”[50]

Por outro lado, deve-se apontar o general Mikhail Kutúzov como peça-chave para o desenrolar da narrativa, sendo ele um general experiente do exército e figura central da resistência russa à invasão napoleônica. Nomeado pelo tzar como comandante em chefe em 1805, foi ferido na batalha de Austerlitz e culpado pela derrota russa. Voltou a ganhar destaque apenas no ano de 1812, quando foi nomeado general em chefe do exército, dando início à reação russa contra as forças de Napoleão. Diferentemente do que faz com Alexandre

[48] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p 31.
[49] Ibid, p. 513-514.
[50]Ibid, p. 514.

I, Kutúzov é uma personagem muito mais presente em *Guerra e paz*, tanto nas referências feitas a ele como enquanto personagem ativa.

Em termos de comparação, na obra de Tolstói, Kutúzov está muito mais próximo de Napoleão do que este está de Alexandre – talvez porque Napoleão seja muito mais visto e representado atuando como general do que no seu papel de imperador propriamente dito. Em sua representação de Kutúzov, Tolstói o retrata como um homem cansado, muitas vezes desprezado e visto como um velho obsoleto, por outros generais:

> O príncipe Andrei sentia que Kutúzov estava abalado e desgostoso com alguma coisa, que no quartel-general estavam descontentes com ele (...).[51]
>
> Kutúzov, num uniforme desabotoado, do qual o seu pescoço gordo emergia por cima do colarinho, como se tivesse se soltado, estava sentado numa poltrona de espaldar alto, as mãos velhas e rechonchudas colocadas simetricamente sobre os braços da poltrona, e quase dormia.[52]

Por outro lado, ainda há a perspectiva de Kutúzov enquanto uma figura sensata em meio a homens impulsivos e imaturos diante das exigências da situação crucial que a Rússia se encontrava frente o avanço das tropas francesas em seu território, mas que recebeu um julgamento injusto por parte de seus compatriotas: “em vez de enaltecerem Kutúzov, como faziam dois dias antes, agora o condenavam por ter sido a causa das inquietações do soberano”[53].

Por fim e não menos importante, a obra tolstoiana trás para o centro de seu enredo Napoleão Bonaparte como personagem de *Guerra e paz*. Político e general de destaque durante a Revolução Francesa, que teve início em 1789, com o golpe do 18º Brumário, Napoleão colocou fim ao processo revolucionário na França e assumiu o poder no dia nove de novembro de 1799. Em 1804, Napoleão coroou a si próprio enquanto imperador– título que carregou até 1814. Em *Guerra e paz*, a figura de Napoleão está presente de todas as maneiras

[51]Ibid, p. 538.
[52]Ibid, p. 543.
[53]Ibid, p. 1939.

possíveis, isto é, seja como tema de debates entre outras personagens – fictícias ou reais –, seja como personagem em si da obra.

Da mesma forma que em *Guerra e paz,*em linhas gerais, as questões que envolvem a representação da figura de Napoleão Bonaparte também são apresentadas por meio de uma dualidade, pelo menos, até determinado ponto do enredo, no que diz respeito ao olhar das personagens tolstoianas sobre o imperador dos franceses: 1) aversão completa por grande parte das personagens da obra e 2) admiração profunda por parte de personagens centrais, como Andrei Bolkónski e Pierre Bezúkhov. No entanto, após a representação da Batalha de Austerlitz que marca o encontro entre Napoleão e Andrei Bolkónski e da presença de Pierre Bezúkhov como espectador na batalha de Borodinó, é possível notar que a dualidade que envolve a figura de Napoleão se dissipa gradualmente, restando apenas a imagem de um homem vaidoso que acabou refém do destino e foi derrotado pelo desejo de libertação do povo russo.

Em contrapartida, o núcleo das personagens fictícias do romance gira em torno de três personagens centrais, as quais representam importantes famílias da aristocracia russa na obra. Primeiramente, Pierre Bezúkhov, que é filho bastardo do conde Bezúkhov, foi criado na Europa, sendo este o representante máximo da aristocracia europeizada presente no romance, que retorna à Rússia devido à enfermidade do pai. Em todo o enredo, Pierre é uma personagem de extrema importância, que se mantem a maior parte da história distante dos campos de batalha, sendo assim, o principal defensor e admirador da figura de Napoleão Bonaparte.

Entretanto, ao ver com seus próprios olhos os horrores da guerra promovida por Napoleão em território russo, Pierre passa por uma transformação que abala suas concepções, chegando ao ponto de planejar um atentado contra a vida do imperador francês quando este chega a Moscou. Como um dos representantes dos chamados *homens supérfluos* da literatura russa, Pierre não tem forças nem disposição para concretizar seu plano de assassinar Napoleão e o ato de bravura e sacrifício em nome da Pátria russa restringe-se ao campo de sua imaginação: “Ocultando sua identidade, ele tinha que ficar em Moscou, encontrar Napoleão e matá-lo, para desse modo ou perecer ou pôr fim à desgraça de toda a Europa, que na opinião de Pierre provinha apenas de Napoleão.”[54]

[54]Ibid, p. 1861.

Quanto a Andrei Bolkónski, este é o legítimo representante da aristocracia russa, admirador de Napoleão Bonaparte que, ao se desiludir com as futilidades da vida matrimonial, torna-se oficial do exército russo na 3ª Coalizão contra seu próprio ídolo – Napoleão. Como já dito anteriormente, a mudança de perspectiva por parte de Bolkónski ocorre durante a famosa Batalha de Austerlitz, sendo ferido no campo de batalha e resgatado pelos soldados franceses, conhecendo assim Napoleão. Ao representar esta cena, Tolstói explicita a frustração de Andrei ao constatar que o *grande Napoleão* não passava de um homem comum e mesquinho.

> (...) com os olhos cravados em Napoleão, bem a sua frente, o príncipe Andrei ficou calado... Naquele momento, pareceram-lhe tão insignificantes todos os interesses que ocupavam Napoleão, tão mesquinho lhe pareceu o seu próprio herói, com aquela vaidade rasteira e sua alegria da vitória, em comparação com o céu alto, justo e bom, que ele via e compreendia (...).[55]

E por último, Natacha Rostóva, a jovem moscovita de uma família aristocrática falida. Na maior parte do romance, ela se encontra afastada dos cenários da guerra contra Napoleão, envolvida indiretamente na questão por meio de seus irmãos – Nikolai e Pétia – ou dos homens por quem se apaixonara no decorrer das guerras napoleônicas na Rússia – Boris Drubetskoi, Andrei, Anatole Kuráguin. O contato direto com as guerras napoleônicas ocorre com a aproximação de Napoleão e seu exército à cidade de Moscou, quando ela e sua família são obrigadas a fugir.

No entanto, como é de conhecimento geral, Tolstói não se limitou a construir um romance dentro do contexto das guerras napoleônicas – o que resultou em uma crítica negativa por parte de seus contemporâneos –, mas incluiu uma série de refexões filosóficas nas quais levantava questões quanto ao papel dos heróis – os grandes homens – sobre o destino dos povos, o diferencial da vondate de um povo sobre a história e, por fim, as razões que levam os homens (líderes, estadistas, pessoas comuns) a praticarem a guerra. Não me aprofundarei nesta questão agora, tendo em vista que ela está presente em todo o trabalho.

[55]Ibid, p. 608.

2. *GazetadoRiodeJaneiro*:Portugal,Napoleãoeo nascimento da imprensa no Brasil

> O europeu nos constroi como seu "outro" mas, ao mesmo tempo, nos apaga. Somos o "outro", mas o outro "excluído", sem semelhança interna. Por sua vez, eles nunca se colocam na posição de serem nosso "outro". Eles são sempre o "centro", dado o discurso das des-cobertas, que é um discurso sem reversibilidade. Nós é que os temos como nossos "outros" absolutos.[56]

As guerras promovidas por Napoleão Bonaparte, na Europa, enquanto imperador francês, foram a grande motivação para a saída da família real de Portugal, tendo em vista o risco que tal conflito representava para a segurança da própria monarquia. Sendo assim, quando a corte portuguesa fixou-se no *Novo Mundo*, a colônia sofreu uma série de adaptações primordiais às necessidades de um Estado burocrático como nova sede do império português, motivando assim a criação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico que passou a circular na América portuguesa com a criação da Imprensa Régia (1808) no Brasil.

2.1. Os documentos da Gazeta do Rio de Janeiro

Os exemplares da *Gazeta do Rio de Janeiro* vigoraram durante toda a estadia da Corte portuguesa no Brasil. O primeiro número veio a público no dia 10 de setembro de 1808; a última publicação sob esse nome ocorreu em 29 de dezembro de 1821. A partir de então, no último ano de suas edições, o nome foi encurtado e passou a se chamar *Gazeta do Rio*, sendo que no dia 31 de dezembro de 1822 encerraram-se as publicações do primeiro periódico

[56] ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista – discurso do conforto:* velho e novo mundo. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

oficial de língua portuguesa na América. Atualmente, todos os documentos publicados pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, incluindo os números da *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro* – que vinham a público em dias aleatórios, mas com bastante frequência, sempre que houvesse alguma notícia ou assunto importante a se tratar que não pudesse esperar pela publicação das edições regulares –, estão disponíveis no acervo da Fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

No entanto, em 2006, a Biblioteca Nacional criou a *BNDigital*, cujo intuito é facilitar o acesso às informações contidas em seus arquivos, além de promover a preservação da memória cultural do Brasil. Através do Laboratório de Digitação, realizou-se a captura das imagens dos documentos originais ou microfilmes, os quais posteriormente tornaram-se acessíveis em documentos no formato de *PDF* para consulta do público via internet. O periódico *Gazeta do Rio de Janeiro* foi um dos contemplados por esse projeto de digitalização da Biblioteca Nacional. Por isso, todos os documentos referentes a esse periódico, elemento fundamental para minha pesquisa de mestrado, foram consultados virtualmente por meio dos arquivos disponibilizados online pela *BNDigital*.

2.2. O dilema de Portugal: entre a cruz e a espada

Em dezembro de 1804, a Europa assistia a coroação do ambicioso corso que tivera uma ascensão meteórica desde que se tornara capitão da artilharia francesa aos 24 anos: Napoleão Bonaparte passou a governar a França sob o título de imperador, agora como Napoleão I. Sua primeira oportunidade aconteceu durante a ditadura jacobina e já no Ano II da República (1793) ganhou a patente de general; sobreviveu à revolução termidoriana (1794) e firmou-se enquanto defensor primordial da República durante a campanha italiana de 1796. Para o historiador Eric J. Hobsbawm “o poder foi metade atirado sobre seus ombros e metade agarrado por ele quando as invasões estrangeiras de 1799 revelaram a fraqueza do Diretório e

sua própria indispensabilidade”[57]. Daí por diante, foi de primeiro cônsul à imperador em cinco anos, com o golpe do 18º Brumário.

Se por um lado, Napoleão pode ser considerado um dos melhores governantes que a França jamais vira até então, que levou estabilidade e prosperidade a todos os franceses após anos difíceis de fome, crise política e ameaças constantes de invasões, por outro lado, a nobreza europeia o via como um oportunista, pintado sob as cores da tirania. Em seu reinado, o ideal de libertar a pátria foi substituído pelo elemento conquistador e de exploração, desmantelando as fronteiras europeias, num movimento constante de invasões, seguido de ocupação e anexação de territórios por parte do exército francês. Como uma exceção, devido a sua localização geográfica fora da Europa continental, a Inglaterra manteve seu território seguro da guerra internacional realizada por Napoleão durante longos anos graças ao exímio desempenho de sua força naval; no entanto, isso não foi o suficiente para que se mantivesse a salvo da ambição de Napoleão.

Sobretudo, Portugal não teve a mesma sorte. Com a derrota francesa na batalha de Trafalgar, em 1805, a invasão das ilhas britânicas tornou-se algo inalcançável para os planos de Napoleão, sendo que uma vitória sobre a Inglaterra exigia, no mínimo, a destruição de seu comércio, do qual eram dependentes não só os próprios ingleses, mas boa parte da Europa. Para tanto, com o objetivo de exercer uma pressão econômica contra os britânicos, Napoleão esforçou-se para garantir a eficácia do *Sistema Continental* a partir de 1806, bloqueando as relações comerciais entre a Inglaterra e os outros países europeus. No entanto, a economia inglesa não foi a única a sofrer os impactos da política econômica antibritânica imposta por Napoleão, tendo este que recorrer a intervenções militares como meio de submeter as nações europeias ao seu intento.

No caso de Portugal, a situação criada por Napoleão era ainda mais crítica, uma vez que a escolha não era simplesmente romper relações com a Inglaterra e evitar uma retaliação por parte destes, ou desrespeitar o *Sistema Continental* e garantir a segurança de suas fronteiras contra o avanço das tropas francesas. Há muito tempo que Portugal perdera seu *status* de grande potência, o que acabou por deixá-lo encurralado entre os interesses opostos que predominavam na política europeia do início do século XIX, sendo que, para este, um conflito armado contra a marinha britânica ou o *Grande Exército* francês não era uma possibilidade.

[57] HOBSBAWN, Eric J. A era das revoluções (1789-1848). São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012, p. 129.

> (...) de um lado a Inglaterra, tradicional aliada, com quem mantinha uma incômoda relação de dependência econômica e que, naquele momento, encontrava-se empenhada numa coalização europeia contra a política francesa expansionista; do outro lado a França, que exigia a sua adesão ao bloqueio comercial decretado contra a Inglaterra, ao mesmo tempo em que firmava um acordo secreto com a Espanha para conquista, ocupação e partilha do seu império[58].

Diante do dilema em que se encontrava o príncipe regente D. João, independente da escolha que fizesse – entre a inimizade da França ou da Inglaterra –, o castigo que recairia sobre o império seria igualmente desastroso. Em um discurso pronunciado diante do parlamento inglês, o primeiro-ministro William Pitt[59] demonstrou que tinha plena noção da pequeneza de Portugal em relação aos seus vizinhos, aconselhando D. João a partir para a América, de onde poderia reconquistar o reino e punir os franceses por seus crimes contra a soberania portuguesa:

> Portugal, Reino pequeno, e dependente de seus Vizinhos, he Berço de Heróes, que foráo ao longe lançar os Fundamentos de seu Imperio: he lá onde Portugal tem as Barreiras da defesa: he de lá que o PRINCIPE DO BRAZIL póde reconquistar o seu Reino: he de lá que póde dictar Leis á Europa; e com hum Sceptro de Ferro castigar a França dos seus Crimes, e a Hespanha da sua Perfidia. [60]

A consciência quanto às condições de precariedade do reino de Portugal, enquanto metrópole, e da condição de inferioridade de sua monarquia acabou por reavivar um projeto cogitado em outros momentos no qual a soberania portuguesa encontrava-se ameaçada por forças estrangeiras superiores as suas. O projeto consistia em deslocar a seda da monarquia para sua colônia na América, onde dispunha de um vasto território e estaria distante dos

---

[58] LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império*: Portugal e Brasil: Bastidores da política (1798-1822). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 107.
[59] Chamado pelos portugueses pela equivalência de seu nome na língua portuguesa, *Guilherme*.
[60]*Papéis vários [Manuscrito] Tomo 3*, "O Discurso do Imortal Guilherme Pitt…" (e outros), Documento nº 22, pp. 8. In: <http://purl.pt/16598/3/>. Acesso em 18 de Maio de 2016.
OBS: Optei por adotar a grafia original dos documentos que forem citados nessa dissertação.

conflitos europeus, protegendo assim, não só a monarquia, mas a parte mais rica do império, da qual dependia o reino.

Segundo Lyra (1994), houve pelo menos quatro outros momentos em que o Brasil apareceu como uma possível tábua de salvação para as debilidades do reino: 1) em 1580, durante a crise de sucessão em decorrência da morte do rei D. Sebastião, quando a Espanha invadiu Portugal para que Felipe II unificasse as duas coroas, o Prior de Crato – pretendente do trono português, teria sido aconselhado a ir para o Brasil e fundar um grande império; 2) na Guerra da Restauração (1640-1668), para formar uma aliança com a França, o Padre Antônio Vieira teria aconselhado D. João IV a oferecer a regência de Portugal ao duque de Orleans, para que ele pudesse ir para o Brasil e dar início a um novo Reino português; 3) no reinado de D. João V (1707-1750), quando se constatou a total dependência do reino em relação a sua colônia na América, o ministro D. Luís da Cunha aconselhara o rei a partir para o Brasil e tornar-se o *Imperador do Ocidente*; 4) em 1762, durante a Guerra dos Sete Anos, uma aliança entre Espanha e França ameaçava a segurança de Portugal, há evidências de que o rei D. José I possuía uma esquadra pronta para transportá-lo para o Brasil, em último caso[61].

A perspectiva apresentada por Lyra reforça a premissa desenvolvida por historiadores do século XX de que o translado da Corte portuguesa para o Brasil nada teve de improvisado. Manuel de Oliveira Lima foi o primeiro a romper com a tradição de uma visão atabalhoada da transferência da Corte para o Brasil, expondo o ponto de vista segundo o qual a retirada da Corte para o Rio de Janeiro fora uma estratégia política bem-sucedida[62]. Assim como os dois anteriores, a historiadora Lilia Moritz Schwarcz, em *A longa viagem da biblioteca dos reis*[63], defende a legitimidade da pressuposição de que a mudança da monarquia para o Brasil fora uma estratégia previamente planejada, o que poderia ser comprovado através do estudo dos documentos do Estado, sem contar o fato de terem promovido o deslocamento de todas as ferramentas necessárias para o estabelecimento do Estado burocrático português do reino para a colônia na América, juntamente com a biblioteca real.

Além disso, é possível mencionar ainda o caso de D. Rodrigo de Souza Coutinho, político influente e homem ilustrado português, que em uma carta, em 1803, alertara o

---

[61] LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império*: Portugal e Brasil: Bastidores da política (1798-1822). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 107-108.
[62] OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Dom João VI no Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Cia, 1908.
[63] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

príncipe regente sobre real situação do reino em relação à dependência da colônia brasileira e a importância de se considerar a hipótese da construção de um poderoso império no Brasil:

> Quando se considera que Portugal por si mesmo muito defensável, não he a melhor, e mais essencial parte da Monarquia; que depois de devastado por huma longa e sanguinolenta guerra, ainda resta o seu Soberano, e aos seos Povos o irem crear hum poderoso Imperio no Brazil, donde se volte a reconquistar, o que se possa ter perdido na Europa, e donde se continue huma guerra eterna contra o fero inimigo, que recusa reconhecer a Neutralidade de huma Potência, que mostra desejar conservala...[64]

A situação tornou-se insustentável no dia 27 de outubro de 1807, após o Tratado de Fontainebleau ser assinado secretamente entre Espanha – já ocupada pelas tropas napoleônicas – e França. Para estas estabeleceram um plano de ação com o objetivo de invadir Portugal e definir a partilha de seus territórios. A situação mostrava-se insustentável, até que, diante de tal dilema, o príncipe regente D. João finalmente colocara em prática aquilo que até então só se especulava: transferiu-se para o Brasil junto com todo o aparato burocrático necessário para se comandar seu império da América.

E finalmente, no dia 29 de novembro de 1807, a esquadra portuguesa deixou o porto de Lisboa rumo ao Brasil. Apesar deste fato ter significado o rompimento de uma tradição histórica, tornando D. João o primeiro monarca europeu a administrar os domínios do Império de uma colônia na América, a necessidade do deslocamento não foi o suficiente para frustrar o ânimo dos ilustrados portugueses. A partida para o Novo Mundo forneceu fôlego novo aos portugueses, que passaram a depositar na *nova corte* o sentimento de expectativa em relação à fundação de um novo e poderoso império no Brasil.

---

[64] COUTINHO, Rodrigo de Souza. *Papéis da Coleção Linhares*, Lata 2, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Apud Oliveira Lima, Manuel. *Dom João VI no Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Cia, 1908, p. 38.

2.3. O reformismo ilustrado português e a *nova corte* do Rio de Janeiro

Diante do que foi dito até o presente momento, acredito que existe uma relação muito próxima entre a criação da *Gazeta do Rio de Janeiro (GRJ)* e as ações de Napoleão Bonaparte na Europa. Obviamente que, num primeiro momento, fundar uma gazeta aparece como um ato de reafirmação da monarquia na *nova corte*, uma vez que ela passa a levar aos leitores do Brasil a voz da realeza. No entanto, a monarquia portuguesa não foi a única ameaçada pelo expansionismo napoleônico, sendo que este prejudicou também todo um *projeto reformista* do império, idealizado por grandes homens ilustrados, como é o caso de D. Rodrigo de Souza Coutinho e José Bonifácio de Andrada.

> (...) a transferência da sede desse império para a colônia, fato sem precedente na história das metrópoles europeias, significava profunda modificação nos planos da *Ilustração* reformista e conferia um sentido completamente novo ao império português, a partir de então, sediado na América.[65]

De certa forma, os planos de Napoleão de forçar Portugal a ser conivente com seu ímpeto de resignar a Inglaterra à sua autoridade por meio do *Sistema Continental*, consequentemente, acabou por impossibilitar o projeto modernizador do império lusitano em sua metrópole. Diante do dilema entre Inglaterra e França – ou seja, entre a opção de romper relações com os ingleses e perder seus domínios no além-mar para a maior potência marítima da Europa, ou enfrentar Napoleão e as tropas do general Junot, assistindo ao desmantelamento da Monarquia de Bragança, tal qual ocorrera no reino da Espanha –, D. João adotou a alternativa mais fácil: proteger o império, a monarquia e as colônias, transferindo-se para o Brasil, levando consigo as ferramentas fundamentais para governar o império português da América.

---

[65] LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império*: Portugal e Brasil: Bastidores da política (1798-1822). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 118.

> Tendo em vista o panorama descrito, a Corte portuguesa não hesitou, diante da guerra na Europa e da prisão dos monarcas espanhóis, em usufruir da alternativa de seguir caminha à América, com intenção deliberada de fortalecer os laços que uniam os súditos ao monarca, aliada à necessidade de controlar, com mãos de ferro, as ações que pudessem traduzir projetos e ideias contrárias à lógica do poder central.[66]

Frente a tais evidências, é possível perceber que o Brasil costumava ser visto como uma alternativa plausível que poderia vir a servir de refúgio para assegurar a manutenção da monarquia portuguesa. E com isso, o avanço das guerras napoleônicas rumo à península Ibérica revelava um envolvimento iminente de Portugal, que tinha consciência de sua condição de fragilidade em relação às monarquias ao resto do continente e da importância das colônias no que se refere aos interesses das potências do Velho Mundo. Não obstante, o Brasil acabou por se tornar, de fato, a sede do império português por treze anos, a salvo de qualquer perigo que a ambição de Napoleão pudesse representar.

Por conseguinte, para que a construção de uma *nova corte* no Rio de Janeiro fosse possível, cabia à administração portuguesa alterar o modelo colonizador aplicado em sua parte da América nos três primeiros séculos de colonização. No entanto, ao se falar das práticas de dominação adotadas pelos europeus para conquistar o Novo Mundo, é preciso atentar-se para o fato de que não houve um único modelo colonizador. Apesar de compartilharem a denominação de *novo mundo* e o nome de *América*, quando os europeus vieram apropriar-se dos territórios do além-mar, a oeste do Atlântico, na verdade, o que eles encontraram foram conjunturas variadas em toda a extensão territorial. Diante dessa perspectiva, coube ao colonizador europeu desenvolver um plano de ação que condissesse com as características específicas da parte da América que lhe coubesse.

No caso de Portugal, ao promover a colonização do litoral sul da América, deparou-se com comunidades ainda primitivas. Em vista dessas circunstâncias, os portugueses pouco puderam tirar proveito da mão de obra local. Por outro lado, a presença de comunidades indígenas pouco complexas facilitou a ocupação da nova colônia portuguesa – tanto no que

---

[66] SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise*: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006, p. 19.

diz respeito aos seus habitantes quanto ao seu espaço físico. Como não poderia ser diferente, a figura do indígena também foi dominada pelo povo conquistador como parte integral da colônia, que por meio da catequese jesuítica, promoveu a destruição cultural das áreas colonizadas. Para tanto, a alfabetização indígena foi usada como ferramenta para o desmantelamento da cultura local.

Com isso, na perspectiva apresentada pelos estudos de Nelson Werneck Sodré:

> (...) onde o invasor encontrou uma cultura avançada, teve de implantar os instrumentos de sua própria cultura, para a duradoura tarefa, tornada permanente em seguida, de substituir por ela a cultura encontrada. Essa necessidade não ocorreu no Brasil, que não conheceu, por isso, nem Universidade nem imprensa, no período colonial. Na zona espanhola, uma e outra surgiram logo: tinham larga tarefa a desempenhar, e fundamental. A dualidade de culturas, nela, representava sérios riscos ao domínio. Aqui, não tinha existência prática, não representava risco algum.[67]

O projeto português de aniquilar a cultura dos povos nativos de sua colônia resultou em uma série de consequências. O livro, por exemplo, como objeto simbólico que remete à questão do conhecimento, durante muito tempo, foi visto com desconfiança,[68]de uso restrito aos homens da Igreja.

Para tanto, o príncipe regente tinha o desafio de substituir o procedimento aplicado para administrar o Brasil pelo *projeto reformista* – e idealizado previamente pelos homens ilustrados do reino – para transformar a colônia em metrópole. Por conseguinte, o decreto do dia 13 de maio de 1808 criou a *Imprensa Régia do Rio de Janeiro* para substituir a Imprensa Régia de Lisboa, dando legitimidade ao projeto do *reformismo ilustrado português*. Dentre suas responsabilidades, cabia à Imprensa Régia da *nova corte* publicar uma gazeta, uma vez

---

[67] SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 11.

[68] Outra consequência apontada pelos estudos de Maria Odila Leite da Silva Dias, *A interiorização* da *metrópole e outros estudos* (2005), refere-se à tese de que o modelo de colonização e de administração aplicado pelos portugueses para dominar o Brasil resultou na ausência de uma consciência nacional e de um desenvolvimento revolucionário disposto a reorganizar a sociedade e construir uma nação. Além disso, deve-se acrescentar a tal resultado os interesses da elite conservadora da colônia, uma vez que "para os homens de ideias constitucionalistas, parecia imprescindível continuar unidos a Portugal, pois viam na monarquia dual os laços que os prendiam à civilização europeia, fonte de seus valores cosmopolitas de renovação e progresso", p. 9.

que esta tinha por finalidade promulgar notícias públicas regularmente, de forma institucionalizada, sob a forte tutela do Estado.

A instalação da Imprensa Régia foi uma das ferramentas do governo português que, para a historiadora Andréa Slemian, permitiu o desenvolvimento de condições novas e necessárias ao Brasil, suscitando o desenvolvimento de uma sociedade política[69]. As novas publicações permitiram a divulgação e a circulação de ideias e notícias, oriundas de outros periódicos estrangeiros, vindos especialmente da Europa, dando movimento à antiga inércia que vigorou por tanto tempo na colônia. Todavia, é preciso lembrar que toda e qualquer informação que viesse a circular no Brasil era submetida aos censores régios – membros da elite letrada, presentes na *nova corte*, que filtravam o tipo de informação que poderia vir a ser veiculado.

2.4. A *Gazeta do Rio de Janeiro* e o declínio do absolutismo português

Juntamente com o estabelecimento da Imprensa Régia, o Período Joanino no Brasil trouxe consigo a institucionalização da prática da censura. Em linhas gerais, é possível afirmar que, no que se refere a sua cultura, a censura tem raízes bastante profundas em Portugal, a qual se institucionalizou com base nos princípios cristãos que marcaram fortemente a história do país. Segundo os estudos de Graça Almeida Rodrigues[70], os primeiros registros de uma censura oficial referem-se ao ano de 1521, quando o então monarca D. Manuel I recebeu em carta do papa Leão X o pedido de auxílio para o confisco de obras heréticas na península Ibérica, cujo objetivo era combater as heresias em decorrência da Reforma Protestante que vigorava na época.

E se no período medieval era relativamente fácil para o Estado e a Igreja controlarem a difusão de ideias na Europa, a invenção de Guttemberg – a imprensa de tipos móveis –

[69] SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise*: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006.
[70] RODRIGUES, G. A. *Breve história da censura literária em Portugal*. Instituto de cultura e língua portuguesa, Ministério da Educação e Ciência. Lisboa, Bertrand, 1980.

possibilitou que as diferentes correntes de pensamento efervescentes na renascença atingissem um número maior de indivíduos. Apesar dos altos índices de analfabetismo característicos da época – quando o domínio da escrita estava restrito à clérigos, nobres e burocratas –, a história já comprovou a capacidade que uns poucos homens letrados têm de influenciar a ação de outros homens. Sob tal perspectiva, a Inquisição passou a empregar a estratégia de uma censura preventiva por meio do Conselho Geral do Santo Ofício.

Por sua vez, Portugal abraçou a causa e desenvolveu uma forte estrutura para monitorar a produção intelectual nos primeiros anos de imprensa, a partir de uma censura tripartida, com o 1) *Conselho Geral do Santo Ofício*, submetida à censura papal que atuava no combate aos *erros* de autores contra os quais poderia proceder; o 2) *Ordinário da Diocese*, sob responsabilidade dos bispos, que deveria censurar obras de doutrinas contrárias aos dogmas e à moral eclesiástica; e a 3) *Mesa do Desembargo do Paço*, representante da censura real, responsável por fiscalizar obras com doutrinas que ferissem os costumes públicos, as leis da coroa e a tranquilidade da nação. No Período Pombalino, essas três instâncias foram unificadas na *Real Mesa Censória*, a qual tinha por objetivo forjar uma mentalidade baseada no princípio de consolidar o ideal de soberania do Direito Divino, impedindo a entrada de ideias contrárias ao Absolutismo – em especial, as originárias do iluminismo francês –, e a tentativa de eliminar a influência dos jesuítas, expulsos do império português em 1759. Contudo, durante a reação antipombalina de Maria I, a censura tripartida foi restituída em Portugal.

Consequentemente, para Rodrigues:

> A Censura Inquisitorial e a Real Mesa Censória constituíram os padrões de desenvolvimento da censura nos períodos que lhes seguiram. Foram, por assim dizer, as escolas-piloto da censura em Portugal. Quanto à primeira, é de realçar a sua originalidade. Ela foi a mais severa e meticulosa das censuras inquisitoriais e os portugueses tornaram-se os peritos da censura na Europa.[71]

[71] Ibid. p. 90.

Com a transferência da corte para o Rio de Janeiro, a administração do Estado português transformou a *nova corte* no centro da censura oficial do império. Em 1808, a criação da Imprensa Régia tornou-se responsabilidade da Secretaria dos Estados dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sob o comando de D. Rodrigo de Souza Coutinho – homem ilustrado, ministro e conselheiro de Estado do príncipe regente, D. João. Inicialmente, a Imprensa Régia tinha como função imprimir os papéis diplomáticos do Estado e sua legislação, mas a partir de setembro de 1808, a impressão da *Gazeta do Rio de Janeiro* e de obras de diversos outros tipos também passaram a ser de sua responsabilidade[72].

Apesar do aviso presente no primeiro exemplar da *Gazeta do Rio de Janeiro* de que o Estado português só se responsabilizava pelos papéis impressos em seu nome:

> Esta Gazeta, ainda que pertença por Privilegio aos [ofi]ciaes[73] da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Gue[rra], não he com tudo Official; e o Governo somente responde por aqu[eles] papéis, que nella mandar imprimir em seu nome.[74].

No entanto, apesar da alegação do governo quanto a não oficialidade da *Gazeta*, Nelson Werneck Sodré discorda de tal premissa, declarando que se tratava de um "jornal oficial, feito na imprensa oficial" [75], isso sem mencionar a atuação da censura real. No Brasil, a *Junta Diretora* passou a ser o órgão responsável por realizar a censura prévia, examinando e selecionando as obras e notícias que poderiam vir a ser publicadas pela *Gazeta*, seguindo posteriormente para a análise da *Mesa do Desembargo do Paço*, que se fixaram no Rio de Janeiro com a *nova corte*, antes de sua publicação.

Sendo assim, pode-se considerar que a *Gazeta do Rio de Janeiro* converteu-se em um instrumento essencial para a veiculação das ideias de interesse do Estado português, tendo o

---

[72] No primeiro exemplar da *Gazeta do Rio de Janeiro*, na seção de notícias, de outras obras impressas pela Imprensa Régia: "Estão no Prelo as interessantes Obras seguintes: Memoria Historica [da in]vasão dos Francezes em Portugal no anno de 1807. Observações sobre o com[er]cio Franco do Brazil.". *GRJ*, 10/09/1808, Nº 1.
[73] Os trechos colocados entre colchetes – [ ] – correspondem à partes de palavras apagadas nos documentos digitalizados da *GRJ*, acrescentado intuitivamente.
[74] *GRJ*, 10/09/1808, Nº 1, p. 4.
[75] SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.20.

poder de determinar a formação de uma opinião pública compatível com seus propósitos do governo, além de legitimar e fortalecer a monarquia portuguesa na América. De certa forma, o caráter oficial da *Gazeta*, como apontado por Sodré, impediu que este periódico desenvolvesse uma função social, propriamente dita, uma vez que o conteúdo disponibilizado pela *Gazeta* correspondia a um apanhado de artigos oriundos de periódicos europeus e notícias do cotidiano da família real. O historiador ainda alerta para o fato de que a iniciativa de elaborar a *Gazeta* não se deu de forma gratuita:

> era agora necessário informar, e isso prova que o absolutismo estava em declínio. Já precisava de louvores, de ver proclamada as suas virtudes, de difundir os seus benefícios, de, principalmente, combater as ideias que lhe eram contrárias.[76].

2.5. A *Gazeta do Rio de Janeiro* e as diversas formas de se contar uma história

Como já dito anteriormente, durante trezentos anos de existência, o livro e o acesso à informação, como um todo, foi extremamente restrito no Brasil. Contudo, com a transferência da corte para o Rio de Janeiro, era de se esperar que ocorresse um alargamento das amarras quanto à obtenção de conhecimento, devido à Imprensa Régia e a regulamentação de uma gazeta, mas o resultado foi bem diferente do esperado. Isso porque quando uma imprensa legítima finalmente se estabelecera na colônia, os portugueses providenciaram que todo o aparato necessário para controlá-la fosse desempenhado a partir da *nova corte* – por meio da censura oficial do Estado ou pelo fato da *gazeta*, dita não-oficial, ser confeccionada pela imprensa do governo.

[76]Ibid, p.29.

Dessa forma, se é possível afirmar que os interesses do Estado português estavam presentes no conteúdo veiculado pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, cabe então investigar que tipo de informação era conveniente ao governo de D. João disponibilizar aos seus súditos. O que fica evidente é que mesmo estando no Brasil, a grande preocupação da monarquia ainda era o desenrolar dos eventos na Europa, noticiando matérias provenientes de jornais europeus quanto às ações de Napoleão Bonaparte em todo o continente e a reação daqueles que foram submetidos à sua política de dominação.

Outros temas convenientemente retratados na *Gazeta* referem-se: 1) à resistência no reino de Portugal contra o invasor: "Em todas as Cidades, e Villas desta Provincia foi acclamado com inexplicável o PRINCIPE REGENTE N. S.; o Povo foi armado, as medidas de defeza fôrão reguladas com igual prestreza, e acerto."[77]; 2) à importância do papel desempenhado pela Inglaterra em defesa das nações atacadas pelas tropas francesas: "Nunca a *Grã- Bretanha* representou hum papel mais honrado e glorioso. Peleijando a favor da *Hespanha*, e *Portugal*, combatemos a favor da *Inglaterra*."[78]; 3) à lealdade do povos das províncias do reino ao príncipe regente D. João e a esperança pela restauração da paz e da ordem no reino:

> Nós o leal povo de Algarve rendemos a V. A. R., como o legitimo Soberano as homenagens da mais fiel vassalagem exhibida pelos deveres de reconhecimento e gratidão, a que V. A. R. mais como Pai que Imperante tem adquirido com os nossos corações, irrefragaveis Direitos, e absoluto Imperio[79]
>
> Se a *União*, e a *Lealdade* prevalecerem, se ficaram extinctas todas as paixões particulares, se não houver outro partido senão o partido da Patria, o resultado desta grande Catastrophe he certo, seguro e glorioso: Se nós percebermos bem, que o vinculo mais forte para a nossa *União*, he a *Lealdade* impertubavel á AUGUSTA CAZA DE BRAGANÇA, em qualquer parte do Mundo (que a todas se extende a Monarquia) podemos servila bem, e fazer respeitar o MONARCA: Fieis ao PRINCIPE, e á Patria, mostremo-nos, quaes erão os nossos Maiores. – Estimaveis em Paz. –Temiveis em Guerra.[80]

[77]*GRJ*, 05/10/1808, Nº 7, p. 3. Trecho extraído da gazeta *O Leal Portuguez*.
[78]*GRJ*, 19/10/1808, Nº 11, p. 3. Trecho de artigo originário de *Courier 27 de Julho*, de 1808.
[79]*GRJ*, 24/09/1808, Nº 4, p. 2. Trecho extraído do documento de *Participação do Supremo Conselho do Reino de Algarve a S. A. R.*, originário de *Faro em 5 de Julho de 1808.*
[80]*GRJ*, 30/11/1808, Nº 23, p. 2. Trecho extraído das *DISPOSIÇÕES GERAES*, em documento assinado por D. Domingos Antonio de Souza Coutinho – conselheiro de D. João – originário do *Rio de Janeiro em 5 de Julho de 1808.*

Como é possível perceber, o redator não-nomeado não se restringia a traduzir e publicar notícias das guerras napoleônicas; pelo contrário, era bastante comum que o gazeteiro escrevesse reflexões quanto a conjuntura europeia apresentada em cada edição[81]. A exemplo disso pode-se mencionar justamente o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*, cujo artigo inaugural trouxe "Noticias vindas por via de França", publicadas originalmente em Londres – em 12 de junho de 1808 –, sobre um *"*Decreto Imperial*"* francês quanto ao controle dos portos europeus. Após alguns pequenos artigos e o longo *Extracto de huma Carta escrita a bordo da Statira*, o redator apresenta uma reflexão sobre a difícil realidade europeia, carregada por um tom de indignação e incredulidade:

> A Europa devia prever ha muito a sorte do Summo Pontifice, especialmente desde que foi obrigado a hir a Paris, e a assignar a Concordata[82]. (...)
>
> Aindaque estivessemos preparados para acontecimentos desta natureza quasi que não pensávamos ver derrubar ao mesmo tempo o throno dos Papas, e roubar o da Hespanha a mais antiga Dysnatia da Europa[83].

Pouco mais adiante, ainda é possível verificar as duras críticas direcionadas à política externa que vinha sendo desempenhada pela França napoleônica:

> O Governo Francez ainda ha pouco eng[a]dava a Prussia em quanto atacava a Austria, enganava a Autria em quanto combatia a Prussia e a Russia, fazia protestações de amizade a Portugal, e disfarçava com a Hespanha em quanto tinha a contender com as principaes Potencias do Norte (...)[84]

[81] Todo artigo ou documento presente na *Gazeta do Rio de Janeiro* é precedido pela informação do seu local e data de origem.
[82] Trata-se de um acordo diplomático que o Vaticano celebra com outro Estado, com o objetivo de regular suas relações mútuas, nas matérias de interesse comum.
[83] *GRJ*, 10/09/1808, Nº 01, p. 3.
[84] Ibid.

Na realidade, ao se fazer a leitura dos exemplares da *Gazeta do Rio de Janeiro*, é possível perceber que a função de informar o público leitor estava presente, mas aparecia como uma prática secundária, especialmente no que diz respeito às publicações entre os anos de 1808 e 1815. Tendo em vista que o "contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia"[85], apesar de ter sido declarado o caráter não-oficial da *Gazeta*, o que se verifica é exatamente o oposto – e não apenas pelo fato de ser confeccionada pela Imprensa Régia –, sendo que o conteúdo e a disposição dos artigos estão ordenados com o objetivo nítido de se construir pressupostos diretamente ligados aos interesses da coroa portuguesa.

Diante da nova realidade, com a monarquia em segurança na América, Portugal pôde sair de sua política de neutralidade e discrição que vinha mantendo na Europa e dar início a sua luta em combater a França de Napoleão por meio das palavras. Essa guerra verbal contra Napoleão, que tinha na *Gazeta do Rio de Janeiro* sua principal arma, resultou no desenvolvimento de um *mito napoleônico* presente no imaginário português.

[85] DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette:* mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.96.

3. As mil e uma faces de Napoleão na *Gazeta do Rio de Janeiro*

Toma um punho de terra corrompida,
Um quintal de mentira refinada,
Um barril de impiedade alambicada,
De audácia uma camada bem medida;
A cauda do Pavão toda estendida,
Com a unha do Tigre ensanguentada,
De Corso o coração, e a refalsada
Cabeça de Raposa envelhecida;
Tudo isto bem cozido em lento fogo
De exterior fagueiro, meigo e brando,
Atrevida ambição lhes lances rogo:
Deixa que se vá tudo incorporando,
E assim mui presto esperar; porque logo
Sai um Napoleão dali voando.[86]

Em 5 de maio de 1821, morria na ilha de Santa Helena aquele que por cerca de dezesseis anos abalara as estruturas do Antigo Regime na Europa. No Brasil, sua morte passou quase que despercebida. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, que por tanto tempo (1808-1816) preenchera suas páginas com o seu nome, restringiu-se a lançar uma pequena nota, não para informar sua morte, mas para esclarecer o que mudaria no Brasil a partir de tal evento:

> Manda o Principe Regente pela Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros remeter á Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação deste Reino do *Brazil*, a Copia incluza da Nota, que o Ministerio *Inglez* fez passar para o Ministerio *Portuguez* participando a liberdade de comunicação com a Ilha de *Santa Elena*, em consequência da morte do General *Bonaparte*; a fim de que a mesma Real Junta nesta intelligencia a faça constar aos Negociantes desta Praça. Paço em 17 de Outubro de 1821. – Francisco José Vieira.[87]

[86]*Receita especial para fabricar Napoleões, traduzida de um novo exemplar impresso em espanhol por um amigo de ganhar vinténs. (É infalível).* Reimpresso no Rio de Janiero, Imp. Régia, 1809, p. 1. Apud NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte:* imaginário e política em Portugal (1808-1810). São Paulo: Alameda, 2008, p. 50.
[87]*GRJ*, 23/10/1821, Nº 101, p. 7.

Já não havia mais Napoleão I, mas ainda era *General Bonaparte*. Em um exemplar de oito páginas, não é difícil imaginar que uma nota minimalista como esta, posta apenas na página sete, passasse despercebida por um leitor desatento. No entanto, apesar da tentativa de pô-lo no esquecimento, o fato é que Napoleão permaneceu vivo durante muito tempo no imaginário coletivo, se é que um dia foi esquecido.

2.1. Napoleão, o *vilão*

Apesar das múltiplas interpretações que existem a respeito da figura de Napoleão Bonaparte, é indiscutível a marca que ele deixou na história. No entanto, Napoleão não se fez por si só, existe toda uma conjuntura que está por trás de seu nome que colaborou para a construção do *mito napoleônico*. A situação de caos na França após 1789, a eclosão da guerra de coalisão em 1792, a República Jacobina e a fase do grande terror: todos esses fatores recorrentes da Revolução Francesa foram fundamentais para que Napoleão pudesse construir sua imagem. Contudo, apesar do contexto, o *mito napoleônico* "só pode se tornar inesgotável para a produção nas artes porque está alicerçado em uma trajetória singular" [88]. Nascido na periferia da França, tornou-se imperador aos 34 anos; fez e desfez das casas monárquicas, alterando todo o equilíbrio na Europa; após ser confinado na ilha de Elba, retornou ao poder na França para governá-la por mais cem dias, até ser derrotado e levado para Santa Helena, onde morreu em 1821.

Sobre o fascínio que Napoleão foi capaz de produzir sobre os homens de seu tempo, a historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves[89] relata algumas histórias que, provavelmente romanceadas, demostram as impressões que Bonaparte imprimiu em seus contemporâneos. Um desses casos é o encontro com Goethe durante o Congresso dos Príncipes, realizado em 1808, onde Napoleão expôs ter lido *O sofrimento do jovem Werther*[90]

[88] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte:* imaginário e política em Portugal (1808-1810). São Paulo: Alameda, 2008, p. 37.
[89] Ibid.
[90] GOETHE, Johann Wolfgang. *Os sofrimentos do jovem Werther*. São Paulo: Ed. Abril, 2010.

e o condecorou com a *Ordem Nacional da Legião de Honra* – condecoração criada pelo próprio Napoleão, em 1802, com o intuito de recompensar os méritos eminentes militares ou civis à nação. Mais tarde, em 1813, Goethe teria proibido seu filho de participar das guerras de libertação da Alemanha contra Napoleão.

No entanto, fascínio não foi o único sentimento que Napoleão motivava nas pessoas, afinal, suas ações costumavam despertar os dois extremos: paixão e ódio. Neste caso, podemos citar o exemplo de Beethoven, admirador da Revolução de 1789, que começara a compor a *Sinfonia Heroica* para homenagear Napoleão quando este ainda era Primeiro Cônsul. Ao terminar a obra, em 1804, Beethoven recebera a notícia de que Napoleão teria coroado a si mesmo enquanto imperador e foi tomado por um ataque de fúria, declarando que Napoleão não tinha nada de extraordinário e acabaria por se transformar em um tirano.

Diante de tais episódios, visivelmente romanceados *a posteriori*, pode-se dizer que as questões que rodeiam Napoleão geralmente são paradoxais. Primeiro, ele surge como grande defensor da revolução contra o absolutismo, para em seguida coroar-se imperador francês. Durante as guerras que travou em solo europeu, primeiro teve em Francisco I da Áustria seu inimigo, para depois tornar-se seu genro. Com Alexandre I, da Rússia, a relação também foi instável: começaram como inimigos até um acordo de paz aproximá-los em Tilsit, no ano de 1807, para voltarem a se confrontar quando, confiantemente, Napoleão invadiu o território russo, em 1812. Quanto a esse fato, Adam Zamoyski ressalta a crença de Napoleão de que "antes mesmo que se passem dois meses, Alexandre implorará pela paz"[91]. No entanto, as coisas não saíram como Napoleão esperava, encontrando na Rússia o início do seu fim.

Assim como suas ações eram incongruentes, as lendas que surgiram a partir de seu nome, e muitas vezes se sobrepuseram à própria história, não foram diferentes. De um lado, ligado a sua origem, está a *lenda dourada*, a qual o próprio Napoleão forjara e aproveitara-se dela. Com campo fértil especialmente na França, a lenda dourada de Napoleão construíra-se por meio de sua imagem enquanto

> filho da Revolução Francesa, desejoso de estender e consolidar a França e espalhar por toda a Europa os princípios de 1789 – liberdade, igualdade e

[91] ZAMOYSKI, Adam. *1812:* a marcha fatal de Napoleão rumo a Moscou. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 142.

> abolição do regime feudal –, pacifista, a quem a guerra foi imposta pelos soberanos e comerciantes ingleses[92].

Essa perspectiva que vigorou na França entre os anos de 1800 e 1814 representava Napoleão com todos os aparatos de um grande herói, quase um semideus invencível.

Entretanto, por outro lado, nessa mesma época, as nações que foram prejudicadas pelos planos de Napoleão, em particular a Inglaterra, começaram a produzir uma série de escritos com o objetivo de edificar uma imagem depreciada de Bonaparte. Além dos ingleses, a *lenda negra*, como ficou conhecida, foi bem-recepcionada pelos alemães e russos, assim como fez sucesso na Península Ibérica. Ao citar o trabalho de Lewis Goldsmith, Lúcia M. B. P. das Neves consegue ilustrar a construção da imagem de Napoleão sob a perspectiva de um homem violento, detentor dos piores vícios: "Nunca se viu indivíduo humano que reunisse uma combinação de crueldade, tirania, petulância, dissolução e avareza como Napoleão Bonaparte. A natureza não produziu ainda ente mais horrendo."[93].

Sendo assim, pode-se concluir que a *lenda negra* se disseminou nos territórios onde o absolutismo reinava e acabaram submetidos ou ameaçados pelos planos de Napoleão. Distante de ser uma articulação de origem popular, a *lenda negra* foi uma expressão dos interesses das elites políticas e econômicas em relação ao governo napoleônico. No Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro* demonstrava claramente a intenção de disseminar, pela nova corte portuguesa, elementos que contribuíam para a consolidação de uma visão repulsiva de tudo aquilo que remetesse à figura de Napoleão.

Para analisar a representação de Napoleão Bonaparte a partir da *Gazeta do Rio de Janeiro*, parece-me plausível classificar as notícias e os artigos variados em categorias: 1) os apelidos e nomes diversos atribuídos a Napoleão; 2) as acusações, denúncias e críticas à sua política e à sua pessoa; 3) as pragas e ameaças lançadas contra Bonaparte; e, por fim, 4) as expectativas pela derrota definitiva de Napoleão.

---

[92] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte:* imaginário e política em Portugal (1808-1810). São Paulo: Alameda, 2008, p.41.

[93] GOLDSMITH, L. *História secreta do gabinete de Napoleão Bonaparte e da corte de Saint-Cloud*. Lisboa, Imprensa Régia, 1810, p. 188. apud NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte:* imaginário e política em Portugal (1808-1810). São Paulo: Alameda, 2008, p. 43-44.

3.2. *Gazeta do Rio de Janeiro*: os muitos nomes de Napoleão Bonaparte

Na *Gazeta do Rio de Janeiro*, todo dia era dia de Napoleão. Entre os anos de 1808 a 1815, foram raros os exemplares que não citaram seu nome. As notícias e os artigos do redator da *Gazeta* até podiam não se aprofundar nos assuntos, contudo, por menor que fosse a nota, de alguma forma Napoleão estava lá. Caso seu nome não fosse mencionado, era comumente usada uma grande variável de expressões que fizessem referência a sua pessoa e demonstrassem toda a revolta e indignação daqueles que foram submetidos ao seu poder. Cabe ressaltar que já no primeiro ano de publicações da *Gazeta* – fosse nos exemplares regulares ou na *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro (GERJ)*, com impressões esporádicas –, em todas as edições é possível encontrar notícias cujos temas estavam diretamente ligados a Napoleão Bonaparte, como, por exemplo, sobre os movimentos do exército francês pela Europa; as análises de sua política e dos atos de seus generais; suas ordens, decretos, acordos e cartas; as guerras de resistência que se espalharam pelo continente, mas principalmente as batalhas na península Ibérica contra o domínio napoleônico.

No entanto, o que realmente chama a atenção é a variedade de definições e apelidos atribuídos a Napoleão. Em geral, seja nos artigos produzidos pelo próprio redator da *Gazeta*, seja em suas traduções de artigos, cartas e decretos estrangeiros, a principal denominação utilizada pelo gazeteiro foi de chamá-lo predominantemente por “Bonaparte” e, algumas vezes, “Napoleão”. Contudo, ao se falar em Napoleão Bonaparte, seu nome dificilmente aparece sozinho, estando normalmente acompanhado de algum adjetivo ou conceito que tentam definir pontualmente para o leitor as características desse indivíduo,segundo a concepção daqueles que escrevem sobre ele. Sendo assim, a taleba abaixo expõe quais eram os principais termos ou expressões presentes na *Gazeta do Rio de Janeiro* para referir-se a Napoleão:

Termos e Expressões	Exemplares
Agressor	*GRJ*, 04/07/1810, Nº 53, p. 3;
Ambicioso	*GRJ*, 29/06/1814, Nº 52, p. 3;
Arqui-Tyranno bebedor de sangue	*GRJ*, 28/11/1810, Nº 95, p. 1;
Astuto Napoleão	*GRJ*, 05/03/1809, Nº 51, p. 1;
Autocrata do Continente	*GRJ*, 21/03/1810, Nº 23, p. 3;
Bárbaro	*GERJ*, 05/05/1809, Nº 28, p. 3;
Celebre Napoleão	*GERJ*, 03/10/1808, Nº 4, p. 1.
Cesar	*GRJ*, 21/03/1810, Nº 23, p. 3;
Charlatão	*GRJ*, 16/11/1811, Nº 92, p. 1;
Chefe dos hypocritas	*GRJ*, 24/02/1810, Nº 16, p. 3.
Corso	*GRJ*, 28/04/1810, Nº 34, p. 2; *GRJ*, 19/05/1810, Nº 40, p. 4; *GRJ*, 30/05/1810, Nº 43, p. 1; *GRJ*, 08/08/1810, Nº 63, p. 2 e 3; *GRJ*, 22/08/1810, Nº 67, p. 5; *GRJ*, 06/06/1812, Nº 46, p. 2;
Damnado Napoleão	*GRJ*, 28/11/1810, Nº 95, p. 2;
Déspota	*GRJ*, 04/02/1809, Nº 42, p. 3; *GRJ*, 31/10/1810, Nº 87, p. 2;
Detestavel Tyranno de França	*GRJ*, 28/11/1810, Nº 95, p. 1;
Ex-Imperador	*GRJ*, 03/09/1814, Nº 71, p. 2;
Feroz	*GRJ*, 21/06/1809, Nº 79, p. 3.
Feroz tyranno	*GRJ*, 12/01/1811, Nº 04, p. 1;
Ficticio Monarca Napoleão	*GRJ*, 28/05/1814, Nº 43, p. 2;
General	*GRJ*, 13/12/1815, Nº 99, p. 1;
Grande Napoleão	*GRJ*, 24/03/1810, Nº 24, p. 4;
Grande Sultão Bonaparte	*GRJ*, 16/03/1811, Nº 22, p. 3;
Hypocrita famoso	*GRJ*, 20/04/1811, Nº 32, p. 3;
Imperador	*GRJ*, 17/09/1808, Nº 02, p. 1 e 2; *GRJ*, 21/09/1808, Nº 3, p. 1; *GRJ*, 05/10/1808, Nº 7, p. 1;

	GRJ, 08/10/1808, Nº 8, p. 4; *GRJ*, 15/11/1809, Nº 45, p. 2; *GRJ*, 21/06/1809, Nº 79, p. 2; *GRJ*, 01/07/1809, Nº 84, p. 1; *GRJ*, 22/07/1809, Nº 90, p. 1; *GRJ*, 09/08/1809, Nº 95, p. 3; *GRJ*, 12/08/1809, Nº 96, p. 1; *GRJ*, 20/09/1809, Nº 107, p. 1; *GRJ*, 27/09/1809, Nº 109, p. 1, 2 e 3; *GRJ*, 04/10/1809, Nº 111, p. 1 e 2; *GRJ*, 15/11/1809, Nº 123, p. 2; *GRJ*, 22/11/1809, Nº 125, p. 1; *GERJ*, 07/04/1809, Nº 25, p. 2; *GERJ*, 14/07/1809, Nº 33, p. 2; *GRJ*, 06/01/1810, Nº 02, p. 4; *GRJ*, 24/03/1810, Nº 24, p. 2; *GRJ*, 10/11/1813, Nº 90, p. 3; *GRJ*, 27/11/1813, Nº 95, p. 2; *GRJ*, 30/03/1814, Nº 26, p. 3; *GRJ*, 14/06/1815, Nº 47, p. 1; *GRJ*, 08/07/1815, Nº 54, p. 2;
Imperador do Continente	*GERJ*, 17/02/1810, Nº 14, p. 3;
Imperador do Oesto	*GRJ*, 21/03/1810, Nº 23, p. 3;
Imperador dos Francezes	*GRJ*, 15/10/1808, Nº 10, p.2 ; *GRJ*, 24/12/1808, Nº 30, p. 1; *GRJ*, 30/09/1809, Nº 110, p. 3; *GRJ*, 04/10/1809, Nº 111, p. 2; *GRJ*, 10/04/1813, Nº 29, p. 3;
Infame Corso	*GERJ*, 27/09/1811, Nº 23, p. 4;
Infame Napoleão	*GRJ*, 14/01/1809, Nº 36, p. 2; *GERJ*, 21/04/1809, Nº 27, p. 3;
Inhumano	*GERJ*, 05/05/1809, Nº 28, p. 3;
Inimigo	*GRJ*, 17/06/1815, Nº 48, p. 3;

Inimigo comum da humanidade	*GRJ*, 21/09/1808, Nº 3, p. 4;
Iniquo tyranno da Europa	*GRJ*, 25/01/1809, Nº 39, p. 1;
Insaciável	*GRJ*, 04/02/1809, Nº 42, p. 3;
Insociavel	*GRJ*, 30/05/1810, Nº 43, p. 1;
Intruso	*GRJ*, 30/08/1815, Nº 69, p. 7;
Maior dos Tyrannos	*GERJ*, 13/09/1810, Nº 10, p. 2;
Maligno	*GRJ*, 12/01/1811, Nº 04, p. 1;
Malvado Napoleão	*GRJ*, 25/01/1809, Nº 39, p. 3;
Monarca da França	*GRJ*, 28/05/1814, Nº 43, p. 2;
Monstro	*GRJ*, 17/11/1810, Nº 92, p. 2; *GRJ*, 20/03/1811, Nº 23, p. 4; *GRJ*, 23/10/1811, Nº 85, p. 4;
Monstro Corso	*GRJ*, 10/10/1810, Nº 81, p. 1;
Odioso	*GRJ*, 20/10/1810, Nº 84, p. 2;
Omnipotente	*GERJ*, 05/05/1809, Nº 28, p. 3;
Oppressor	*GERJ*, 05/05/1809, Nº 28, p. 4; *GRJ*, 28/04/1810, Nº 34, p. 2; *GRJ*, 15/08/1810, Nº 65, p. 4;
Oppressor do Continente	*GRJ*, 25/01/1809, Nº 39, p. 3;
Opressor das Nações	*GRJ*, 15/08/1810, Nº 65, p. 4;
Pérfido Tyranno/Napoleão/Corso	*GRJ*, 20/09/1809, Nº 107, p. 1; *GERJ*, 10/01/1809, Nº 20, p. 4; *GRJ*, 19/05/1810, Nº 40, p. 4; *GRJ*, 19/09/1810, Nº 75, p. 2; *GRJ*, 30/08/1815, Nº 69, p. 7;
Perturbador da Europa	*GRJ*, 11/02/1809, 44, p. 3;
Perturbador do repouso do Mundo	*GRJ*, 17/06/1815, Nº 48, p. 3;
Precipitado	*GRJ*, 16/11/1811, Nº 92, p. 1;
Prepotente	*GRJ*, 22/08/1810, Nº 67, p. 9;
Proctetor da Europa	*GRJ*, 21/03/1810, Nº 23, p. 3;
Proscripto	*GRJ*, 17/06/1815, Nº 48, p. 3;
Rei Napoleão	*GRJ*, 21/06/1809, Nº 79, p. 2;

Sombrio	*GRJ*, 30/05/1810, Nº 43, p. 1;
Temerario	*GRJ*, 02/08/1815, Nº 61, p. 3;
Todo-poderoso	*GRJ*, 03/01/1810, Nº 01, p. 4;
Tyranno	*GRJ*, 04/02/1809, Nº 42, p. 3; *GRJ*, 18/02/1809, Nº 46, p. 2; *GRJ*, 22/02/1809, Nº 47, p. 4; *GRJ*, 03/03/1809, Nº 67, p. 1; *GRJ*, 17/05/1809, Nº 71, p. 1; *GRJ*, 28/06/1809, Nº 83, p. 1; *GRJ*, 02/08/1809, Nº 93, p. 1; *GRJ*, 19/08/1809, Nº 98, p. 2 e 3; *GRJ*, 20/09/1809, Nº 107, p. 1; *GRJ*, 30/09/1809, Nº 110, p. 3. *GRJ*, 07/10/1809, Nº 112, p. 1; *GRJ*, 27/12/1809, Nº 135, p. 1; *GERJ*, 07/04/1809, Nº 25, p. 3; *GRJ*, 31/01/1810, Nº 09, p. 1; *GRJ*, 11/04/1810, Nº 29, p. 1; *GRJ*, 28/04/1810, Nº 34, p. 2; *GRJ*, 04/07/1810, Nº 53, p. 3; *GRJ*, 22/08/1810, Nº 67, p. 3 e 9; *GRJ*, 07/09/1810, Nº 71, p. 6; *GRJ*, 17/11/1810, Nº 92, p. 2; *GERJ*, 13/09/1810, Nº 10, p. 1 e 2; *GRJ*, 20/11/1811, Nº 93, p. 1; *GRJ*, 11/12/1811, Nº 99, p. 2; *GRJ*, 01/02/1812, Nº 10, p. 1; *GRJ*, 06/06/1812, Nº 46, p. 2; *GRJ*, 14/04/1813, Nº 30, p. 1; *GERJ*, 06/10/1813, Nº 11, p. 3; *GRJ*, 28/05/1814, Nº 43, p. 2; *GRJ*, 03/09/1814, Nº 71, p. 2; *GERJ*, 03/10/1815, Nº 16, p. 1;

Tyranno da Europa	*GRJ*, 08/10/1808, Nº 8, p. 4; *GRJ*, 08/04/1809, Nº 60, p. 2; *GRJ*, 20/03/1810, Nº 20, p. 4. *GRJ*, 04/05/1811, Nº 36, p. 2; *GRJ*, 13/08/1814, Nº 65, p. 1;
Tyranno da humanidade escarnecida	*GRJ*, 02/01/1811, Nº 01, p. 4;
Tyranno de Corsega	*GRJ*, 03/02/1810, Nº 10, p. 4;
Tyranno de França/Francez	*GRJ*, 21/04/1810, Nº 32, p. 2; *GRJ*, 19/02/1812, Nº 15, p. 3;
Tyranno do Continente	*GERJ*, 09/11/1808, Nº 17, p. 1;
Tyranno do Mundo	*GRJ*, 30/08/1815, Nº 69, p. 7;
Tyranno dos Mares	*GRJ*, 27/10/1810, Nº 86, p. 1;
Tyranno ignobel	*GRJ*, 17/11/1811, Nº 82, p. 1;
Tyranno odioso	*GRJ*, 23/07/1814, Nº 59, p. 1;
Tyrano Corso	*GRJ*, 16/03/1811, Nº 22, p. 3;
Usurpador	*GRJ*, 25/02/1809, Nº 48, p. 2; *GRJ*, 26/04/1809, Nº 65, p. 3; *GRJ*, 26/08/1809, Nº 100, p. 3; *GRJ*, 24/02/1810, Nº 16, p. 2; *GRJ*, 20/03/1811, Nº 23, p. 4; *GRJ*, 02/02/1814, Nº 10, p. 3; *GRJ*, 24/03/1814, Nº 24, p. 1; *GRJ*, 09/09/1815, Nº 72, p. 2; *GERJ*, 14/05/1815, Nº 08, p. 4; *GERJ*, 20/11/1815, Nº 20, p. 4;
Usurpador Corso	*GRJ*, 19/12/1810, Nº 101, p. 1;
Usurpador do Continente	*GERJ*, 03/02/1810, Nº 08, p. 4;
Victorioso	*GRJ*, 07/10/1809, Nº 112, p. 1;
Vingativo	*GRJ*, 21/06/1809, Nº 79, p. 3.

Tabela 1: Napoleão Bonaparte na *Gazeta do Rio de Janeiro*

Nos 50 exemplares impressos no ano de 1808 – sendo dentre esses 31 da *Gazeta do Rio de Janeiro* e 19 da *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro* –, apesar de Napoleão chegar a ser tratado pelo título de "Imperador", isso ocorre em apenas seis exemplares. Mas quando o

nome ou o título não são usados para remeter o leitor à figura de Napoleão, nomes de subversivos são inseridos, como, por exemplo, "inimigo comum da humanidade", "usurpador" e "Tyranno da Europa"[94]. No entanto, para além das definições simplórias, o redator escolhia e/ou escrevia artigos segundo os quais procurava justificar a má fama de Napoleão. A exemplo disso, pode-se recorrer a um artigo fundamentado em informações provenientes da gazeta inglesa *Times*, quando, referindo-se ao acordo firmado entre Alexandre I e Napoleão Bonaparte sobre o rio Niemen, o redator expôs sua esperança de que a "Rússia tornará a si" e "acabará de ver qual he o espirito, e o exito das promessas de Tilsit" ao perceber o "machiavelismo" francês, baseado em uma "política de tiros de canhão", questionando ainda quais seriam as novas ameaças que os "embustes do Imperador dos Franceses"[95] empregaria dali por diante.

No ano seguinte – 1809 –, Napoleão permanece como pauta principal da *GRJ* e novos apelidos são usados para defini-lo, como "infame", "iniquo tyranno da Europa", "malvado", "déspota", "perturbador da Europa", "pérfido Tyranno", "bárbaro" e "inhumano". Dentre as principais escolhas do gazeteiro, "usurpador" e "tyranno" ainda aparecem como principal codinome para Napoleão. O título de imperador raramente é seguido por seu nome, como em um artigo intitulado *Reflexão*, o qual aborda os *verdadeiros* interesses do "pérfido Tyranno" sobre Portugal: "O Imperador *Napoleão* quer que este bello paiz seja administrado, e governado todo em seu nome. – Sem que ninguem os chame a governar, em toda a parte se intromettem para roubar os Thronos aos legitimos Soberanos"[96], levando consigo misérias por onde passa.

No decorrer dos anos, é possível notar que as denominações aplicadas a Napoleão vão ficando mais criativas e irônicas. Em 1810, para além do usual título de "Imperador" e dos apelidos já comuns ao público – como "tyranno" e "usurpador" –, surgem "Imperador do Occidente", "chefe dos hypocritas" e "Autocrata do Continente", entre outros. Outra denominação que até então não havia sido usada é a de "Corso" e suas variações. Apesar de expressões que associam a figura de Napoleão Bonaparte à França, o fato de optarem por ligá-lo à ilha de Córsega demonstra a intenção de lembrar ao leitor de sua verdadeira origem, nada nobre, na periferia da França. Numa época em que ainda se atribuía valores a origem do

[94] Mais uma vez, optei por manter a grafia original de todas as palavras e expressões citadas a partir da *Gazeta do Rio de Janeiro*.
[95] *GRJ*, 19/11/1808, Nº 20, p. 3.
[96] *GRJ*, 20/09/1809, Nº 107, p. 1.

nascimento de cada indivíduo, é sintomático quando o redator decide tratar Napoleão por "Corso" da mesma forma que o chama de "o maior dos Tyrannos" e "Usurpador do Continente".

No primeiro exemplar de 1810, na última página da *Gazeta*, há uma carta de D. Mariano de Renovales – militar espanhol que participou da guerra de resistência contra a invasão francesa – em que declara "sou Hespanhol, que pelejo por um rei junto", alegando que lutará contra os franceses e colocará a prova o valor de seus soldados para verificar "se Napoleão he todo-poderoso"[97], como teriam blasfemado seus generais Pierre-Antoine Dupont e Horace-François-Bastien Sebastiani. Antes de finalizar a carta, Mariano de Renovales ainda insulta Bonaparte, criticando a forma com que este participa das batalhas travadas em seu nome: "He sobeja fadiga escrever tão largamente a hum homem indigno, como V. m., e incapaz de sahir ao campo, sustentado por hum milhão de soldados."[98]

Em outra edição deste mesmo ano, publicou-se um artigo que noticia o encontro dos "Vassallos de *Napoleão*" em Paris, os quais teriam como responsabilidade "conferir-lhe hum titulo novo, ou mais depressa sancionar pela sua servil submissão, o que ele bem quizer tomar". No entanto, aparentemente, "ainda não se sabe qual lisongeará mais a sua vaidade, e se se proclamará Imperador do Oeste, Protector da Europa, Autocrata do Continente, ou simplesmente Cesar!!!"[99]. Em tom irônico, é possível notar que o artigo rebaixa os nobres monarcas que aceitaram o domínio napoleônico ao *status* de *vassalo*, os quais teriam aceitado submeter-se às vontades do "Tyrano da Europa, Napoleão I"[100]. Outra referência feita por este mesmo artigo trata-se do ato de Napoleão de se autocoroar imperador francês, e que, naquele momento, seis anos após se tornar imperador da França, reunia seus nobres súditos para conceder a si mesmo um novo título.

Em outro artigo reflexivo da *Gazeta*, intitulado *Napoleão e Luiz Bonaparte*, o redator da gazeta recorre aos gregos para elaborar uma análise da política e da conduta de Napoleão. O principal foco do artigo está no modelo de governar adotado por Bonaparte:

---

[97]*GRJ*, 03/01/1810, Nº 01, p. 4.
[98] Ibid.
[99]*GRJ*, 21/03/1810, Nº 23, p. 3.
[100]*GRJ*, 10/03/1810, Nº 20, p. 4.

> o qual, em quanto governa milhões de homens com um sceptro ferreo, e despotico, como nunca se vio, está tão isento de todo o governo moral e saudavel de si próprio, como os vassallos que tyranniza, e de serem senhores de si.[101].

De acordo com a visão apresentada pelo gazeteiro em relação a tal panorama, o governo de Napoleão representava "os crimes da ambição" que para infelicidade geral "são muitas vezes cobertos de falsa gloria; mas os da malignidade e da vingança nada tem que lhe diminua seu odio natural"[102]. Sendo assim, esta poderia ser apontada como a justificativa para a rejeição a Napoleão por aqueles que não cessavam em lutar contra o seu domínio, segundo o prisma veementemente veiculado pela *Gazeta*, uma vez que "com taes crimes *Bonaparte* está tão familiarisado como com os da ambição"[103].

Sem hesitar, o artigo ainda continua esclarecendo ao leitor as possíveis razões para a conduta de Napoleão, que se dava em decorrência do fato de que "a ternura para a natureza humana não tem lugar no seu coração cruel; nem a affinidade do sangue que lhe impõe obrigação alguma para supprimir a malevolencia de seu genio"[104].Os portugueses, e outros povos a quem Napoleão tentava sujeitar à sua autoridade, não eram os únicos a perceber a "malignidade de sua alma"[105]. Denunciado pelo próprio irmão, Luís Bonaparte, a quem coroara como rei da Holanda para depois depô-lo do poder, tendo em vista que seus interesses começaram a divergir – enquanto, teoricamente, Luís intencionava tornar-se um bom governante para os holandeses, Napoleão usava e desusava de seus domínios e soldados para saciar suas ambições:

> elle he quem declara ante todo o mundo que a tyrannia de *Bonaparte* se faz intoleravel até aos de seu proprio sangue: que elle he tão profundo na sua hypocrisia, quanto vil na dissimulação: que delle se não podem fiar nem mesmo os de sua propria familia: que o degredo, perda de honras, e a morte se devem antepôr ao estar debaixo de seu governo, e que a honra he

[101]*GRJ*, 13/10/1810, Nº 82, p. 2.
[102] Ibid.
[103] Ibid.
[104] Ibid.
[105]Ibid, p. 3.

> incompativel com o seu systema. – Tal he a lição que *Luiz* dá ao mundo: lição esta, que por certo não será perdida.[106]

Se um conflito de interesses foi capaz de fazer Napoleão voltar-se contra seu irmão Luís e retirar deste a autoridade que um dia lhe concedera, a mensagem que a *Gazeta* transmite ao seu leitor é que, diante de tais fatos, se seus familiares não estavam a salvo de seus caprichos, quem mais poderia estar? Quem poderia garantir que Napoleão cumprisse e respeitasse, de forma concreta, os acordos e alianças firmados com outros soberanos das nações europeias? Através desse prisma, torna-se realmente difícil confiar nesse homem cuja vaidade passava por cima dos valores sagrados da família.

Mas não termina por aqui, pois em 1811 novos adjetivos são relacionados ao nome de Napoleão, como, por exemplo, "charlatão", "feroz Tyranno" e "tyranno da humanidade escarnecida". Aliás, cabe ressaltar que o conceito de tirano é largamente aplicado nas definições e referências a Napoleão, com pelo menos dez variações, como: "tyranno da Europa" ou "tyranno do mundo", "tyranno ignobel" e "tyranno odioso", e ainda "tyranno corso", entre outros .

Além de apelidos, ao se referir aos decretos implantados por Napoleão, o gazeteiro traduziu um artigo que seria originalmente francês, mas publicado na "*Folha Ingleza Star*", segundo a qual "*Bonaparte* nas contorsoes de sua cólera, e delirios de sua raiva, é o Corifeu dessas medidas desatinadas" [107]. Em outras palavras, pode-se dizer que o redator da *Gazeta* transmita a ideia de que Napoleão não passa de um homem descontrolado, movido por sentimentos passionais, que almeja se destacar perante aqueles a quem pretendia se igualar, os "Principes do Continente" [108]. Vale destacar que a tensa relação entre Napoleão e os outros monarcas europeus é um ponto bastante abordado pela *Gazeta*.

Nesse ano de 1811, um dos artigos que mais chama a atenção é o que atribui a Napoleão o desejo de se equivaler a Nero, imperador romano cujo reinado é comumente associado a atos de tirania e extravagância. De acordo com o artigo inglês traduzido pelo redator da *Gazeta*, "*Bonaparte* deseja a todos os respeitos imitar *Nero*, o qual parece ser o seu

---

[106]Ibid, p. 3.
[107]*GRJ*, 12/01/1811, Nº 04, p. 1.
[108] Ibid.

principal prototypo; tanto que tem o busto deste monstro no seu quarto na camera em *Malmaison*" [109]. No mesmo artigo, ao mencionar a questão da política de Napoleão, o texto refere-se ao "Decreto do louco cerebro do Tyranno da *França*", o qual limitaria o número de integrantes em uma sociedade. O panorama construído pelos ingleses em relação à figura de Napoleão e veiculado na *nova corte* portuguesa no Brasil só tende a reafirmar a crença da *lenda negra* criada em torno de Bonaparte.

No entanto, aparentemente, a criatividade cessou. Entre os anos 1812 e 1815, as referências à pessoa de Napoleão utilizavam adjetivos e codinomes já mencionados anteriormente, ou com pequenas modificações, como foi o caso do "Tyranno do mundo" ou "Tyranno odioso". Apesar da Europa ainda ser o tema principal da *Gazeta*, a prioridade a Napoleão é substituída e o foco passa a se concentrar nas vitórias do exército russo, rumo ao fim do "perturbador do repouso do mundo". O novo contexto quanto ao enfraquecimento do poder de Napoleão sobre seus domínios traz consigo dois adjetivos sintomáticos: primeiro, "proscripto", em clara referência ao seu fatídico afastamento do trono francês e as intenções de condená-lo ao desterro do solo europeu; e, posteriormente, um artigo garantia que a "*Inglaterra* há de persistir em que não apareça de novo na scena dos Soberanos o temerario *Bonaparte*, que se atreveu a dar leis aos mares"[110], protegendo assim o continente de um perigo tão grande quanto o que Napoleão representou.

3.3. As acusações que pesam sobre o réu da Europa

Quanto às acusações a Napoleão, estas eram feitas de forma deliberada. Aqui cabe mencionar a publicação de um artigo sueco – *Gothenburgo 31 de Julho* –, no qual declara-se que "o *Norte da Europa* ficou mui sobressaltado com a execrável traição que *Bonaparte* commeteo com a *Hespanha*"[111], quando a pretexto de atacar Gibraltar, invadira o território espanhol. Segundo a interpretação do gazeteiro, um ato como esse significava que "Napoleão

[109] *GRJ*, 29/05/1811, Nº 43, p. 2.
[110] *GRJ*, 02/08/1815, Nº 61, p. 3.
[111] *GRJ*, 17/12/1808, Nº 28, p. 1.

rasgou a máscara" ao invadir o território espanhol e "apossar-se absolutamente do Throno da Hespanha"[112]. Ainda neste mesmo artigo, extraído do periódico *Minerva Lusitana*, sob o título *Discurso sobre a origem e progressos da actual Revolução Portuguesa*[113], o texto ressalta que essa época marcada pela "atrocidade e infamia" de Napoleão evidencia sua "decadencia", afinal, trata-se de "hum Throno sustentado por compras, traições, e violências, muito mais que pela força effectiva das Armas", que fatalmente, "cêdo, ou tarde cahe por terra"[114].

Acusações, realmente, não faltavam e, a cada publicação, a *Gazeta* imprimia em suas páginas a divulgação de denúncias e críticas à política praticada por Napoleão em solo europeu: "As Nações, a quem o Tyranno de todas não se contenta só em ter privadas das noticias de nossa verdadeira situação, mas que, de mais, engana com os mentirosos papeis *Franceses*" [115]. Segundo as informações reveladas pelo gazeteiro, o leitor da *Gazeta* poderia concluir que a censura era aplicada usualmente na política de Bonaparte, que além de distorcer notícias, havia "o cuidado que o Tyranno *Napoleão* tem posto em ocultar a verdadeira situação" na península ibérica, "desfigurando todos os factos, ou exaggerando-os de maneira, que ninguem os chegue a saber como na realidade são" [116].

Para além das informações oriundas da região ibérica, os jornais ingleses corresponderam a uma ampla fonte de notícias, mas principalmente um forte aparato para sustentar os pressupostos necessários a consolidação da *lenda negra* de Bonaparte. O periódico inglês, *The Sun* – publicado posteriormente na Espanha só para então chegar ao Brasil – denunciou o desdém de Napoleão pela hegemonia das nações europeias, inclusive na França, cometendo atos desprezíveis em nome de sua ambição:

> No meio das atrocidades, que tem dado tanta fama a *Bonaparte*, depois que usurpou o poder supremo de *França*, e que tem contribuido a fazer objeto da detestação, e desprezo de todo o mundo a Nação, que com o mais servil abatimento se submetteo a hum tyranno tão odioso (...).[117]

---

[112]*GERJ*, 30/09/1808, Nº 3, p. 1.
[113] Esse artigo foi publicado separadamente nos exemplares Nº 2 (29/09/1808) e Nº 3 (30/09/1808) da *GERJ*.
[114]*GERJ*, 29/09/1808, Nº 2, p. 1.
[115]*GRJ*, 17/05/1809, Nº 71, p. 1.
[116]*GRJ*, 05/09/1810, Nº 71, p. 6.
[117]*GRJ*, 31/01/1810, Nº 09, p. 1.

Quanto à classificação da Inglaterra enquanto a representação de um governo inautêntico, o redator explica que a nação que Napoleão governa como imperador ilegítimo trata-o por "*Heroe*"[118], definição incomum para aqueles que lutam contra a autoridade imposta pelo governante francês.

Há ainda um texto com notícias de *Bayonna*, de origem francesa, no qual seu autor não nomeado expôs sua expectativa de que a chegada de seu "Augusto Imperador", Napoleão, e o aprisionamento de ingleses e espanhóis "terminem a anarchia, que dom[i]na em *Hespanha*"[119]. Em sequência, a análise feita pelo gazeteiro explica ao leitor que tal artigo consiste em um "fabrica *Na[p]oleonia*", cujo objetivo era "destinado a descarregar terror panico sobre os *Hespanhoes*"[120]. Diante de tal contexto, ficam visíveis as intenções do redator em tirar credibilidade das informações veiculadas por parte dos franceses, mostrando que uma das funções da *Gazeta* era descortinar o véu através do qual os franceses e Napoleão escondiam suas verdadeiras intenções em suas guerras pela Europa.

Junto com as denúncias das *atrocidades* cometidas por Napoleão contra as nações europeias, o redator decidiu traduzir e publicar um artigo londrino que alerta o leitor quanto ao alcance da "ambição de Bonaparte", uma vez que este "alegremente sacrificará o sangue dos seus concidadãos á sua imperial vontade"[121]. Em outras palavras, levando em consideração que toda tradução é também uma questão de escolha, o redator da *Gazeta* elegeu este artigo londrino, cuja perspectiva permite inferir-se que ninguém estaria a salvo da ganância de Napoleão, o qual além de aterrorizar aqueles que não o reconhecem, ainda se utiliza deliberadamente da vida de seus próprios súditos de acordo com as necessidades de sua ganância.

Contudo, muito mais que mentiroso, a *Gazeta* adverte que aqueles que resistem à autoridade de Napoleão não devem criar expectativas quanto a "*Clemencia de hum homem totalmente estranho*", de "*hum Tyranno tão vingativo e feroz! Não he possivel nem querel-a, nem esperal-a*"[122]. Segundo o panorama apresentado pela *Gazeta*, percebe-se claramente a tentativa de desqualificá-lo, associar a imagem de Napoleão a um individuo que se ampara em mentiras para enganar os povos europeus tal qual fizera com os espanhóis: "Assim forão

[118] Ibid.
[119] *GRJ*, 28/02/1810, Nº 17, p. 3.
[120] Ibid.
[121] *GRJ*, 21/12/1808, Nº 29, p. 1.
[122] *GRJ*, 21/06/1809, Nº 81, p. 3.

feitas as intrigas de *Madrid*; reduz-se primeiro tudo a huma anarchia; para que possa vir o grande Usurpador na figura de Pacificador"[123]. Essa ideia de que Napoleão se esconde por trás de uma máscara tende-se a intensificar de acordo com os avanços do exército francês e a instabilidade de suas alianças.

No entanto, a preocupação do gazeteiro não se limita em condenar a política de Napoleão, uma vez que através da análise de seus atos era possível verificar seu verdadeiro caráter de *Imperador dos Francezes*. Sendo assim, Bonaparte seria portador de um "carater impaciente, qual rio impetuoso, não soffre diques, seu orgulho sobre-exaltado pela prosperidade não admitte demoras, nem a sua perversidade compaixão"[124]. Consequentemente, a conclusão que o redator da *Gazeta* chega, baseado nas considerações quanto a sua índole, consiste na premissa de que as intenções de Napoleão tinham por finalidade reduzir nações como a Espanha e a Áustria em "pelo menos á classe de huma Potencia vassalla"[125]. Diante de tais evidências, pode-se concluir que Napoleão não era um homem em quem se pudesse confiar, afinal, sua compreensão do mundo e de determinados valores, considerados nobres pelos homens de seu tempo, possuíam um sentido diferente para ele:

> Allianças, promessas, juramentos, amizade, honra, virtude, são nomes para elle, e não realidades, nomes com que vai iludindo todos que ainda pensão, segundo os deveres do homem, e leis da recta razão, e com que abre um caminho mais seguro, e curto para executar seus danados projectos.[126]

Em um texto assinado por Xavier Abbadia aos franceses, traduzido e publicado na *Gazeta* sob o título de *Contextação*, o autor exalta a Espanha que vinha lutando contra "o espírito de rapina, incontinencia, e vandalismo com que se tem destinguido suas legiões devastadoras em os paizes que tem ocupado e não se surpreenderá (...) que por muitos seculos se transmitta de huma geração a outra hum ódio implacável, e huma vingança enterna!", para

[123]*GRJ*, 26/04/1809, Nº 65, p. 3.
[124]*GRJ*, 18/10/1809, Nº 115, p. 1.
[125] Ibid.
[126]*GERJ*, 07/04/1809, Nº 25, p. 1.

que possam então "offerecer ao Mundo inteiro huma paz honrosa, solida e duradôra"[127]. Na Espanha, um mesmo lema é entoado contra o tirano, imperador dos franceses: "Oden del dia, Napoleon em agonia"[128]

Na realidade, as acusações que partem das folhas espanholas à Napoleão representam o forte aparato para as reflexões do gazeteiro na construção de uma perspectiva negativa do imperador dos franceses, que tantos crimes cometeu contra a nação portuguesa. No exemplar que veio a público no dia 24 de fevereiro de 1810, foi divulgado um longo texto sobre uma declaração feita por Napoleão ao Corpo Legislativo francês, acompanhado por 25 notas explicativas, como se traduzisse ao leitor as entrelinhas da "falla do Imperador e Rei"[129]. Em sua fala, Napoleão teria declarado que tinha "reduzido *Aragão* e *Castella* à submissão, e expulsado de *Madrid* o falsário Governo formado por *Inglaterra*"; no entanto, o redator da *GRJ* esclareceu em nota que

> Em verdade, que he impudencia desmarcada caracterisar de crime a practica das mais bellas virtudes sociaes. *Napoleão* perfidamente esbulha os Reis de *Hespanha* do seu Throno, escravisa os *Hespanhoes*; e se esses querem recobrar a magestade nacional, e sua nobreza primitiva são insurgentes (...).[130]

Desse modo, se Bonaparte é o tirano ameaçador que aterroriza a face da Europa, os textos apresentados pela *Gazeta* sublinham que, assim como a península ibérica e os ingleses, "a política de Bonaparte he opprimir os *Hollandezes*com tantos vexames, que por fim peção, como um favor a incorporação de seu paiz com *França*"[131]. Isso sem mencionar as acusações referentes ao fato de Napoleão se utilizar da vida daqueles que o seguem para satisfazer seus anseios:

---

[127]*GRJ*, 26/08/1809, Nº 100, p. 2.
[128]*GRJ*, 30/09/1809, Nº 110, p. 3.
[129]*GRJ*, 24/02/1810, Nº 16, p. 1.
[130] Ibid.
[131]*GRJ*, 25/08/1810, Nº 68, p. 4.

> hum tyranno, que está opprimindo huma povoação triplicada da *Hespanha*, e que, para proseguir os seus ambiciosos designios, arrisca as vidas de quantos lhe obedecem, essa indistincta massa de seus vís escravos, que por uma conducta inexplicável se vai sacrificando a troco do roubo, e pilhagem[132].

Não obstante, dentre as acusações que a *Gazeta* destila contra Napoleão, uma chama atenção, em particular, pela fama que obteve: o caso do duque d'Enghien. Em decorrência de uma série de conspirações que borbulhavam pela França contra Napoleão enquanto este era primeiro-cônsul, muitos foram perseguidos, presos e condenados. Apesar de ser considerado por seus contemporâneos – e hoje pela historiografia, em geral – um pretendente bastante distante e desinteressado em lograr do trono Bourbon, o fato é que a mando de Napoleão, o jovem nobre foi vítima de um julgamento arbitrário na condição de conspirador, o que resultou em seu fuzilamento na fortaleza de Vicennes.

Consequentemente, após seis anos do ocorrido, o redator da *Gazeta* ainda recorre ao fato para apresentar um panorama que seria capaz de revelar a verdadeira índole de Napoleão Bonaparte, "cuja natureza matadora, no caso de ser conveniente ás suas vistas, não teria escrúpulo em sacrificar o joven Monarcha á horrível sorte de hum D'Enghien (...), ou ao das suas mesmas tropas doentes, envenenadas em Jaffa por ordem expressa do Monstro Corso" [133]. E daí Alistair Horne pontua corretamente ao declarar que "aqueles tiros" que atentaram contra o duque d'Enghien "repercutiram em toda a Europa"[134], chegando em 1810, por fim, ao Brasil.

Em contrapartida, ao lado dos artigos de oposição à Napoleão, a *Gazeta* também veiculava frequentemente artigos que glorificavam o príncipe regente D. João e a lealdade de seus súditos em todo o reino:

> Os fieis e valerosos *Portuguezes* abandonando todos os receios, e arrostando todos os perigos, e desenvolvendo aquelle caracter de energia, e fidelidade que distingue a nossa Nação, arvorarão o Estandarte da Restauração; e em nome da Religião e da fidelidade a seus juramentos acclamárão de novo o

[132] *GRJ*, 18/02/1809, Nº 46, p. 2.
[133] *GRJ*, 10/10/1810, Nº 81, p. 1.
[134] HORNE, Alistair. *A era de Napoleão*: o homem que reinventou a França. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

> Muito Alto e Poderoso PRINCIPE O Senhor D. JOÃO PRINCIPE REGENTE de Portugal nosso legitimo soberano.[135]

Nesse mesmo viés, a luta de resistência no reino era encorajada pelos artigos da *Gazeta* e o povo português chegou a ser denominado como "filhos de Marte" [136], numa clara referência do deus romano da guerra. A *Gazeta* adverte o leitor que Napoleão cometeu um erro e que "Bonap[arte] deve lembrar-se da Restauração Portugal", em 1640, no entanto, este "tem mais sublevações que recear"[137]. Isso porque, ao lado dos portugueses, os espanhóis também se levantaram contra a "insaciável ambição de Bonaparte"[138] e seu "exército de Usurpadores"[139].

3.4. Outros *Folhetos* sobre Napoleão Bonaparte

Ainda que a *seção de avisos* não esteja no foco desta pesquisa, sua leitura converteu-se em revelações curiosas, que aproximam diretamente a figura distante de Napoleão Bonaparte do público leitor da *Gazeta* e da população letrada do Brasil. Posto que se a *seção noticiosa* concentrava-se em veicular informes europeus sobre as guerras napoeônicas e os papéis oficiais do Estado burocrático português, a *seção de avisos* – estruturalmente menor e menos formal – revela alguns dos hábitos cotidianos vivenciados pela nova corte do Rio de Janeiro no início do século XIX. Haja vista que era exatamente nessa parte da *Gazeta*, a qual fechava cada edição, onde se publicavam os anúncios de compra e venda ou aluguel de imóveis e escravos; onde lojas e comércios divulgavam seus serviços; era o espaço em que a população lia notícias sobre o dia a dia dos membros da família real, como seus aniversários, bailes e

[135] *GERJ*, 03/10/1808, Nº 4, p. 2.
[136] *GERJ*, 14/10/1808, Nº 5, p. 4.
[137] *GERJ*, 14/09/1808, Nº 1, p. 4.
[138] *GERJ*, 21/10/1808, Nº 7, p. 2
[139] *GERJ*, 03/11/1808, Nº 10, p. 1

passeios; mas, principalmente, era nesse segmento onde a Imprensa Régia comunicava ao público suas outras impressões, entre livros e periódicos, para além das páginas da *Gazeta*.

É por isso que a *seção de avisos* revela também as manifestações sociais da *nova corte* do Rio de Janeiro, uma vez que nesse local do jornal encontra-se uma extensa produção literária que circulava na Corte no início do século XIX. No que se refere ao estudo da representação de Napoleão, esses anúncios da *Gazeta* são importantes porque é possível encontrar nesse espaço dos exemplares, entre os anos de 1808 e 1815, a divulgação de 23 títulos de impressos relacionados, em alguma medida, à Napoleão Bonaparte e aos franceses que ele comandava naquela época. Eis a lista de obras anunciadas:

Nº	Obra	Exemplar da *GRJ*
1.	*Confederação dos Reinos, e Provincias de Hespanha contra Bonaparte*, nº 1 em 12.	*GRJ*, 30/11/1808, Nº23, p.4
2.	*Confederação dos Reinos, e Provincias de Hespanha contra Bonaparte*, nº 2	*GRJ*, 07/12/1808, Nº25, p.4
3.	*Receita especial para fabricar Napoleões*	*GRJ*, 30/11/1809, Nº85, p.4
4.	*Manifesto da Razão contra a usurpação dos Franceza*	*GRJ*, 09/09/1809, Nº104, p.4
5.	*Três Peças patrioticas*	*GRJ*, 09/09/1809, Nº104, p.4
6.	*Reflexões sobre a Invasão dos Francezes em Portugal*	*GRJ*, 09/09/1809, Nº104, p.4
7.	*Generosidade de George III. e a Ambição de Bonaparte*	*GRJ*, 09/09/1809, Nº104, p.4
8.	*Ode a Restauração de Portugal*	*GERJ*, 21/03/1809, Nº21, p.4
9.	*A verdadeira vida de Bonaparte*	*GERJ*, 14/12/1809, Nº37, p.4
10.	*Cartilha Napoleônica*	*GRJ*, 21/02/1810, Nº15, p.4
11.	*Dialogo entre Napoleão e hum Mouro*	*GRJ*, 21/02/1810, Nº15, p.4
12.	*Palafox, verdadeiro Heróe da História, e da Europa*	*GRJ*, 21/02/1810, Nº15, p.4
13.	*O Plutarco Revolucionario*	*GRJ*, 28/02/1810, Nº17, p.4
14.	*A vida de Madama Bonaparte*	*GRJ*, 28/02/1810, Nº17, p.4

15.	*O Tyranno da Europa, Napoleão I*	*GRJ*, 10/03/1810, Nº20, p.4
16.	*Vida de Bonaparte*	*GRJ*, 04/04/1810, Nº27, p.4
17.	*Vida de Madama Bonaparte*	*GRJ*, 04/04/1810, Nº27, p.4
18.	*O D. Quixote de agora (Bonaparte) comparado com o Sancho Pança de algum dia*	*GRJ*, 04/04/1810, Nº27, p.4
19.	*A Galozina Franceza*	*GRJ*, 11/04/1810, Nº29, p.4
20.	*Carta de hum General Francez a Napoleão*	*GRJ*, 11/04/1810, Nº29, p.4
21.	*Proclamação dos Portugueses contra Napoleão e Junot*	*GRJ*, 11/04/1810, Nº29, p.4
22.	*História Secreta da Corte e do Gabinete de S. Cloud*	*GRJ*, 18/05/1811, Nº40, p.4
23.	*História secreta do gabinete de Napoleão Bonaparte*, por M. Goldmich	*GRJ*, 06/11/1811, Nº89, p.4
24.	*Confissões de Bonaparte*, por Gen. Sarazin	*GRJ*, 06/11/1811, Nº89, p.4
25.	*História secreta do gabinete de S. Cloud*	*GRJ*, 06/11/1811, Nº89, p.4
26.	*Confissões de Bonaparte*, por Gen. Sarazin	*GERJ*, 27/09/1811, Nº23, p.4
27.	*A História Secreta da Corte e Gabinete de S. Cloud*	*GRJ*, 06/05/1812, Nº38, p.4
28.	*Política Particular de Napoleão*	*GRJ*, 16/09/1812, Nº75, p.4
29.	*De Bonaparte e dos Bourbons*, por F. A. Chauteaubriand	*GRJ*, 07/12/1814, Nº98, p.4

Tabela 2: Obras Referentes a Napoleão Bonaparte divulgadas pela *Gazeta do Rio de Janeiro*

Por meio do estudo da *seção de avisos* é possível perceber vestígios das manifestações sócio-culturais na nova corte no Brasil, tendo em vista que a *Gazeta* tornara-se responsável por veicular a extensa produção literária que fora difundida no Rio de Janeiro, sendo condizente com os interessses e pressupostos defendidos pela coroa portuguesa exilada no Rio de Janeiro. Dessa maneira, os impressos fabricados pela Imprensa Régia e divulgados pela *Gazeta* atuaram como canais para semear e edificar a *lenda negra* de Napoleão Bonaparte entre os súditos portugueses na América. Na maioria dos casos, são citados apenas os títulos, dentre os quais há três exceções: 1) *A História secreta do gabinete de Napoleão Bonaparte e da corte de Saint Cloud*, de Lewis Goldsmith; 2) *Confissões de Napoleão*, do General Sarazin; e 3) *De Bonaparte e dos Bourbons*, de François-René Chateaubriand.

Deve-se destacar que em algumas obras cujos anúncios são recorrentes na *Gazeta*, seus títulos eram frequentemente abreviados. No entanto, os números 14 e 17 citados na tabela acima se referem à mesma obra – *A vida de Madama Bonaparte* –, assim como os números 9 e 15 consistem na obra *A vida de Bonaparte*. Contudo, os números 22 e 26 são os que chamam maior atenção, afinal, a princípio a obra é divulgada como *História secreta do gabinete de Napoleão Bonaparte*, e, posteriormente, anunciada sob o título *A História Secretea da Corte e do Gabinete de S. Cloud*, omitindo o nome de Napoleão. Porém, ambas dizem respeito ao mesmo livro: *História secreta do gabinete de Napoleão Bonaparte e da corte de Saint Cloud*, a qual fora publicada inicialmente na Inglaterra por L. Goldsmith, em 1810.

A partir do trabalho da historiadora Lúcia M. B. P. Das Neves, a figura de Lewis Goldsmith é apresentada como um entusiasta da Revolução de 1789 que tinha o intuito de publicar em língua inglesa os pressupostos revolucionários dos franceses. No entanto, expulso da França em 1809, para poder se reconciliar com a Inglaterra, passou a redigir o periódico antifrancês *História Secreta*, que chegou a ser traduzido para vários idiomas, inclusive para o português, em 1810, e para o francês, em 1814. Segundo Neves, Goldsmith retratava em seus escritos Napoleão como um "imperador desprovido de todo o talento político e administrativo, um verdadeiro terrorista, que cometeu todas as espécies de crime na Córsega, em Toulon, no Egito e ao longo de todo o seu reino"[140], além de outras muitas acusações que lhe fizera.

Todavia, ao analisar os escritos sobre Napoleão, Lúcia M. B. P. das Neves classificou o trabalho de F. R. Chateaubriand como sendo um dos mais duros e violentos escritos relacionados à *lenda negra* de Bonaparte. Na representação de Chateaubriand, em *De Bonaparte e dos Bourbons*, Napoleão aparece como o *ogro da Córsega*, sedento de sangue dos franceses, construído de forma caricaturada e provido de uma linguagem carregada de ódio, como podemos ver na citação abaixo:

[140] GOLDSMITH, L. *História secreta do gabinete de Napoleão Bonaparte e da corte de Saint Cloud.* Apud NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte:* imaginário e política em Portugal (1808-1810). São Paulo: Alameda, 2008, p.43-44.

> O tempo virá, eu espero, quando os Franceses livres irão declarar por um ato solene que não tinham tomado parte nos crimes de tirania; que o assassinato do duque d'Enghien, o cativeiro do papa e a guerra espanhola são atos ímpios, profanos, odiosos, antifrancês, especialmente, e que a vergonha deve cair sobre a cabeça do exterior.[141]

Dentre os títulos propagandeados pela *Gazeta*, é importante ainda ressaltar a obra *A Generosidade de Jorge III. e a Ambição de Bonaparte, Wellesley, e os Generaes Francezes*, de José Accúrsio das Neves – português ilustrado que publicou sua obra primeiramente em Lisboa, no ano de 1809, tendo esta chegado ao Brasil no mesmo ano. Através da leitura dessa obra, pode-se perceber o quão próxima sua linguagem está do discurso produzido pela *Gazeta*, inclusive no que diz respeito ao tratamento aplicado a Napoleão Bonaparte. Se por um lado, o rei inglês, Jorge III, e seu general Arthur Wellesley são exaltados pelo autor enquanto grandes homens, por outro lado, Napoleão é rebaixado ao *status* de "Déspota furibundo, o Tyranno, o algoz do Genero humano"[142].

O discurso de José Accúrsio das Neves, em toda a obra, é bastante duro, denominando a ascensão de Napoleão ao trono francês como a saída de um "aventureiro corso" da obscuridade por intermédio da prática de barbaridades, ideia essa que, para além de adjetivos e codinomes, fora capaz de fortalecer a *lenda negra* de Napoleão no imaginário luso-brasileiro. Ainda sobre o caráter de Bonaparte, o autor faz a seguinte colocação:

> Napoleão não se embaraça com os juizos dos homens: honra, decencia, reputação, justiça são *ninharias*, que não podem affectar os heróes da sua

---

[141] CHATEAUBRIAND, F. R. *De Bonaparte e dos Bourbons*. Disponível em: http://lafautearousseau.hautetfort.com/media/02/00/1411476113.pdf. Eis o texto original:

> Le temps viendra, je l'espère, où les Français libres déclareront par un acte solennel qu'ils n'ont point pris de part à ces crimes de la tyrannie ; que le meurtre du duc d'Enghien, la captivité du pape et la guerre d'Espagne, sont des actes impies, sacrilèges, odieux, anti-français surtout, et dont la honte ne doit retomber que sur la tête de l'étranger.

[142] NEVES, José Accúrsio das. *A generosidade de Jorge III. e a ambição de Bonaparte, Wellesley, e os Generaes Francezes*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1809, p. 5.

> espécie. (...) Tem hum titulo, o qual, se não legitíma as suas usurpações, ao menos he bastante para lhe remover todos os escrupulos. [143]

Com isso, fica evidente que assim como na *Gazeta do Rio de Janeiro*, o trabalho desempenhado pela Impresa Régia como um todo pode ser classificado como um importante instrumento para difundir os preceitos da *lenda negra* nos territórios lusitanos na América.

[143]Ibid, p. 13.

4. O Napoleão de Lev Tolstói, em *Guerra e paz*

> É bem verdade que o homem é, ao mesmo tempo, um átomo que vive a sua vida consciente "por si mesma" e, simultaneamente, o agente inconsciente de certa corrente histórica, um elemento relativamente insignificante no vasto todo composto de um enorme número de tais elementos.[144]

No decorrer do meu estudo de *Guerra e paz*, em vista do enorme campo fétil a ser garimpado, percebi que seria fundamental a elaboração de uma tabela para expor mais claramente como se deu a construção do Napoleão Bonaparte de Lev Tolstói. Além disso, através do mapeamento dos termos usados pelo escritor russo para se referir à Napoleão enquanto sua personagem, tornar-se-ia possível compará-lo de forma mais nítida à concepção apresentada pela *Gazeta do Rio de Janeiro*. Diante de tal expectativa e do tamanho físico da obra, optei por relatar as diferentes variáveis pelas quais Tosltói se referia à Napoleão, identificando em uma tabela a primeira vez que cada uma delas apareceu e o idioma utilizado para expressá-la – tendo em vista que o autor transitou por três línguas em *Guerra e paz*: o russo, o francês e o alemão.

Nesta tabela, após realizar o cotejamento com os termos originais da obra de Tolstói, optei por utilizar as expressões presentes na tradução de Rubens Figueiredo :

Expressões sobre Napoleão				
Expressões	**Tomo**	**Parte**	**Capítulo**	**Página**
Anticristo	I	I	I	27
Assassino	I	I	I	31
Celerado	I	I	I	31
Usurpador	I	I	IV	56
Grandeza de espírito	I	I	IV	59

[144] BERLIN, Isaiah. *Pensadores russos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 63.

Grande	I	I	IV	60
Grande homem	I	I	IV	63
Vilão	I	I	IV	62
Francesinho insignificante	I	I	XXIV	221
Grande chefe militar	I	I	XXIV	223
Grande tático	I	I	XXIV	223
Inimigo	I	II	VII	299
Bandido	I	II	XII	343
Imperador	I	II	XII	345
General	I	III	IX	524
Herói	I	III	XIX	605
Insignificante	I	III	XIX	608
Mesquinho	I	III	XIX	608
Pequeno	I	III	XIX	610
Herege	II	II	VII	759
Inimigo da espécie humana	II	II	IX	762
Grande homem	II	II	XIX	838
Criminoso	II	II	XIX	841
Grande imperador	II	III	V	886
Pirata	II	IV	III	1117
Ambicioso	III	I	I	1273
Gênio militar	III	II	I	1433
Anticristo	III	II	II	1441
Comandante genial	III	II	XIX	1574
Invencível	III	III	III	1721
Genial	IV	II	VIII	2064
Gênio	IV	III	XVI	2195
Sublime	IV	III	XVIII	2201
Ridículo	IV	III	XVIII	2201
Instrumento insignificante da história	IV	IV	V	2232
Genial	Epílogo	I	II	2326

Tabela 3: Expressões sobre Napoleão em *Guerra e Paz*

4.1.*Guerra e paz* e a polêmica sobre o Napoleão de Tolstói

Se o *mito napoleônico* nasceu entre seus contemporâneos, ele se perpetuou através da arte. Como já mencionado no Capítulo 2 desta dissertação, a literatura russa teve um papel fundamental no que se refere às lendas que circundam a figura de Napoleão Bonaparte, mas *Guerra e paz* é especial. E isso porque em seu romance, Tolstói conseguiu ilustrar com genialidade as impressões dualistas que Napoleão e sua trajetória imprimiram no imaginário russo, principalmente após a invasão francesa na Rússia. Diferentemente da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que desde o primeiro momento dedidiu-se por impor em seus exemplares a difusão da *lenda negra* de Bonaparte que circundavam os países europeus que foram submetidos ao seu poder, Tolstói opta por abrir sua obra com um grande debate sobre quem seria esse tal homem que, de forma meteórica, alcançou o trono francês.

Começando então pela primeira parte do Tomo 1 da obra *Guerra e Paz*, o romance encontra-se ambientado em uma reunião típica das classes dominantes da Rússia, as quais ocorriam comumente nos principais salões de São Petersburgo e Moscou ao longo do século XIX, local onde pessoas de destaque da sociedade costumavam se encontrar. No contexto criado por Lev Tolstói, a questão que está no centro dos debates tem como tópico a figura de Napoleão Bonaparte à frente do governo francês e sua conduta em relação às nações europeias. Nos diálogos iniciais, Tolstói elaborou falas alternadas, ora de contestações, ora de declarações impactantes que geram polêmicas – tais como as de Pierre Bezúkhov–, formando-se, por fim, um debate no qual o narrador apresenta personagens que possuem opiniões variadas e, muitas vezes, adversas quanto à personalidade de Napoleão.

À vista disso, pode-se dizer que não há um consenso definido, mas sim, discursos mais agressivos de determinadas personagens, dotados de cinismo e de uma visão negativa de Bonaparte – como é o caso, por exemplo, da personagem de Anna Pávlovna Scherer – e falas que, sutil ou enfaticamente, se contrapõem a tal postura, através de declarações com o intuito de exaltá-lo. Diante desse panorama, Tolstói coloca Anna Pávlovna como a principal promotora de Napoleão, a qual inaugura o primeiro parágrafo do romance com uma fala que se refere às ações deste em relação à Europa e o prenúncio de uma provável guerra:

> *Gênova e Luca não passam de apanágios, propriedades de Buonaparte. Não, eu o advirto que, se me diz que não teremos guerra, se o senhor permite ainda abrandar todas das infâmias, todas as atrocidades desse Anticristo (...), eu não o reconheço mais (...)* [145]. [146].

Na fala de abertura da obra, dentre os adjetivos atribuídos a Napoleão, o de *Anticristo* é o que mais chama a atenção, pois consiste em uma palavra dotada de uma conotação religiosa de caráter negativo, referente à imagem de um impostor que possui poderes semelhantes ao de Cristo, mas que, na realidade, representa o seu oposto – ou seja, pode-se concluir que, no ponto de vista de Anna Pávlova, Napoleão estava desempenhando, portanto, o papel de imperador da França, mas este era um título que não lhe pertencia e que assumira de forma ilícita, contrária as leis que regiam a monarquia absolutista que vigorava na França até a revolução de 1789.

Ao falar brevemente sobre a situação da Europa transformada por Napoleão, Anna Pávlovna afirma que "a Rússia sozinha deve ser a salvadora da Europa"[147], tendo em vista que a Áustria nunca quis a guerra e "a Prússia já declarou que Bonaparte é invencível e toda a Europa nada pode contra ele"[148]. Aqui, percebe-se que os empreendimentos de Napoleão que antecederam a sua invasão ao território russo deram origem a uma espécie de mito de invencibilidade em torno de suas ações e de seu caráter. No entanto, algumas personagens aparentemente não se deixaram levar por tal mito e, por meio de Anna Pávlovna, Tolstói retrata uma espécie de crença convicta no "bondoso e admirável" Alexandre I, que "desempenha um papel colossal no mundo" e que "há de cumprir sua missão de esmagar a hidra da revolução" a qual ficara "ainda mais horrenda na pessoa desse assassino e celerado", dotado de um fio de esperança: "Creio no único Deus e no destino elevado do nosso querido imperador. Ele salvará a Europa!..."[149].

---

[145] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p.27 – nota de rodapé.
[146] No decorrer da análise da representação de Napoleão Bonaparte no romance *Guerra e Paz*, as citações que forem encontradas neste texto em itálico consistem nas traduções apresentadas em nota de rodapé do livro – sejam citações em francês ou em alemão. Portanto, esta citação escrita em itálico encontra-se em francês na tradução de Rubens Figueiredo, traduzidas para o português nas notas de rodapé. O mesmo padrão será utilizado para as próximas citações de trechos em francês ou alemão que possam vir a serem utilizados nesta dissertação.
[147] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p.30.
[148]Ibid, p. 31.
[149]Ibid, p. 31.

Seguindo adiante, no capítulo III desta parte, o debate que se iniciou nas primeiras páginas aprofunda-se, tendo de um lado as personagens de Anna Pávlovna e do visconde Mortmart *versus* Pierre Bezúkhov e o príncipe Andrei Bolkónski. Nesse debate, Anna Pávlovna segue com suas críticas a Napoleão com um tom de cinismo em suas falas, como, por exemplo, ao questionar o príncipe Andrei Bolkónski sobre a "recente comédia du sacre de Milan?", evento no qual Napoleão se fez coroar em Milão como rei da Itália, no ano de 1805, prosseguindo sempre em bom francês:

> *E a nova comédia do povo de Gênova e do povo de Luca, que acabam de prestar votos ao senhor Bounaparte, sentado num trono, e de receber os votos das nações! Adorável! Não, mas é de enlouquecer! Dir-se-ia que o mundo inteiro perdeu a cabeça* [150].

Dando continuidade à fala sobre a conjuntura europeia de 1805, Anna Pávlovna expõe sua esperança sobre o fato de que os outros soberanos possam despertar com essa coroação de Milão e não tolerem mais a ameaça que Napoleão representa para a Europa. No entanto, o visconde Mortmart, num tom que o narrador caracterizou como sendo realista, rebate Anna Pávlovna lembrando que estes mesmos soberanos nada fizeram por Luís XVI e sua esposa [151] e ainda "[...] *enviaram embaixadores para saudar o usurpador*" [152]. Ao adotar o termo *usurpador* para se referir a Napoleão, verifica-se que Tolstói mantem um critério nas falas das personagens que, dentro da obra, devem evidenciar uma repulsa em relação à Bonaparte, uma vez que a palavra *usurpador*, dentre seus significados, tem o sentido de *intruso*, ou ainda, aquele que se apodera violentamente ou fraudulentamente do que pertence a outrem, que chega a possuir sem direito, que obtém (algo) por fraude, à viva força [153].

---

[150] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 55.
[151] Nesta passagem, o texto refere-se à condenação do rei francês Luís XIV e sua esposa Maria Antonieta à morte na guilhotina pelo governo revolucionário/jacobino.
[152] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p.56.
[153] FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicinário de língua portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 557.

Com isso, apesar de Tolstói apresentar Anna Pávlovna e visconde Mortmart como personagens que compartilham de uma visão repulsiva de Napoleão, a primeira personagem conserva uma postura esperançosa na eliminação do tal *anticristo*, enquanto a segunda é apresentada com uma postura mais pessimista no que dizia respeito ao futuro da Europa com a existência de Bonaparte:

> – Se Bonaparte continuar no trono da França durante mais um ano (...), essa história terá ido longe demais. Por meio da intriga, da força bruta, dos exílios, das torturas, a sociedade francesa, eu me refiro à boa sociedade[154], será aniquilada para sempre (...)[155].

Por outro lado, nesse mesmo debate, a personagem de Andrei Bolkónski aparece com comentários que, sutilmente, começam a exaltar a figura de Napoleão em meio ao diálogo estabelecido entre Anna Pávlovna e Mortmart: "– *'Deus me deu a coroa, ai de quem a tocar'* – disse ele (palavras de Bonaparte, ditas na sua coroação). – *Dizem que estava muito bonito quando pronunciou essas palavras*(...)"[156].

Por conseguinte, no capítulo IV, Tolstói dá uma voz de caráter mais ativo a Pierre Bezúkhov e ao príncipe Andrei Bolkónski, apresentando agora outro ponto de vista a respeito de Napoleão, transformando o debate em uma discussão de proporções polêmicas. Após a declaração do visconde Mortmart de que se caso Bonaparte permanecesse no poder por mais tempo, "essa história já teria ido longe demais", abre-se espaço para a fala de Andrei Bolkónski que, aqui, concorda com Mortmart e crê que já não há mais como retornar ao que era antes. Neste capítulo, deve-se destacar que o assunto concentra-se em uma conferência sobre o caráter e a postura de Napoleão analisada a partir do ato de condenação do duque

---

[154] Tendo em vista que Tolstói já apresentou a personagem do visconde Mortmart como um opositor a figura de Napoleão Bonaparte, ao utilizar a expressão "me refiro à boa sociedade" francesa, pode-se concluir que essa tal sociedade refere-se aqueles franceses que se opõem a permanência de Napoleão no trono da França. Deve-se destacar que essa "boa sociedade" a qual o autor se refere era considerada um modelo a ser seguido pelas elites russas, e a qual estes buscavam se equiparar.
[155] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p.57.
[156]Ibid, p. 56.

d'Enghien [157] à execução. No capítulo anterior, o visconde de Mortmart já havia contado uma anedota de como o duque d'Enghien encontrara-se anteriormente com Napoleão em uma situação na qual este ficara em desventagem, mas não tirou proveito disso, por sua vez, Bonaparte não fora capaz de agir com a mesma cortesia:

> O visconde contou de modo muito gracioso uma história então em voga, na qual o duque d'Enghien viajara em segredo para Paris a fim de encontrar-se com Mlle George e na casa dela encontrou-se com Bonaparte, que também gostava dos favores da atriz famosa, e lá, ao encontrar-se com o duque, Napoleão por acaso tombou num daqueles desmaios a que era sujeito, e assim ficou à mercê do duque, circunstância de que este não quis tirar proveito; mais tarde, no entanto, Bonaparte vingou-se dessa magnanimidade com a morte do duque.[158]

Em contrapartida, diferente da opinião do visconde, Pierre declara que entendia tal ato como um imperativo do Estado e uma "grandeza de espírito" por parte de Napoleão[159], o que não foi bem aceito pelas outras personagens que, horrorizadas com essa declaração, endossaram um discurso oposto, vendo em Bonaparte a imagem de um verdadeiro assassino. Contudo, a posição de Pierre em relação a Napoleão mantem-se firme, o qual justifica sua visão comparando as atitudes do novo imperador dos franceses aos Bourbons no que diz respeito à Revolução de 1789, em uma fala audaciosa:

> – Falo assim (...) porque os Bourbons fugiram da Revolução, abandonando o povo à anarquia; só Napoleão soube entender a Revolução e derrotá-la, e por

[157] Louis Antoine Henri de Bourbon-Condé, conhecido por *duque d'Enghien*, foi príncipe de sangue real francês executado às ordens de Napoleão Bonaparte depois de ter sido aprisionado em território germânico. A sua execução causou comoção entre a aristocracia europeia e levou ao resfriamento das relações de Bonaparte com o papa Pio VII e com a maioria dos monarcas europeus. Deve-se destacar que o duque d'Enghien era um dos últimos príncipes de sangue real e poderia tornar-se um núcleo de tentativa para restaurar a monarquia na França.
[158] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p.47-48.
[159]Ibid, p. 59.

> isso, para o bem geral, ele não podia deter-se diante da vida de um homem [duque d'Enghien][160].

No entanto, o visconde Mortmart contra-ataca, afirmando que este até poderia ser chamado de grande homem caso não cometesse assassinatos e, uma vez no poder, devolvesse a autoridade sobre a França ao seu legítimo rei. Neste ponto, cabe ressaltar que essa dualidade de perspectivas sobre Napoleão vai se intensificando no desenrolar do debate. Contudo, mais uma vez, retratado enquanto um indivíduo *atrevido* e *provocativo*, Pierre rebate com facilidade a colocação de Mortmart:

> – Ele [Napoleão] não poderia fazer isso [devolver o poder ao legítimo rei]. O povo lhe deu o poder[161] exatamente para livrar-se dos Bourbon e por isso o povo viu nele um grande homem. A Revolução foi um acontecimento grandioso.[162]

Como resposta, Anna Pávlovna e o visconde Mortmart ironizam as ponderações de Pierre, questionando se "a Revolução e o regicídio", se as ideias de pilhagem e de assassinato seriam coisas grandiosas. Consequentemente, através desse diálogo, verifiquei que Tolstói arquiteta os enunciados de acusações contra Napoleão de forma que estes apresentem um tom frágil, fáceis de serem replicados, desprovidos de uma argumentação condensada; enquanto, por outro lado, as declarações de Pierre em defesa de Bonaparte aparecem sempre bem formuladas, providas de reflexões mais profundas e concisas.

Nesta altura do romance, Tolstói desenvolve uma situação em que uma série de personagens fazem diversas perguntas simultâneas a Pierre, dando ao leitor a impressão de que agora ele será aniquilado. Todavia, o resultado é exatamente o oposto e, com o auxílio de

---

[160]Ibid, p. 60.
[161] Em 1804, Napoleão, que dois anos antes tinha se tornado cônsul vitalício, foi autorizado, por meio de um plebiscito, a assumir o título de imperador.
[162]Ibid, p. 60.

Andrei Bolkónski, Pierre[163] chega a assumir que algumas ações de Bonaparte foram resultados de excessos de sua parte, mas a grandeza de seus feitos permanece inquestionável: "(...) a importância está nos direitos do homem, na emancipação dos preconceitos, na igualdade dos cidadãos[164]; e Napoleão sustentou todas essas ideias com todas as suas forças"[165]. Assim sendo, Tolstói fortalece as colocações de Pierre, concluindo a cena do debate com a fala de Andrei Bolkónski, que cita as ações bem-sucedidas de Bonaparte como general: "É impossível não reconhecer (...) que Napoleão agiu como um grande homem na ponte de Arcola, no hospital em Jafa[166], onde apertou a mão dos contaminados pela peste (...)"[167].

Após o caloroso debate que se realizou em São Petersburgo, nos salões de Anna Pávlovna, Tolstói leva o leitor a um novo cenário, apenas para retomar os diálogos referentes à duplicidade de pontos de vista que a figura de Napoleão é capaz de produzir. Agora, a cena se passa na casa de campo, em Montes Calvos, do velho príncipe Nikolai Andréievitch Bolkónski, onde vive com sua filha, a princesa Mária, lugar para onde fora banido pelo tzar Paulo[168] . O deslocamento de ambiente foi feito para que Andrei Bolkónski pudesse levar a esposa grávida – a princesa Liza Bolkónskaia – para ficar na casa de seu pai, na companhia de sua irmã, enquanto ele estivesse na guerra contra Napoleão.

O primeiro encontro entre pai e filho – os príncipes Nikolai e Andrei Bolkónski – é marcado por um diálogo descontraído sobre a ida de Andrei para a guerra, sendo que o velho príncipe Bolkónski não perde a oportunidade de zombar da decisão do filho: "– Ah! O guerreiro! Quer combater Bonaparte? (...) Trate de se portar bem diante dele, senão, da maneira como vão as coisas, em breve nós também estaremos na lista dos seus súditos. (...)"[169]. Com a advertência de Nikolai Bolkónski, pode-se perceber que, em meados de 1805, o momento recriado por Tolstói em *Guerra e paz*, as coisas estavam indo muito bem para

---

[163] Ao defender Napoleão e as mudanças que ele promoveu a partir dos ideais iluministas, é preciso lembrar que a personagem de Pierre fora educada no estrangeiro, fora da Rússia. Daí, talvez, a simpatia por tais ideias. (TOLSTÓI, 2011, p. 69)

[164] Uma vez no poder, Napoleão Bonaparte organizou o Código Napoleónico, originalmente chamado de *Code Civil des Français*, que consistia no código civil francês outorgado pelo próprio Napoleão e que entrou em vigor a 21 de março de 1804.

[165] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 61.

[166] Segundo a nota presente no romance, Napoleão vencera os austríacos na ponte de Arcola, próximo à Verona, em 1796, e tomara o porto de Jafa, na Palestina, no ano de 1799.

[167] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 63.

[168] Segundo o narrador, a personagem de Nikolai Bolkónski recebera permissão para retornar à capital, mas este se decidira por permanecer no campo, longe dos agitados círculos sociais das classes dominantes na Rússia do século XIX.

[169] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 214-215.

Napoleão e mal para seus inimigos, tendo em vista que parte da Europa já estava sob asua influência – lembrando que fora justamente nesse momento que a Rússia junto com Inglaterra, Áustria e Prússia declararam guerra a Bonaparte. Segundo o narrador, zombar dos assuntos militares da época, e em especial de Napoleão, eram os assuntos favoritos do velho Bolkónski. A esta altura do romance, fica evidente que Nikolai Bolkónski não é o único personagem cujo assunto preferido é o novo imperador dos franceses.

No entanto, além de ser um dos assuntos mais interessantes entre os diferentes grupos na Rússia, assim como em toda a Europa, Napoleão Bonaparte também era uma das figuras mais temidas da época, lembrando que não só o imperador Alexandre I, mas diversas forças por todo o continente europeu estavam reunindo exércitos para combater o temeroso general francês. Tolstói, mais uma vez, recria este ponto em seu romance através de Nikolai Bolkónki: "– (...) o nosso Bonaparte está em apuros. Pelo que acabou de me explicar o príncipe Andrei (...), quantas forças estão se reunindo contra ele!" – concluindo com uma confissão, dirigindo-se a outra personagem – "E eu e o senhor que sempre o consideramos um homem insignificante."[170]. Diante de tantos sinais, já é possível encaixar o príncipe Nikolai no mesmo grupo de Anna Pávlovna no que se refere aos discursos que tendem a denegrir a imagem de Napoleão em diferentes graus. O narrador ainda transmite informações valiosas sobre o desprezo de Nikolai Bolkónski a Napoleão, o qual "(...) não passava de um francesinho insignificante que só obteve êxito" porque não existiam mais os grandes generais russos dos tempos da tzarina Caratina II[171].

Permanecendo no lado oposto ao do pai, Andrei Bolkónski mantem a postura que adotara na casa de Anna Pávlovna e responde as ponderações do velho Bolkónski em defesa de Napoleão: "(...) não consigo entender como o senhor pode ter tal juízo a respeito de Bonaparte. Pode rir o quanto quiser, mas Bonaparte é seguramente um grande chefe militar"[172]. Contudo, aqui a suposta vitória fica com o príncipe Nikolai Bolkónski, sendo que Tolstói formula, sem vacilar, um debate no qual esta personagem sustenta a opinião pejorativa que tem de Bonaparte, reduzindo o crédito de suas vitórias a outrem:

> – Bonaparte nasceu com boa estrela. Seus soldados são ótimos. Além do mais, começou atacando os alemães. Só os preguiçosos não vencem os

[170]Ibid, p. 221.
[171]Ibid, p. 222.
[172]Ibid, p. 223.

> alemães. E eles não vencem ninguém. Só vencem uns aos outros. Bonaparte faz sua glória em cima deles[173].

Outro tipo de discussão que se desenrola entre as personagens de *Guerra e paz* sobre Napoleão refere-se à seguinte questão: qual seria a forma ideal de tratar ou de dirigir-se a Bonaparte? O diálogo quanto a essa questão ocorre em sequência a um conselho de guerra do exército russo, sendo que neste debate estão presentes Andrei Bolkónski, Dolgorúkov e Boris Drubetskoi. A conversa entre tais personagens girava em torno da correspondência que Napoleão teria enviado ao tzar Alexandre I, como informara Dolgorúkov: "– (...), meu caro, parece-me que *Buonaparte* positivamente desperdiçou o seu latim. O senhor sabia que hoje chegou uma carta dele para o imperador?"[174].

No entanto, diferente do que era de se esperar, a discussão não é sobre o conteúdo da carta em si, mas sobre o *remetente* a quem esta deveria ser encaminhada em caso de resposta. Do ponto de vista do príncipe Dolgorúkov, "(...) Se não se pode chamá-lo de cônsul e, é claro, muito menos de imperador, então o jeito seria mandar uma carta para o general *Buonaparte*"[175]. Através dessa fala, Tolstói evidencia a resistência que Napoleão enfrentara para ser reconhecido como o novo imperador da França após a morte trágica de Luís XVI. Para o leitor, a confirmação de tal hipótese vem a seguir por meio da resposta do príncipe Andrei Bolkónski: "– No entanto, entre não reconhecê-lo como imperador e chamá-lo de general *Buonaparte*, existe uma diferença"[176]. Isso porque o fato de nomear a pessoa de Napoleão como um general, referindo-se ao cargo que ocupava antes de ser coroado monarca da França, naquele momento, necessariamente, significa que o seu novo *status* não fora reconhecido e, com isso, o narrador conclui que se dirigir a ele de uma maneira que não por imperador poderia vir a desagradá-lo.

Contudo, Dolgorúkov, sem sequer considerar a colocação do príncipe Andrei, parecendo não se importar com a reação de Napoleão e, dando continuidade à conversação, mencionou as sugestões do diplomata Bilíbin[177]: "– (...) ele sugeriu endereçar assim: 'Ao usurpador e inimigo da humanidade'.", ou ainda, de forma mais sutil "Ao chefe do governo

[173] Ibid, p. 223-224.
[174]Ibid, p. 524.
[175]Ibid, p.524.
[176]Ibid, p.524.
[177] Personasem fictícia de *Guerra e paz*.

francês” [178]. Na primeira proposta do diplomata, Tolstói salienta a visão negativa que grande parte da Europa tinha de Napoleão como aquele que a todos ameaçava, tal como já havia feito no diálogo inicial entre Anna Pávlovna e o visconde Mortmart, ao utilizar o termo *usurpador* enquanto debatiam sobre Bonaparte. Percebe-se ainda que, após longos estudos para criar essa obra, Tolstói concluiu que Napoleão Bonaparte não era apenas visto como um governante ilegítimo e inimigo dos russos e austríacos, mas como o *inimigo de toda humanidade* aos olhos de boa parte de seus contemporâneos, especialmente daqueles que, em algum momento, tiveram seus territórios invadidos pelo *Grande Armée*.

Seguindo para a parte final deste diálogo, o narrador de Tolstói conta como Dolgorúkov ainda teve tempo de relatar a Boris Drubetskoi e ao príncipe Andrei sobre uma pequena anedota vivenciada por Napoleão Bonaparte e pelo diplomata russo, o conde Markóv, cena que teria sido presenciada por seu irmão que conhecia Napoleão e que já “jantou várias vezes com ele, o atual imperador, em Paris” [179], concluindo que o conde Markóv era o único que sabia como lidar com Bonaparte:

> E o tagarela Dolgorúkov, dirigindo-se ora a Boris, ora ao príncipe Andrei, contou como Bonaparte, no intuito de pôr à prova o conde Markóv, nosso embaixador, deixou cair um lenço de propósito na frente dele e parou, olhando para o embaixador, na certa esperando um obséquio de Markóv, mas logo depois Markóv deixou cair o seu próprio lenço, bem ao lado, e pegou do chão o seu lenço, sem pegar o lenço de Bonaparte[180].

Em outro diálogo mais adiante, ao ouvir Dolgorúkov citar o nome de Bonaparte, Andrei Bolkónki teve sua atenção despertada – uma vez que é possível perceber a admiração em relação a Napoleão que Tolstói atribuiu para ele num primeiro momento em *Guerra e paz* –, indagando-o: “– Mas o senhor esteve com ele? (...) E então, que tal o Bonaparte? Que

[178] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 524-525.
[179]Ibid, p. 525.
[180]Ibid, p. 525.

impressão o senhor teve dele?”[181]. Em resposta, a personagem de Dolgorúkov acaba por explica sua opinião:

> – Sim , eu o vi e me convenci de que ele teme uma batalha geral, mais que tudo no mundo – repetiu Dolgorúkov, valorizando visivelmente aquela conclusão de seu encontro com Napoleão. – Se ele não temesse a batalha, para que iria solicitar um encontro, manter conversações e sobretudo recuar, quando o recuo é algo tão contrário a todo o seu método de conduzir a guerra? Acredite-me: ele está com medo, tema uma batalha geral, a hora chegou. Garanto isso ao senhor[182].

Contudo, essas impressões que pareceram superficiais não foram suficientes para satisfazer a curiosidade de Andrei Bolkónski, que continuou a insistir em saber mais, reforçando a pergunta: “como ele é?”. A resposta foi a seguinte: “– Um homem numa sobrecasaca cinza que queria muito que eu o tratasse por ‘Vossa Majestade’, mas, para desgosto dele, não conseguiu arrancar de mim nenhum título. Aí está que homem ele é, e mais nada”[183]. Nessa última fala, percebe-se a intenção do príncipe Dolgorúkov em diminuir a figura de Napoleão e ilustrá-lo como um ser ordinário.

Na segunda parte do Tomo 2, Anna Pávlovna aparece mais uma vez, já contextualizada no ano de 1806, para retomar seu assunto favorito, contando a seus convidados “como o herege do Bonaparte havia roubado, em Potsdam, a espada de Frederico, o Grande”[184]. É então que Tolstói fornece ao leitor um panorama geral de como estava sendo a guerra contra Bonaparte e como seus combates encontravam-se cada vez mais próximos do território russo:

> A guerra se inflamava, e o teatro de operações se aproximava das fronteiras russas. Em toda parte, ouviam-se maldições contra Bonaparte, o inimigo da

[181]Ibid, p. 538.
[182]Ibid, p. 539.
[183]Ibid, p. 539.
[184]Ibid, p. 759.

> espécie humana; milicianos e recrutas eram convocados nas aldeias e, do teatro de operações, chegavam notícias contraditórias, falsas como sempre e, por isso, interpretadas de várias maneiras.[185]

E assim como na *Gazeta do Rio de Janeiro,* o escritor russo utiliza pela segunda vez em sua narrativa a expressão pejorativa para definir Napoleão como o *inimigo da espécie humana*.

Da mesma forma que Anna Pávlovna, Bilíbin também sempre estava disposto a expressar sua opinião negativa a respeito de Napoleão. Bilíbin que, representado como um austríaco que ocupa o cargo de funcionário diplomático no quartel general do exército russo, transformou o príncipe Andrei em seu fiel correspondente, após este ser ferido na batalha de Austerlitz, com quem podia desabafar toda sua insatisfação com o que estava acontecendo no exército. Em uma dessas correspondências, Bilíbin relata os ataques que os prussianos vinham sofrendo de Napoleão, referindo-se a ele, mais uma vez, como o *inimigo da espécie humana*, provido de uma conduta "mal-educada e selvagem":

> *Começo ab ovo*[186]*. O inimigo da espécie humana, como o senhor sabe, ataca os prussianos. Os prussianos são nossos fiéis aliados, que só nos enganaram três vezes, em três anos. Fizemos nossa a causa deles. Mas acontece que o inimigo da espécie humana não dá a menor atenção aos nossos discursos bonitos e, com a sua maneira mal-educada e selvagem, se lança contra os prussianos sem lhes dar tempo de terminar a parada que haviam começado e, num piscar de olhos, faz deles picadinho e vai instalar-se no palácio de Potsdam*.[187]

É possível perceber que Bilíbin desconfiava que os prussianos pudessem trair os russos e justifica suas suspeitas citando uma carta que o rei da Prússia escrevera para Napoleão:

---

[185]Ibid, p. 762.
[186]*Ab ovo* é uma expressão latina que significa "desde o ovo", ou seja, "desde o início", "desde o início".
[187] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 773.

> *"Tenho o mais vivo desejo", escreve o rei da Prússia para Bonaparte, "que V.M. seja recebido e tratado em meu palácio de uma forma que lhe seja agradável e foi com presteza que, para tel fim, tomei todas as providências que as circunstâncias me permitiam. Deus queira que eu tenha conseguido!" Os generais prussianos se esmeram em gentilezas em relação aos franceses e baixam as armas diante das primeiras intimações.*[188]

Bem mais adiante, com o romance já no ano de 1811, na residência dos Bolskónski em Montes Calvos, um dos convidados do velho Bolkónski, o conde Rostoptchin comenta a postura de Bonaparte em relação ao papa, classificando-o enquanto um *pirata*:

> – Bonaparte trata a Europa como um pirata a bordo de um navio conquistado [...]. A única coisa que surpreende é a paciência excessiva ou a cegueira dos soberanos. Agora chegou a vez do papa, e Bonaparte, que já não se constrange com nada, quer derrubar o chefe da religião católica, e todos ficam em silêncio. Só o nosso soberano protestou contra a tomada do grão-ducado deOldenburg."[189]

Além da comparação entre Napoleão e a imagem de uma espécie de conquistador barato, sem escrúpulos, que através de práticas criminosas enriquece às custas de outrem, há ainda a indignação pela inércia dos soberanos europeus e a confiança no poder e na autoridade de Alexandre I sobre Bonaparte.

Todavia, se os russos de *Guerra e paz* se desdobravam para criar apelidos e codinomes para Napoleão, os franceses não tinham dúvidas de como tratá-lo. Para ilustrar tal premissa, pode-se mencionar o diálogo acalorado entre Dólokhov[190] e um granadeiro francês não nomeado, o qual fora possível em vista de que ambos aguardavam as instruções após um acordo de trégua de três dias. Na cena, Dólokhov zombava do granadeiro, chegando a balbuciar o nome de Bonaparte, recebendo como resposta do seu adversário uma exaltação inflamada ao imperador francês: "– Não existe Bonaparte. Só existe imperador! *Nome*

[188]Ibid, p. 773.
[189]Ibid, p. 1117.
[190] Personagem fictícia que representa um integrante do exército russo.

sagrado... – gritou, irritado.” Diante dessa conduta inesperada, Dólokhov perde a paciência e fala uma série de xingamentos com um tom grosseiro, afastando-se de seu oponente: “– Que o diabo carregue o seu imperador!”[191]. Deve-se ressaltar que raramente Napoleão é tratado pelo título de imperador, uma vez que, na narrativa, predomina o uso ora de *Napoleão* ora de *Bonaparte*.

Uma curiosidade em relação a Napoleão que aparece no enredo de Tolstói é o fato da figura do imperador francês ser associada à besta prevista no Apocalipse. Segundo uma teoria dos irmãos maçons de Pierre Bezúkhov que estava baseada no estudo dos trechos extraídos do Apocalipse de São João, sendo que em uma passagem revelava-se que aquele que possuísse inteligência seria capaz de identificar o número da besta – “o número é de homem e o seu número é 666” –, e a essa besta “foi dada uma boca que fala arrogâncias e blasfêmias; e lhe foi dada autoridade para dominar quarenta e dois meses”. O teste final para verificar se Napoleão Bonaparte era mesmo a besta apocalíptica ou não foi realizado através do seguinte procedimento, “ao escrever, com esse alfabeto de cifras numéricas, *o imperador Napoleão*, o resultado das somas desses números dava 666, e por isso, Napoleão era a besta prevista pelo Apocalipse.”[192].

Mas como isso poderia ser mera coincidência, então usaram o mesmo alfabeto numérico para escrever as palavras *quarenta e dois*, o que correspondia ao “prazo estabelecido para que a besta proferisse arrogâncias e blasfêmias”, e outra vez a soma deu 666, o que felizmente, fez com que todos concluíssem que “o prazo do poder de Napoleão terminava no ano de 1812, no qual o imperador francês faria quarenta e dois anos de idade”[193]. Coincidência ou não, a relação do número 666 com a figura de Napoleão parece ter impressionado muita gente, inclusive Pierre Bezúkhov.

Sendo assim, nota-se que Tolstói constrói toda uma narrativa em *Guerra e paz*, sendo que na maior parte do romance a opinião do autor não aparece muito clara ao leitor. Isso porque desde o início da obra até a encenação da batalha de Borodinó, Tolstói não estabelece uma orientação enfática para definir a figura de Napoleão, transitando ora em sua degradação, ora em sua exaltação. Só mais adiante, quando as digressões filosóficas tornarem-se mais frequentes na obra, é que Tolstói passa a expor de forma mais objetiva suas considerações a respeito de Napoleão Bonaparte.

---

[191] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 363-364.
[192]Ibid, p. 1395.
[193] Ibid, p. 1396

4.2. Os truques e desventuras de Napoleão e seus satélites

Outro ponto que chama a atenção no enredo de *Guerra e paz* é o cuidado que o escritor tem em apresentar as anedotas dos truques e desventuras que Napoleão e seus seguidores teriam vivenciado durante as guerras que travaram pela Europa. Para apresentar uma dessas anetodas dos exértico de Napoleão, por meio de Andrei Bolkónski, Tolstói leva o leitor à residência de Bilíbin, onde estavam carregando uma carroça com bagagens.Nesse momento, Andrei Bolkónski recebe um parecer da situação pela parte de Franz, o criado do diplomata Bilíbin: "*Ah, Excelência! (...) – O bandido já está de novo nos nossos calcanhares!"*[194].

Cabe ressaltar o artifício usado por Tolstói para se referir a Napoleão Bonaparte, que, nesta situação, tem seu nome substituído pelo termo *bandido*. Assim, o contexto da fala expõe que Napoleão representa, portanto, a figura de um *bandido* que se aproxima e a todos ameaça, forçando as pessoas a abandonarem suas casas e fugirem da cidade por causa do avanço de seus exércitos. Por conseguinte, Bilíbin faz um relato sobre as causas que permitiram o sucesso inesperado das tropas de Napoleão. Aparentemente, a ponte de Thabor encontrava-se minada e fortemente protegida por quinze mil homens sob o comando do príncipe Auersperg von Mauttern[195], até o momento que três generais franceses – Murat, Lannes e Belliard – sabendo das condições em que a ponte era mantida, arquitetaram um plano para atravessá-la em segurança:

> – Os franceses tomaram Viena. (...) No dia seguinte, ou seja, ontem, os senhores marechais Murat, Lannes e Belliard montam em seus cavalos e marcham rumo à ponte. (...) Senhores, diz um deles, sabemos que a ponte de Thabor está minada e contraminada e que diante dela estão uma terrível *tête de pont*[196] e um exército de quinze mil homens, com ordens de explodir a ponte e não deixar que atravessemos. Mas o nosso soberano imperador

[194]Ibid, p. 343.
[195] Não há referência à veracidade desta personagem na *Lista de Personagens e Fatos Históricos* apresentada na edição traduzida de *Guerra e Paz*, de Rubens Figueiredo.
[196] Não há tradução na versão de Rubens Figueiredo.

> Napoleão gostaria muito que tomássemos essa ponte. Vamos lá nós três e tomemos a ponte[197].

Neste instante, Tolstói dá sinais de que Bilíbin usava um tom jocoso para contar a anedota, como é possível notar através da fala de Andrei: "– Chega de brincadeira", mas Bilíbin prossegue com sua narrativa:

> – Aqueles senhores vêm até a ponte sozinhos e acenam com lenços brancos; asseguram que há um armistício e que eles, os marechais, vão travar conversações com o príncipe Auersperg. O oficial em serviço deixa que eles passem pela *tête de pont*. Eles lhe contam mil tolices gasconhas: dizem que a guerra acabou, que o imperador Francisco marcou uma reunião com Bonaparte, que eles querem se encontrar com o príncipe de Auersperg e outras mil gasconadas desse tipo. (...) 'Inimigo querido! Flor do exército austríaco, herói da guerra turca! As hostilidades acabaram, podemos apertar as mãos... o imperador Napoleão está louco de vontade de conhecer o príncipe Auersperg.' Em suma, aqueles senhores, não por acaso gascões, de tal modo enchem Auersperg de palavras bonitas, e ele mesmo fica tão fascinado com a sua intimidade com os marechais franceses, alcançada tão rapidamente, e fica tão ofuscado com a visão do manto e das plumas de avestruz de Murat, *que ele não enxerga mais nada e esquece o que devia fazer com o inimigo*[198].

Dessa forma, Bilíbin termina sua narrativa esclarecendo como Auersparg fora distraído pelos generais franceses enquanto suas tropas atravessavam a ponte sem que este percebesse algo.

Mas infortúnios também ocorriam e, neste exemplo, o responsável pela desventura do exército francês é Mikhail Kutúzov. O episódio começa quando Kutúzov recebe uma notícia de seu espião a respeito do posicionamento do exército francês em território austríaco, tendo em vista que os franceses já haviam atravessado a ponte de Viena e seguiam com força total rumo às linhas de comunicação estabelecidas entre Kutúzov e as tropas que vinham da Rússia.

---

[197] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 344.
[198] Ibid, p. 345-346.

Desse modo, o general russo encontrava-se em meio a um impasse: "Se Kutúzov resolvesse ficar em Krems, o exército de cento e cinquenta mil soldados de Napoleão iria cortar todas as linhas de comunicação, cercar o seu exército de quarenta mil soldados, e ele se veria na mesma situação de Mack, em Ulm."[199]– na fala do narrador, restava à Kutúzov contar com a própria sorte e esperar que o destino tornasse possível o impossível, que, por fim, realizou-se.

Por conseguinte, Tolstói modela todo um contexto para dar vida a Napoleão Bonaparte no corpo do romance. Tudo começa com a crença do general francês Murat em ter encontrado as tropas do general Kutúzov e, com o objetivo de esmagá-lo de uma vez por todas, optou por "esperar a chegada das tropas que ainda estavam a caminho pela estrada de Viena e, com esse fim, propôs uma trégua de três dias, na condição de que as tropas de ambos os lados não mudassem de posição e não saíssem do local onde estavam"[200]. No entanto, este havia se deparado, na verdade, com os soldados exaustos do general Bagration – contra os quais possuía condições amplas de destruí-los – que tinham se posicionado à sua frente com o intuito de contê-lo para que o exército de Kutúzov, que saía em retirada, tivesse tempo o bastante para chegar à Znaim antes dos franceses.

Em vista disso, na tentativa de enganar Kutúzov, o general Murat ainda garantia que um acordo de paz já estava em andamento e, para evitar perdas desnecessárias, propunha a trégua, concedendo inconscientemente à Kutúzov o tempo que este precisava para chegar à Znaim e dar descanso às tropas desgastadas de Bagration. Contudo, de acordo com o narrador, Napoleão não viu com bons olhos a estratégia de Murat: "Assim que Bonaparte, que se encontrava em Schönbrunn, a vinte e cinco verstas de Hollanbrunn, recebeu um relatório de Murat e o projeto de trégua e de capitulação, percebeu o embuste"[201]. Nesta altura do romance aparece uma carta que teria sido escrita por Bonaparte à Murat, na qual fica evidente seu tom de profundo descontentamento com a estratégia de seu general, o qual se antecipara tomando decisões que não correspondiam às suas funções:

> *Ao príncipe Murat. Schönbrunn, 25 brumário de 1805 às oito horas da manhã. Para mim é impossível encontrar as palavras para exprimir ao senhor a minha insatisfação. O senhor comanda apenas a minha vanguarda*

[199]Ibid, p. 359.
[200]Ibid, p. 361.
[201]Ibid, p. 361.

> *e não tem o direito de fazer um armistício sem a minha ordem. O senhor me faz perder o fruto de uma campanha. Rompa o armistício já e marche contra o inimigo. O senhor mandará dizer ao inimigo que o general que assinou a capitulação não tinha o direito de fazê-lo, que só o imperador da Rússia tem tal direito. No entanto, assim que o imperador da Rússia ratifique a mencionada convenção, eu a ratificarei. Mas isso não passa de um embuste. Marche, destrua o exército russo... o senhor se acha na posição de capturar a sua carga e a sua artilharia. O ajudante de ordens do imperador da Rússia é um... Os oficiais não são nada, quando não têm poder: esse não tinha... Os austríacos deixaram-se enganar na travessia da ponte de Viena, o senhor deixou-se enganar por um ajudante de ordens. Napoleão.*[202]

A política de Napoleão também está destacada em *Guerra e paz*, especialmente no que se refere a sua política de fazer e desfazer alianças ao seu bom prazer, somando-se a isso a ingenuidade daqueles que pressupunham que suas gentis palavras poderiam simbolizar a permanência da paz entre França e Rússia. No entanto, Tolstói enfatiza que o fato de Napoleão ter se dirigido a Alexandre I como "*monsieur mon frère* e assegurado sinceramente que não desejava a guerra e que sempre iria amá-lo e respeitá-lo", não garante uma paz duradoura. Por outro lado, muito diferente do que Napoleão escrevera ao tzar, suas ações evidenciavam que, na verdade, ele estava preparando-se para a tal guerra que anteriormente afirmara não desejar. Com isso, a narrativa tende a demonstrar a contradição entre as palavras e as ações de Napoleão, o qual primeiramente desejara a paz, mas que "partiu ao encontro do exército e a cada estação dava novas ordens, cujo propósito era apressar o deslocamento do exército do Ocidente para o Oriente"[203].

Pouco mais adiante, o leitor é informado dos efeitos que os últimos atos de Napoleão causaram na Rússia, tendo em vista que esta não havia se preparado para uma nova situação de guerra. Daí, com certa esperança em manter a paz, por meio de uma carta,o tzar russo advertia Napoleão que caso ele ainda concordasse em retirar as tropas francesas de seu território, a Rússia faria de conta que nada havia acontecido, existindo a possibilidade de um acordo. Contudo, se Napoleão insistisse em avançar seu exército rumo ao Oriente, Alexandre o alerta que: "*me verei forçado a rechaçar um ataque que nada de minha parte provocou.*

[202] Ibid, p. 362-363.
[203]Ibid, p. 1280.

Depende ainda de Vossa Majestade evitar à humanidade as calamidades de uma nova guerra"[204].

Esta mesma carta deveria chegar até Napoleão por meio de do general Balachov[205], cuja ordem era de que o documento fosse entregue pessoalmente ao imperador francês. A partir de então, Tolstói narra todas as desventuras que Balachov teve de enfrentar para cumprir as ordens de seu tzar. Isso porque antes de chegar até Napoleão, Balachov encontrou-se com "*o rei de Nápoles*", que "na verdade, era Murat, agora chamado de rei de Nápoles", para então ter o privilégio de ser recebido por Napoleão: "Abriram-se rapidamente as duas folhas da porta, o camareiro que abriu a porta ficou respeitosamente parado, esperando, tudo ficou quieto, e do escritório ressoaram outros passos, firmes, resolutos: era Napoleão"[206]. A partir de então, a narrativa desloca-se para colocar em foco na representação detalhada de Bonaparte:

> Napoleão entrou, com um tremor ligeiro a cada passo e com a cabeça um pouco inclinada para trás. Toda a sua figura baixa e gorducha, com os ombros largos e gordos, a barriga e o peito involuntariamente projetados para a frente, tinha o aspecto imponente, garboso, das pessoas de quarenta anos que vivem cercadas de cuidados. Além disso, era evidente que naquele dia ele se encontrava no seu melhor estado de ânimo.[207]

E continua:

> (...) o rosto de Napoleão estremeceu, a panturrilha esquerda começou a tremer de modo ritmado. Sem sair do lugar, com a voz mais alta e mais apressada do que antes, ele começou a falar. Durante as palavras que se seguiram, Balachov não baixou os olhos nenhuma vez, e não pode deixar de

[204]Ibid, p. 1291.
[205] Estadista russo, tornando-se membro do Conselho de Estado em 1810. Foi responsável por levar a carta de Alexandre I a Napoleão quando as tropas francesas avançaram sobre o território russo sem qualquer aviso ou declaração de guerra.
[206] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 1302.
[207]Ibid, p. 1304.

> perceber o tremor da panturrilha esquerda de Napoleão, que se tornava mais forte à medida que ele levantada a voz.[208]

Em nota, o tradutor informa que os detalhes sobre as reações físicas de Napoleão Bonaparte descritas pelo narrador no desenrolar desse diálogo estão pautadas na obra *Memorial de Santa Helena*[209].

Na frente do general russo, Napoleão alega que tanto quanto Alexandre, ele também deseja a paz e tem feito tudo para alcançá-la nos últimos dezoito meses, questionando de forma dissimulada: "para dar início as negociações, o que exigem de mim?". A resposta que recebeu de Balachov foi simples e obejtiva: "o recuo das tropas para a outra margem do Niemen"[210]. Conforme o diálogo se segue, a narrativa adquire um clima de tensão, afinal Napoleão começa a apontar tudo o que poderia ter oferecido a Alexandre I:

> (...) vocês assinaram a paz com os turcos, sem receber em troca a Moldávia nem a Valáquia. E eu teria dado ao seu soberano essas províncias, assim como lhe dei a Finlândia. Sim (...), eu prometi e teria dado ao imperador Alexandre a Moldávia e a Valáquia, mas agora ele não vai ter essas belas províncias. No entanto ele poderia ter unido essas províncias ao seu império, e estenderia a Rússia, num só reino, desde o golfo da Bósnia até a foz do Danúbio. Catarina, a Grande, não teria feito melhor – disse Napoleão, cada vez mais inflamado.[211]

Até o ponto em que Napoleão começa a fazer acusações ao tzar russo, apontando, o que para ele, seriam as escolhas equivocadas de Alexandre:

---

[208]Ibid, p. 1306.
[209] O *Memorial de Santa Helena* é uma coleção das memórias de Napoleão I da França, escritas e editadas pelo conde Emmanuel de Las Cases, fruto de seus diálogos com Bonaparte durante seus anos de exílio na Ilha de Santa Helena.
[210] TOLSTOI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 1306.
[211]Ibid, p. 1309.

> (...) ele [Alexandre] achou melhor rodear-se dos meus inimigos, e logo quem? Chamou para junto de si os Stein, os Armfeldt, os Wintzingerode, os Bennigsen. Stein, um homem deportado do seu país natal; Armfeld, um devasso e intrigante; Wintzingerode, um súdito francês foragido; Bennigsen, um pouco mais militar do que os outros, mas mesmo assim um incompetente, que nada foi capaz de fazer em 1807 e que deveria despertar no imperador Alexandre lembranças horríveis... (...) Barclay, dizem, é o mais sensato de todos; mas eu não diria, a julgar pelos seus primeiros movimentos. (...) Pfuhl propõe, Armfeldt discute, Bennigsen reflete, e Barclay, convocado a agir, não sabe o que deve decidir, e o tempo vai passando. Só Bragation é um militar. É um tolo, mas tem experiência, visão e decisão.. E qual o papel do seu jovem soberano no meio desse bando medonho? Eles vão comprometê-lo, vão derramar sobre ele a responsabilidade de tudo o que acontecer. *Um soberano não deve estar à frente do exército, a menos que seja um general*.[212]

E Napoleão segue em seu monólogo com o propósito de desqualificar Alexandre e os russos na frente de Balachov: "Já faz uma semana que a campanha começou, e vocês não foram capazes de defender Vilna. Vocês foram cortados em duas partes e expulsos das províncias polonesas"[213]; além de alegar ter conhecimento sobre tudo o que se passava do lado russo: "Sei de tudo, e sei o número dos seus batalhões com a mesma exatidão com que sei o número dos meus."[214].

Na reta final de sua exposição, após indicar os erros de Alexandre I e desqualificar a ele e seu aliados, Napoleão ainda tem tempo de tecer ameaça à Rússia:

> (...) se vocês lançarem a Prússia contra mim, fiquem sabendo que eu vou varrê-la do mapa da Europa – disse, com o rosto pálido, desfigurado pela raiva, e bateu uma mão pequena sobre a outra, num gesto vigoroso. – Sim, eu vou empurrar vocês para a outra margem do Dvina, para a outra margem do Dniepr, e vou restabelecer contra vocês aquela barreira que a Europa, cega e criminosa, permitiu que fosse demolida [referindo-se ao caso da Polônia ao longo do século XVIII]. Sim, aí está o que vai acontecer com vocês, aí está o que vocês ganharam, ao se afastarem de mim.[215]

[212] Ibid, p. 1309-1310.
[213]Ibid, p. 1311.
[214]Ibid, p. 1311.
[215] Ibid, p. 1312-1313.

E então, como se nada tivesse acontecido, Napoleão ofereceu generosamente um jantar a Balachov, baseado na convicção "de que não existia nenhuma possibilidade de erro da sua parte e de que, no seu modo de ver, tudo o que ele fazia era bom, não porque fosse condizente com a noção do que é bom ou mau, mas porque *ele* havia feito." [216]. Através dessa passagem, é possível notar a representação de Napoleão enquanto um homem excêntrico, seguro de si e que ignorava o seu papel de mero indivíduo passivo da história, como Tolstói procura demonstrar em *Guerra e paz*.

No jantar com Balachov, Napoleão assume um papel dissimulado, sendo que o diálogo que procura estabelecer com o general russo chama a atenção pelo o teor das perguntas aparentemente desinteressadas a respeito da capital russa: "– Quantos habitantes tem Moscou, quantas casas? (...) Quantas igrejas existem em Moscou?"[217]. E por mais estranho que pareça, o tema central do jantar não foi outro, que não a capital russa, só se falava sobre Moscou e, não se sabe se por ingenuidade ou entusiasmo, Balachov comenta animado que da mesma forma que "*todos os caminhos levam a Roma, todos os caminhos levam à Moscou*"[218], relatando cuidadosamente aos franceses todos os caminhos e estradas que ligavam algum lugar à Moscou.

Com o término do jantar, Napoleão convida Balachov para um café no mesmo cômodo no qual Alexandre havia se hospedado há quatro dias, onde encontra uma oportunidade para mostrar ao general russo seus ressentimentos em relação às ações de Alexandre I: "– O que não consigo entender (...) é o fato de o imperador Alexandre ter se aproximado de todos os meus inimigos pessoais. Isso eu não... entendo. Será que ele não pensou que eu poderia fazer o mesmo?" [219]. Por meio dessa fala, todo o seu excesso de raiva matutino volta à tona e, com ele, as ameaças a Alexandre I: "– Pois que ele saiba que vou fazer isso (...). Vou enxotar da Alemanha todos os seus parentes, os Württemberg, os Baden, os Weimar... sim, vou enxotá-los. Que ele trate de preparar um refúgio para eles na Rússia!" [220]. Todavia, Napoleão ainda tem tempo de se comparar a Alexandre no que diz respeito à prática da guerra: "– E para que o imperador Alexandre assumiu o comando do exército? A

[216]Ibid, p. 1315.
[217]Ibid, p. 1315.
[218]Ibid, p. 1317.
[219]Ibid, p. 1318.
[220]Ibid, p. 1318.

guerra é o meu ofício, mas o dele é reinar, e não comandar tropas. Para que tomou para si tal responsabilidade?”[221].

Dessa forma, o trajeto que levava Napoleão de Viazma à Tzarevo-Zaimiche – um dos caminhos para Moscou –, a narrativa retrata como Napoleão torna-se vítima de sua própria soberba, enquanto acreditava estar praticando seus truques no cossaco Lavruchka que havia sido capturado pelas tropas francesas e agora estava sendo interrogado por meio de um intérprete. Isso porque o narrador relata que Napoleão e os franceses acreditavam que Lavruchka, ao conversar com Bonaparte, não tinha conhecimento de que estava em companhia do imperador da França, tal como teria afirmado o historiador Thiers:

> *O cossaco, sem saber em companhia de quem se encontrava, pois a simplicidade de Napoleão nada tinha capaz de revelar a uma imaginação oriental a presença de um soberano, conversou com a maior familiaridade sobre as questões da guerra atual.*[222]

No entanto, os franceses estavam enganados, pois Lavruchka tinha pela consciência da identidade de Napoleão, mas dissimulou e esforçou-se para servir seus novos senhores da melhor maneira possível, respondendo com prontidão a todas as perguntas feitas pelos franceses. Contudo, quando “Napoleão perguntou o que os russos achavam, se iam vencer Bonaparte ou não, Lavruchka estreitou os olhos e parou para pensar”, desviando-se de uma responta objetiva: “– É o seguinte: se houver uma batalha – disse ele, com ar pensativo –, e for logo, então pronto, acabou-se. Mas se passarem três dias a partir de hoje, quer dizer que essa batalha vai demorar.”[223].

Por parte de Lavruchka, com toda a esperteza que lhe fora atribuída por Tolstói, fingindo ainda não saber que estava falando com Napoleão, entoou a seguinte fala: “– A gente sabe que vocês têm o Bonaparte, ele venceu o mundo inteiro, mas com a gente a história é

[221] Ibid, p. 1318-1319.
[222]Ibid, p. 1488.
[223]Ibid, p. 1489.

outra... (...)”[224]. Nesta passagem, a entonação patriótica do cossaco obriga o tradutor a omitir a última parte da fala a Napoleão que, perante a aparente postura de Lavruchka, ordena que informem ao cossaco que estava sua identidade. Percebendo, portanto, a intenção e a expectativa que o efeito dessa informação deveria ter sobre um simples cossaco – isso do ponto de vista de Napoleão, é claro –, Lavruchka “fingiu estar assombrado, estupefato” [225], uma vez que o historiador Thiers teria descrito a cena da seguinte maneira:

> *Assim que o intérprete de Napoleão terminou de falar, o cossaco, dominado por uma espécie de estupor, não proferiu mais nenhuma palavra e seguia adiante com os olhos fixos naquele conquistador, cujo nome havia chegado até ele, através das estepes do Oriente. Toda a sua loquacidade subitamente se desfez, para dar lugar a um sentimento de admiração ingênua e silenciosa. Napoleão, depois de o haver recompensado, lhe deu a liberdade, como a um passarinho que é devolvido aos campos que o viram nascer.*[226]

Consequentemente, através dessas cenas expostas previamente, é possível verificar que Napoleão enquanto personagem da obra já não aparece mais tão idealizado quanto nos debates realizados pelas personagens fictícias, onde a sua figura estava à mercê de especulações tanto para o bem quanto para o mal. Nestas passagens, Tolstói apresenta ao leitor um Napoleão humano, ainda que desprezível, cujos sentimentos e ações só podem estar presentes e serem aceitas como próprias de um homem de carne e osso, mas não em um herói.

4.4. A recriação de fatos históricos relacionados a Napoleão em *Guerra e paz*

Dentre os acontecimentos relacionados às guerras napoleônicas que envolvem a Rússia, a batalha de Austerlitz, em 1805, a batalha de Borodinó e a chegada de Napoleão a

[224]Ibid, p. 1490.
[225]Ibid, p. 1490.
[226]Ibid, p. 1491.

Moscou, em 1812, são os principais fatos recriados por Tolstói em *Guerra e paz.* Fatos estes que o escritor construiu habilmente nas páginas de seu romance, com detalhes e mapas que possibilitam ao leitor um amplo panorama de como poderia ter ocorrido o desenrolar desses episódios dramáticos da história russa. As personagens fictícias, especialmente Andrei Bolskónski e Pierre Bezúkhov, junto com Kutúzov e o próprio Napoleão Bonaparte são os responsáveis por conduzir o leitor pelos campos de batalha, ora em Austerlitz ora em Borodinó; pelo caminho de Napoleão por Smolensk a Moscou e pela colmeia abandonada que se tornara a capital russa.

Ainda no Tomo 1, Tolstói constrói uma série de acontecimentos pelos quais o príncipe Andrei Bolkónski terá que passar até, finalmente, encontrar a pessoa de Napoleão Bonaparte. Para descrever esse episódio, o que faz de forma bastante minuciosa, Tolstói privilegia em sua narração os movimentos do príncipe Andrei. Cabe lembrar que, em 1805, a célebre batalha de Austerlitz teve Napoleão como grande vencedor e obrigou a Rússia e seus aliados a adotarem outra postura em relação à França e ao seu novo imperador.

Tudo começa com os preparativos para uma reunião do conselho de guerra que antecedia "o ataque à posição inimiga atrás de Kobelnitz e Sokolnitz, 20 de novembro de 1805"[227], no qual estavam presentes Kutúzov eFranz von Weyrother[228]. O objetivo dessa assembleia era expor o dispositivo de Weyrother sobre as manobras que seriam feitas para atacar as tropas de Bonaparte que continuavam em movimento. No entanto, a proposta de Weyrother acabou gerando uma série de objeções por parte do general Langeron[229], o qual percebeu que o tal dispositivo tinha sido feito com base na ideia de que a posição do inimigo era fixa, já "Lageron demonstrou que Bonaparte podia facilmente atacar, em vez de ser atacado"[230], o que tornava o dispositivo dispensável.

Por conseguinte, inicia-se um debate entre os generais Weyrother e Lageron a respeito do ponto de vista de cada um quanto à *situação* de Napoleão Bonaparte e seus exércitos. Com isso, em resposta às provocações de Lageron, Weyrother rebateu convicto que caso Napoleão tivesse condições de atacar, já teria feito, levando Lageron à seguinte conclusão: "– O senhor, portanto, acha que Napoleão está enfraquecido" [231]; finalizando ironicamente: "– Nesse caso,

[227]Ibid, p. 544.
[228] General austríaco e teórico militar que redigiu o plano da batalha de Austerlitz.
[229] Conde francês que serviu ao exército e, posteriormente, teve que emigrar por causa da Revolução Francesa. Em 1790, passou a integrar o exército russo, participando da batalha de Austerlitz.
[230] TOLSTOI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 547.
[231]Ibid, p. 547.

ele caminha rumo à própria destruição, ficando à espera do nosso ataque."[232]. Aos olhos de Andrei Bolkónski, o dispositivo do general Weyrother também lhe pareceu um tanto quanto confuso, mas este não teve a oportunidade de esclarecer suas dúvidas.

Seguindo a narrativa, Tolstói recria o instante em que as tropas russas se encontraram de forma inesperada com o inimigo em campo aberto, em meio à neblina, dando início assim à batalha entre russos e franceses. Enquanto os exércitos caminhavam rumo ao enfrentamento direto, a narrativa dispõe de detalhes da posição de Napoleão e como este pôde assistir a movimentação das tropas:

> A neblina se alastrava lá embaixo, como um mar contínuo, mas na aldeia de Schlapanitz, no alto, onde estava Napoleão, rodeado pelos seus marechais, estava totalmente claro. Acima dele, estava o céu brilhante, azul, e a imensa esfera do sol (..). Não só todas as tropas francesas como o próprio Napoleão e seu estado-maior estavam, não do lado onde ficavam os riachos e as terras baixas das aldeias de Sokolnitz e Schlapanitz, para além das quais nós pretendíamos tomar posição e começar a batalha, mas sim do lado de cá, tão perto das nossas tropas que Napoleão conseguia, a olho nu, distinguir a cavalaria da infantaria nas nossas tropas.[233]

Aquele dia era particularmente importante para Napoleão, afinal coincidia com o aniversário de sua coroação[234]:

> Para Napoleão, aquele era um dia solene – o aniversário da sua coroação. Antes do amanhecer, ele cochilara por algumas horas e, saudável, alegre, rejuvenescido, naquele estado de ânimo feliz em que tudo parece possível e tudo dá certo, montou o cavalo e foi para o campo. Ficou olhando para os cumes que se viam acima da neblina e, no seu rosto frio, havia aquela coloração especial de autoconfiança, de felicidade merecida, que há no rosto dos apaixonados e de um menino feliz (...).

---

[232]Ibid, p. 548.
[233] Ibid, p. 566-569.
[234] No calendário juliano, utilizado por Tolstói em *Guerra e paz*, a data refere-se ao dia 20 de novembro de 1805; enquanto que para o calendário gregoriano, tanto a batalha de Austerlitz quanto o aniversário de um ano de coroação de Napoleão I, a data correspondia ao dia 2 de dezembro de 1805.

> Quando o sol saiu completamente de dentro da neblina e jorrou um brilho ofuscante sobre os campos e a neblina, (como se ele estivesse apenas esperando isso para começar a batalha) Napoleão tirou a luva da bela mão branca, fez com ela um sinal para os marechais e deu a ordem de começar a batalha.[235]

Além da batalha de Austerlitz, Tolstói também recria em *Guerra e paz* as condições necessárias para ambientar o curioso encontro entre Napoleão Bonaparte e o tzar Alexandre I, em Tilsit, no Rio Niemen, no dia 13 de junho de 1807, o qual resultaria na assinatura do *Tratado de Tilsit*, estabelecendo um acordo de paz entre a França e a Rússia. Por conseguinte, o narrador descreve o encontro entre Napoleão e Alexandre I através dos olhos de Boris Drubetskói, personagem fictícia que presenciou o acontecimento às margens do Rio Niemen:

> (...) viu as balsas com as insígnias, a travessia de Napoleão para a outra margem, afastando-se da guarda francesa, viu a figura pensativa do imperador Alexandre, calado, num albergue às margens do Niemen, à espera da chegada de Napoleão; viu os dois imperadores entrarem nos barcos, e Napoleão, que chegou à balsa primeiro, caminhar em frente a passos rápidos e, ao receber Alexandre, estender-lhe a mão e viu os dois imperadores desaparecerem dentro de um pavilhão.[236]

Mais adiante, já no Tomo 3, a narrativa coloca o leitor por dentro do panorama europeu do ano de 1811, frisando a situação particular da Rússia, que começara a ser invadida:

> A partir do fim de 1811, teve início um armamento intenso e uma concentração de forças da Europa Ocidental, e no ano de 1812 essas forças (...) deslocaram-se do Ocidente para o Oriente, rumo às fronteiras da Rússia, para onde também, justamente a partir do ano de 1811, se encaminharam as forças da Rússia. No dia 12 de junho, as forças da Europa Ocidental

[235] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 568.
[236]Ibid, p. 839.

> atravessaram as fronteiras da Rússia, e começou a guerra, ou seja, teve lugar um acontecimento contrário a razão humana e a toda a natureza humana.[237]

Seguindo a notícia do possível avanço dos franceses sobre o território da Rússia, o narrador ressalta todos os horrores gerados e cometidos pelas pessoas em um estado de guerra. Mas o que explicaria essa reviravolta nos rumos da Europa? Aqui, Tolstói opta por expor a justificativa do contexto histórico por meio de seus especialistas, ou seja, a partir do ponto de vista dos historiadores: "(...) as causas de tal acontecimento foram a afronta imposta ao duque de Oldenburg, a desobediência ao Sistema Continental, a ambição de Napoleão, a tenacidade de Alexandre, os erros dos diplomatas etc." [238].

Daqui por diante, Tolstói concentra as atenções do enredo nas desventuras de personagens fictícias – os membros da família de Andrei Bolkónski – para ilustrar a aproximação do *Grande Exército* francês sobre o território russo, até chegar à batalha de Borodinó. Neste caso, deve-se destacar que a narração não faz apenas uma descrição detalhada do evento, mas também se preocupa em promover uma reflexão pautada em fatos e em um raciocínio crítico sobre os caminhos que levaram ao desdobramento desse acontecimento histórico. Sendo assim, pode-se dizer que a narrativa sobre Borodinó é inaugurada com um grande "por quê?", afinal, por que a batalha de Borodinó ocorreu? A resposta é simples: "o experiente Kutúzov aceitou a batalha. Napoleão, comandante genial, como era chamado, ofereceu a batalha"[239], e assim foi. Por conseguinte, recorrendo à análise de historiadores do período, diante de todas as evidências, Tolstói demonstra que não resta dúvidas de que figuras como Napoleão e Kutúzov são, na verdade, meros fantoches, "instrumentos involuntários dos acontecimentos mundiais"[240], uma vez que estes, mesmo a par de todas as possibilidades, acabaram por agir de forma involuntária e irrefletida.

> Os próprios historiadores de Napoleão contam ainda que Smolensk ele quis parar, conhecia o risco da sua posição muito estendida e sabia que a tomada

[237]Ibid, p. 1271.
[238]Ibid, p. 1272.
[239]Ibid, p. 1574.
[240]Ibid, p. 1575.

> de Moscou não seria o final da campanha, porque em Smolensk Napoleão tinha visto em que condições os russos haviam deixado a cidade para ele e não havia recebido nenhuma resposta às repetidas declarações sobre o desejo de iniciar negociações para um acordo de paz.[241]

Dessa maneira, pode-se verificar uma crítica dura à figura do *herói* como um valioso agente histórico por parte do narrador, tendo em vista que essa perspectiva analisa o mundo moderno tentando encaixar nele o exemplo dos heróis antigos, presentes nas epopeias, onde tais figuras eram primordiais aos acontecimentos, mas que não fazem parte da realidade.

Seguindo a narrativa, nota-se a insistência de Tolstói em provar o quão falsas foram as explicações formuladas por historiadores que teriam se dedicado ao estudo desse período. Sua análise consiste na estratégia de primeiro citar a abordagem dos historiadores para depois esclarecer as falhas de tais estudos:

> *O exército russo, em retirada de Smolensk, teria procurado a melhor posição para uma batalha geral e encontrou tal posição em Borodinó.*
> *Os russos teriam fortificado de antemão aquela posição, à esquerda da estrada (de Smolensk para Moscou) e quase em ângulo reto com ela, no sentido de Borodinó para Utítsa, no mesmo lugar onde a batalha foi travada.*
> *Na frente dessa posição, os russos teriam erguido um posto avançado fortificado na colina de Chevardinó para observar o inimigo. No dia 24, Napoleão teria atacado e tomado esse posto avançado; no dia 26, ele atacou todo o exército russo, que estava a postos no campo de Borodinó.*[242]

Neste ponto, Tolstói declara de forma enfática que aquilo que está escrito em tais histórias deve ser considerado totalmente incorreto, seguindo com uma série de argumentos para sustentar sua tese de que os russos não teriam seguido para Borodinó em busca de posições melhores. Isso porque não ter optado por tais posições antes de chegar a Borodinó se deu pelo fato deque Kutúzov queria uma posição escolhida apenas por ele mesmo, sendo que a pressão social na Rússia para que seu exército travasse um enfrentamento com as tropas de

[241] Ibid, p. 1574-1575.
[242] Ibid, p. 1575-1576.

Napoleão não justificam a escolha. Com isso, deve-se considerar que as posições percorridas pelas tropas de Kutúzov antes de chegar a Borodinó não eram diferentes para que se justificassse a escolha.

Em sequência, há uma análise bem detalhada das posições no campo de batalha e de como esses locais influenciaram claramente no desenrolar do evento, concluindo da seguinte maneira:

> Para qualquer um que examine o campo de Borodinó sem pensar como se deu a batalha, parece que essa posição, protegida pelo rio Kolotcha, é a posição óbvia para um exército cujo objetivo era deter um inimigo que se deslocava pela estrada de Smolensk para Moscou[243].

Todavia, pautado na forma como os historiadores contaram o episódio de Borodinó somado à observação do local onde ocorreu a batalha, Tolstói consegue explicar minuciosamente todos os passos que levaram ao confronto entre os exércitos de Napoleão e Kutúzov em território russo, acompanhado de um mapa para ilustrar o local onde o embate ocorreu, juntamente com as possibilidades quanto à movimentação das tropas de cada lado, concluindo que:

> Portanto, a batalha de Borodinó se passou de forma completamente distinta do que a descrevem (tentando esconder os erros dos nossos comandantes militares e, em consequência, diminuindo a glória das tropas e do povo russo).
> A batalha de Borodinó não se passou na posição escolhida e fortificada, com forças apenas ligeiramente enfraquecidas do lado russo, na verdade, a batalha de Borodinó, em consequência da perda do reduto de Chevardinó, foi travada pelos russos numa posição aberta, quase sem fortificações, e com forças duas vezes menores do que as dos franceses, ou seja, em condições tais que não só era impensável bater-se por dez horas e travar uma batalha de propósito

[243]Ibid, p. 1577-1578.

> duvidoso, como era impensável manter sequer três horas o exército a salvo da destruição completa e da debandada. [244]

Logo, percebe-se que mais uma vez Tolstói procura desmistificar em seu texto toda a versão convencional de que eram os grandes homens envolvidos no evento que moviam as roldanas da História, atribuindo ainda as glórias desse acontecimento às tropas e ao povo russo.

Para reconstruir a batalha de Borodinó, Tolstói usa-se da personagem de Pierre Bezúkhov, que seguiu caminho rumo ao campo de batalha. Da posição em que Pierre se encontrava em Borodinó, era possível avistar a chegada das tropas de Napoleão e ouvir as conversas entre os soldados russos que se preparavam para o confronto que aconteceria no dia seguinte[245]: "os milicianos vestiram logo camisas brancas e limpas a fim de estarem prontos para a morte"[246].

Ainda no que se refere à perspectiva dos historiadores, estes teriam declarado que o imperador francês havia passado todo o dia 25 de agosto de 1812[247], que antecedera a batalha de Borodinó, examinando o território onde ocorreria o confronto e arquitetando planos de ação com seus generais, para então dar as ordens necessárias aos preparativos da batalha. Contudo, o narrador sugere que essas ordens devem ser avaliadas longe da autoridade imposta pela premissa de que Napoleão seria dotado de uma grande genialidade, isso porque apenas dessa forma seria possível estudar suas escolhas com mais clareza e desprendimento. Sendo assim, após definir o ponto de partida de sua análise, a narrativa passa a apontar os erros de Napoleão, cuja finalidade consiste em desconstruir o senso comum que coloca Bonaparte como exímio estrategista militar:

> Na ordem de batalha dizia-se, em primeiro lugar: *as baterias instaladas no local escolhido por Napoleão, com canhões de Pernetti e de Fouché, que*

[244]Ibid, p. 1581.
[245] O dia 26 de agosto de 1812, do calendário juliano, equivalente a 7 de setembro do mesmo ano.
[246] TOLSTOI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 1599.
[247] Data referente ao calendário juliano, correspondente ao dia 6 de setembro de 1812.

> *deverão se unir a elas, ao todo cento e dois canhões, vão abrir fogo e varrer as trincheiras russas e o reduto*. Era impossível fazer isso, pois dos lugares indicados por Napoleão as cargas não podiam alcançar as posições russas, e aqueles cento e dois canhões atiraram no vazio, até que o comandante mais próximo do local, em contradição com as ordens de Napoleão, ordenou levar os canhões para a frente.
> A segunda ordem consistia em que *Poniatowsky devia se deslocar para a aldeia através da floresta e contornar o flanco esquerdo russo*. Isso era impossível e não foi feito por que Poniatowsky, ao se dirigir para a aldeia através da floresta, encontrou lá, barrando o seu caminho, as tropas de Tutchkóv, e não pôde contornar e não contornou a posição russa.
> A terceira ordem: *o general Compan vai entrar na floresta a fim de se apoderar da primeira fortificação.* A divisão de Compan não tormou a primeira fortificação, na verdade foi rechaçada, porque ao sair da floresta foi obrigada a se reagrupar sob o fogo de metralha, do qual Napoleão não tinha conhecimento.
> Quarta: *o vice-rei vai tomar a aldeia* (Borodinó) *e atravessar suas três pontes, chegando à mesma altura que as divisões de Morand e de Friant* (sobre as quais não se dizia de onde iriam se deslocar, nem quando), *que sob a sua liderança vão alcançar sobre o reduto e entrar em linha com as demais tropas do exército*.
> Até onde é possível entender – se não por essa frase incoerente, ao menos pelas tentativas feitas pelo vice-rei de cumprir as ordens que lhe foram dadas –, ele deveria se deslocar ao largo de Borodinó, pela esquerda, até o reduto, e ao mesmo tempo as divisões de Morand e de Friant deveriam avançar a partir do front.[248]

E assim, favorecido pelo distanciamento temporal, Tolstói teve acesso aos resultados da batalha para concluir que o plano de Napoleão não foi cumprido por não haver condições para que suas ordens fossem realizadas:

> Ao passar por Borodinó, o vice-rei foi rechaçado no rio Kolotchá e não pôde seguir adiante; as divisões de Morand e de Friant não tomaram o reduto, foram rechaçadas, e o reduto, já no final da batalha, foi tomado pela cavalaria (sem dúvida, um combate não previsto por Napoleão e de todo inconcebível).[249]

[248] TOLSTOI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 1631-1632.
[249]Ibid, p. 1632.

Não obstante, Tolstói critica severamente o mito napoleônico de que Napoleão era de fato um grande estrategista militar no que diz respeito ao seu posicionamento durante o entrechoque de suas tropas contra os russos: "durante todo o tempo da batalha Napoleão se achava tão distante (como depois se revelou) não poderia ter conhecimento do andamento da batalha, e nenhuma ordem sua poderia ser cumprida durante os combates"[250].

E assim sendo, o enredo concentra-se então em acompanhar a batalha de Borodinó por meio dos olhos de Pierre Bezúkhov, o qual tinha decidido ir até o campo de batalha para sanar sua curiosidade de assistir de perto todos os pormenores característicos de uma guerra. Contudo, a realidade vista pareceu-lhe muito menos fabulosa do que a ideia que tinha da guerra e o resultado foi desolador para Pierre. Isso porque, durante um breve intervalo, o narrador uniciente nos revela o pensamento de Pierre e o que lhe aconteceu: "'Não, agora eles vão parar com isso, agora eles vão ficar horrorizados com o que fizeram!', pensava Pierre, caminhando sem nenhum propósito atrás de uma multidão de marcas que estavam sendo carregadas para fora do campo de batalha."[251].

Tolstói ainda se preocupa em descrever a posição e as ações de Napoleão no reduto de Borodinó durante os choques entre as tropas russas e francesas. Devido à minúcia da narrativa é possível perceber que para se entender e contar como tudo ocorreu em Borodinó, aquele que se propôs a desempenhar tal tarefa precisou adquirir um conhecimento prévio apurado do local, tanto dos confrontos como também da posição de Napoleão e Kutúzov, de onde teriam observado a movimentação de seus respectivos soldados. Sendo assim, segundo a narração de *Guerra e Paz*,

> O reduto de Chevardinó, onde estava Napoleão, ficava a verstas de distância das trincheiras e a mais de duas verstas de distância de Borodinó, em linha reta, e por isso Napoleão não podia ver nada do que ocorria lá, a não ser a fumaça, que se fundia com a neblina e encobria toda aquela área. (...) Através da fumaça, vislumbrava-se ali apenas algo preto – provavelmente pessoas, e às vezes o brilho de baionetas. Mas do reduto de Chevradinó era impossível enxergar se estavam em movimento ou parados, se eram os franceses ou os russos.[252]

[250]Ibid, p. 1632.
[251] Ibid, p. 1661 – 1662.
[252]Ibid, p. 1663.

Dessa perspectiva, pode-se concluir que Napoleão pouco teria visto do que se passava no campo de batalha em Borodinó, restando a ele ouvir apenas os "gritos por trás dos tiros, mas era impossível saber o que estava ocorrendo", já que "Napoleão, de pé na colina, olhava através de uma luneta, e no pequeno círculo da luneta via a fumaça e as pessoas, às vezes os seus, às vezes os russos; mas, quando voltava a contemplar a olho nu, Napoleão não sabia mais onde estava aquilo que tinha visto."[253]. Com isso, Tolstói demonstra que a decisão de Bonaparte em permanecer no reduto de Chevardinó para acompanhar a batalha que resultou em um atraso na trasmissão de informações tanto sobre o posicionamento das tropas francesas quanto no que se refere às ordens de ações feitas por ele:

> O ajudante de ordens perguntou a Napoleão se suas ordens eram para atravessar a ponte. Napoleão ordenou que as tropas ficassem na margem, em linha, e esperassem; mas não só no momento em que Napoleão dava essa ordem, como ainda no momento em que o ajudante de ordens estava deixando Borodinó, a ponte já tinha sido retomada e queimada pelos russos, naquele mesmo combate de que Pierre havia tomado parte, logo no início da batalha.[254]

Por conseguinte, nota-se do lado francês uma sequência de informações desencontradas, um atraso entre o que se deveria fazer, o que já havia sido feito antes da ordem chegar e, por fim, o que ainda restaria fazer diante da situação que se apresentava:

> Um ajudante de ordens veio a galope das trincheiras, com o rosto assustado e pálido, e comunicou a Napoleão que o ataque tinha sido rechaçado, Compan estava ferido e Davout tinha morrido, mas, enquanto isso, as trincheiras tinham sido tomadas por outra parte das tropas francesas, no exato instante em que o ajudante de ordens dizia que os franceses tinham sido rechaçados, e Davout estava vivo, apenas levemente machucado. À luz de tais informações necessariamente fictícias, Napoleão deu suas ordens, que ou já tinham sido

[253]Ibid, p. 1663.
[254]Ibid, p. 1665.

> cumpridas antes de serem formuladas ou já não podiam ser cumpridas, e não foram.[255]

Sobretudo, não só Napoleão, mas também todos os seus marechais e generais nada puderam fazer para definir o que deveria ocorrer em Borodinó porque não participaram propriamente da batalha, gerando assim um resultado inconsistente para os franceses, uma vez que a batalha saiu do controle de seus líderes:

> Na maioria das vezes, ocorria o contrário do que tinha sido ordenado. Os soldados que recbiam ordens de ir para a frente eram alvo do fogo de metralha e fugiam; os soldados que recebiam ordens de ficar estacionados, de repente, ao ver surgir diante de si tropas russas que ninguém esperava, às vezes fugiam, outras vezes se precipitavam para a frente, e a cavalaria, sem receber ordens, se lançava no encalço de russos em fuga. (...) Todas as ordens sobre onde e quando deslocar os canhões, quando os soldados da infantaria deviam atirar, quando os cavalarianos deviam atropelar os infantes russos – todas essas ordens eram dadas pelos comandantes que estavam mais perto da batalha, nas fileiras, sem nada perguntar a Ney, a Davout e a Murat, muito menos a Napoleão.[256]

Em sequência, Tolstói tenta passar ao leitor as transformações do estado de espírito de Napoleão conforme novos pedidos de reforços chegavam até ele, um após o outro. Inicialmente, a cena revelada é a de Napoleão sentado ao pé da colina bebendo seu ponche quando chegou o primeiro pedido de reforços por parte do general Murat, ato que gerou severa surpresa em Bonaparte, que não deu muita atenção ao fato. Em seguida, um novo pedido por reforços deixou Napoleão incrédulo, ordenando que seu general verificasse a situação para não se deixar levar pelo calor do momento. E, novamente, o terceiro pedido seguido por reforços despertou sua fúria:

[255]Ibid, p. 1665.
[256]Ibid, p. 1666.

> Napoleão experimentava um sentimento opressivo, semelhante ao que experiementa um jogador que, depois de apostar loucamente seu dinheiro e ganhar sempre, de repente, na hora em que se detém para ponderar todas as possibilidades do jogo, sente que, quanto mais refletir sobre os seus lances, mas segura será uma derrota.[257]

Assim sendo, Tolstói levanta a questão: o que poderia estar dando errado para Napoleão em Borodinó, tendo em vista que as tropas, os generais, os preparativos, a organização e até o inimigo eram os mesmos de Austerlitz? Diante desse cenário e de tais sinais, o Napoleão de Tolstói teria começado a perceber que "algo estranho se passava com suas tropas" [258].

> Apesar da notícia da tomada das trincheiras, Napoleão viu que não estava ocorrendo, nem de longe, o mesmo que em suas batalhas anteriores. Via que o mesmo sentimento que ele experimentava também experimentavam todos à sua volta, pessoas com muita experiência em batalhas. Todos os rostos estavam abatidos, todos os olhares se evitavam mutuamente. Só Beausset não conseguia entender o significado do que estava acontecendo. O próprio Napoleão, com longa experiência de guerra, sabia muito bem o que significava uma batalha que, no decurso de oito horas, ainda não estava ganha pelas tropas atacantes, depois de terem sido empregadas todas as forças disponíveis. Sabia que aquilo era quase uma batalha perdida e que o menor acaso poderia agora – naquele tenso ponto de oscilação em que a batalha se encontrava – destruir a ele e suas tropas.

Tais resultados em Borodinó despertam em Napoleão o sentimento de horror, de medo e insegurança que pela primeira vez em toda a obra enquanto personagem de *Guerra e Paz*. Segundo o narrador, esses sentimentos consistem no fato de que se passaram dois meses de campanha em solo russo sem sequer uma vitória do seu *Grande Exército*.

[257]Ibid, p. 1671.
[258]Ibid, p. 1672.

> Quando Napoleão reconstituiu em pensamento toda a estranha campanha na Rússia, na qual não obteve vitória em nenhuma batalha, na qual em dois meses não foi tomada nenhuma bandeira, nenhum canhão, nenhum corpo do exército, quando olhava para o rosto disfarçadamente abatido das pessoas à sua volta e ouvia as mensagens de que os russos continuavam em suas posições – um sentimento terrível, semelhante ao que experimentava em sonhos, o dominou, e passaram pela cabeça todas as circunstâncias funestas que poderiam destruí-lo. [259]

Além disso, outro motivo que teria gerado tamanho horror em Napoleão foi sua condição de total incapacidade em prever os movimentos das tropas russas e, dessa maneira, controlar seu plano de ação de forma mais efetiva.

Com isso, para compreender tudo o que viveu a frente do exército francês, Tolstói mostra ao seu leitor que Napoleão precisava renunciar às suas ações que até então eram exaltadas e que acabavam por impedi-lo de enxergar a realidade. No entanto, renunciar a sua história, significava renunciar a si mesmo, e isso é muito para Napoleão suportar. E aqui, no meio da narrativa de *Guerra e paz*, Tolstói insere alguns escritos de Napoleão sobre a guerra contra a Rússia, os quais teriam sido escritos por ele já no exílio na ilha de Santa Helena:

> *A guerra da Rússia deveria ser a guerra mais popular dos tempos modernos: foi a guerra do bom-senso e dos interesses verdadeiros, a guerra do repouso e da segurança de todos; foi puramente pacífica e conservadora.*
> *Foi uma guerra pela grande causa, o fim das incertezas e o começo da segurança. Um horizonte novo, novas tarefas iriam surgir, um horizonte pleno de bem-estar e de prosperidade para todos. O sistema europeu já estava fundado; a questão se resumia a organizá-lo.*
> *Satisfeito com esses pontos e tranquilo quanto a tudo mais, eu também promoveria o meu* congresso *e a minha* santa aliança*. Essas são ideias que me foram roubadas. Nessa reunião de grandes soberanos, teríamos tratado de nossos interesses em família e prestaríamos contas aos povos como um servidor ao seu amo.*
> *A Europa, desse modo, em pouco tempo haveria de ser verdadeiramente um só povo, e cada um, ao viajar por toda parte, estaria sempre em uma pátria comum. Todos os rios seriam navegáveis para todos, haveria a comunidade dos mares, e a partir de então os grandes exércitos permanentes seriam reduzidos apenas à guarda dos soberanos.*
> *De regresso à França, no seio da pátria, grande, forte, magnífica, tranquila, gloriosa, eu teria proclamado suas fronteiras imutáveis; toda guerra futura seria puramente* defensiva*; toda ampliação nova seria* antinacional*. Eu*

[259]Ibid, p. 1673.

> *integraria meu filho ao império; minha* ditadura *terminaria, e o seu reinado constitucional iria começar...*
> *Paris seria a capital do mundo, e os franceses seriam a inveja das nações!...*
> *Então meus lazeres e meus dias de velhice seriam consagrados, na companhia da imperatriz e durante o aprendizado real do meu filho, a visitar lentamente, com nossos próprios cavalos, como um autêntico casal de campônios, todos os rincões do império, recebendo as queixas, corrigindo os erros, semeando em toda parte monumentos e boas ações.*[260]

Através dessa passagem, o leitor de *Guerra e Paz* entra em contato com os planos que Napoleão possivelmente teria projetado para o futuro da França e da Europa, se os acontecimentos em Borodinó tivessem tido um resultado diferente. Por fim, é citado no corpo da narrativa o que seria uma espécie de justificativa de Napoleão para ter agido da forma como agiu:

> *Dos quatrocentos mil homens que cruzaram o rio Vístula, (...) metade era austríacos, prussianos, saxões, poloneses, bávaros, wurtemberguianos, mecklemburguianos, espanhóis, italianos, napolitanos. O exército imperial, propriamente dito, era na sua terça parte composto de holandeses, belgas, habitantes das margens do Reno, piemonteses, suíços, genoveses, toscanos, romanos, habitantes da trigésima segunda divisão militar, de Bremen e Hamburgo etc.; apenas cento e quarenta mil homens falavam francês. A expedição à Rússia custou a vida de menos de cinquenta mil homens à França atual; o exército russo na retirada de Vilna a Moscou, nas diversas batalhas, perdeu quatro vezes mais do que o exército francês; o incêndio de Moscou custou a vida de cem mil russos, mortos de frio e de inanição, nas matas; enfim, na sua marcha de Moscou a Oder, o exército russo foi também atingido pelas ontempéries da estação; na sua chegada a Vilna, contava com não mais do que cinquenta mil homens, e em Kalish, com menos de dezoito mil.*[261]

Nessa última citação acrescentada em *Guerra e Paz*, pode-se verificar que Napoleão tratava a vida de homens como meros números e que, dentro dessa contabilização, os russos teriam perdido mais do que os franceses, levando-se em conta que a maior parte das tropas lideradas por Bonaparte não eram compostas por soldados propriamente franceses, mas sim por homens de outras nacionalidades de diversos pontos da Europa sob seu domínio. Mais

[260] Ibid, p. 1697-1698.
[261] Ibid, p. 1699.

uma vez, deve-se enfatizar que Tolstói construiu sua narrativa de forma com que os fatos e os documentos comprovassem suas premissas apresentadas no enredo. Digo isso porque a última citação de Napoleão confirma a ideia apresentada de que Bonaparte estava "demasiado distante de tudo o que é humano"[262], tendo em vista que este enxergava números no lugar de vidas.

Tolstói ainda explica a retirada dos russos cada vez mais para o interior do país, para conseguir aglomerar as tropas russas, fortalecendo o exército e o sentimento de repulsa da população russa pelo inimigo estrangeiro. Por sua vez, os franceses se viam cada vez mais distantes de casa, em um ambiente que se tornava mais hostil a cada passo, correndo atrás de uma vitória que não podia ser alcançada porque a batalha em si não ocorria. O resultado da somatória de todos esses fatores acabou por beneficiar o lado russo e quando a batalha de Borodinó finalmente aconteceu, Napoleão teria sido obrigado a encarar todo o evento e deparar-se com a realidade de que tudo o que acontecera no decorrer daquele confronto fugira ao seu controle, se dava alheio a sua vontade. Contudo, ele não poderia deixar de atuar o seu papel de *Napoleão Bonaparte* e fazer o que todos esperavam que ele fizesse.

Em vista desse panorama, Tolstói enfatiza que "na noite de 26 de agosto, Kutúzov e todo o exército russo estavam convencidos de que a batalha de Borodinó tinha sido uma vitória"[263]e essa certeza se deu porque no fim dos confrontos daquele dia todos os que dele participaram sabiam, de alguma forma, que o inimigo – Napoleão e o seu *Grande Exército* – estava derrotado. A confirmação da derrota de Bonaparte veio exatamente quando este chegou a Moscou e lá permaneceu por cinco semanas sem se mover. Neste ponto, cabe destacar a metáfora usada para representar a situação dos franceses: "Os franceses não se mexeram. Semelhante a uma fera mortalmente ferida, que, perdendo sangue, lambe as feridas, eles ficaram cinco semanas em Moscou, sem realizar nada, e de repente, sem nenhum motivo novo, bateram em retirada"[264].

Na sua posição de uniciência, o narrador relata os sentimentos que a chegada a Moscou teria produzido em Napoleão. Para começar, ele teria experimentado a mesma impressão que todo estrangeiro tem ao contemplar Moscou, a qual se difere da experiência por parte dos russos: "Todo russo, ao contemplar Moscou, sente que ela é uma mãe; todo estrangeiro, ao contemplá-la, ignorando seu significado maternal, não pode deixar de sentir o

[262]Ibid, p. 1696.
[263] Ibid, p. 1713-1714.
[264]Ibid, p. 1713.

caráter feminino da cidade, e Napoleão sentiu isso.", expressando ainda em sua fala um misto de admiração e alívio: "*Esta cidade asiática, de incontáveis igrejas, Moscou, a santa. Enfim, aí está ela, a famosa cidade! Já era tempo*"[265].

Nos portões de Dorogomílov, no platô de Kámmer-Kolléjski – uma das entradas do Kremlin – juntamente com suas tropas, Napoleão aguardava a chegada da delegação de Moscou que deveria lhe receber. No entanto, a comitiva que havia enviado encarava uma realidade pouco provável, quase irreal, afinal, esta se deparava com um cenário inimaginável: "Moscou estava vazia. Ainda havia pessoas na cidade, restava ainda à quinquagésima parte dos habitantes, mas ela estava vazia. Estava vazia assim como fica vazia uma colmeia moribunda sem sua rainha."[266]. Em outras palavras, depois de todos os percalços, Napoleão finalmente chegara à Moscou, mas Moscou não estava lá. Sendo assim, Tolstói compara a Moscou encontrada por Napoleão com o estado de uma colmeia doente: "Numa colmeia sem rainha já não existe vida, mas a um olhar superficial ela parece tão viva como as outras colmeias"[267]. Isso porque:

> Quando o apicultor bate na parede de uma colmeia doente, em lugar da resposta de antes, o zumbido unânime e imediato de dezenas de milhares de abelhas que levantam ameaçadoramente a parte posterior do corpo e, com a batida rápida das asas, produzem aquele som aéreo e cheio de vida – em vez disso, respondem-lhe zunidos dospersos que ressoam de maneira oca em diversos lugares da colmeia vazia. [268]

Consequentemente, no momento da chegada dos franceses à capital russa, "Nos diversos cantos de Moscou, as pessoas se movimentavam sem nenhum sentido, por força de costumes antigos e sem compreender o que estavam fazendo"[269].

Apesar de Napoleão estar "cansado, inquieto e de cara fechada, andando de um lado para o outro", enquanto aguarda as formalidades da recepção pela qual deveria ser recebido

[265] Ibid, p. 1805-1806.
[266]Ibid, p. 1811.
[267]Ibid, p. 1811.
[268]Ibid, p. 1811.
[269]Ibid, p. 1814.

em Moscou, as condições em que a cidade fora deixada, o fato é que não havia ficado ninguém para recepcionar a sua chegada.Ao ser informado devidamente sobre situação, a irritação provocada pela espera deu lugar a uma incredulidade quase que desesperada em Napoleão, isso porque se antes lhe parecia irreal estar em Moscou, ao adentrar os portões de Dorogomílov, as condições em que se encontrava diante da capital russa é que lhe espantavam: "Moscou deserta. Que acontecimento inverossímel"[270].

Nesta altura do enredo,Tolstói mais uma vez interrompe sua narrativa para fazer uma reflexão sobre quais seriam os agentes responsáveis por mover a história. A partir da perspectiva apresentada nesta parte do romance, mas uma vez o crédito é tirado daqueles chamados *heróis* ou, ainda, dos *grandes homens da História* e no que se refere à vontade desses, colocando-os, assim, à mercê da vontade das massas.

> Mas, entre uma pessoa que afirma que as nações do Ocidente vieram para o Oriente porque Napoleão quis assim e uma pessoa que afirma que isso aconteceu porque tinha que acontecer, existe a mesma diferença que há entre as pessoas que asseguram qua a Terra está parada e os planetas se movem em seu redor e as pessoas que dizem que não sabem por que a Terra se move, mas sabem que existem leis que regem o movimento dela e dos demais planetas.[271]

A partir dessa premissa, percebe-se uma crítica enfática à postura de historiadores e suas análises no que se refere à perspectiva dos estudos sobre o desenvolvimento dos fatos que envolvem o posicionamento das tropas russas e francesas no desenrolar das guerras napoleônicas no território russo.

Em tom de ironia, Tolstói reflete sobre o título de gênio que fora atribuído a Napoleão pelos historiadores, descrevendo toda a situação em que ele se encontra junto com o seu exército em Moscou:

[270]Ibid, p. 1814.
[271]Ibid, p. 2036.

> Napoleão entra em Moscou depois da brilhante vitória *de la Moskowa*; não pode haver dúvida sobre a vitória, pois o campo de batalha fica sob o domínio dos franceses. Os russos recuam e entregam a capital. Moscou, repleta de provisões, armas, munições e imensas riquezas, está nas mãos de Napoleão. (...) A posição de Napoleão é a mais brilhante possível. Seja para lançar-se contra o restante do exército russo com forças duas vezes superiores e aniquilá-lo, seja para negociar um acordo de paz vantajoso ou, no caso de uma recusa, fazer um movimento de ameaça contra Petersburgo, seja até para, no caso de um fracasso, voltar para Smolensk ou para Vilna, ou mesmo ficar em Moscou – seja para, numa palavra, manter sua posição brilhante em que se encontravam as tropas francesas naquele momento, tem-se a impressão de que não era preciso nenhuma genialidade especial.[272]

Em outras palavras, é possível notar a posição privilegiada em que Napoleão e seu exército se encontravam. Sendo assim, as condições que estavam dispostas à sua frente davam-lhe um leque de opções para planejar o próximo passo após ter tomado Moscou. Por conseguinte, bastava a Napoleão "fazer o mais simples e o mais fácil", preparar as tropas para o inverno que se aproximava, uma vez que Moscou tinha condição de prover todo o exército napoleônico por, pelo menos, meio ano[273].

Contudo, "Napoleão, o maior gênio de todos os gênios, e que tinha o poder de comandar o exército, como asseguram os historiadores, não fez nada disso"[274]. Ao invés de usar toda a sua genialidade para fazer o simples e o óbvio, Napoleão tomou a decisão mais tola e nefasta que se podia esperar: "ficar em Moscou até outubro, deixando que as tropas saqueassem a cidade"[275]. Nestas passagens, nota-se mais uma vez o tom de contestação quanto à postura convencionalmente adotada pelos historiadores que se dedicaram ao estudo da era napoleônica. No discurso presente na narrativa, defende-se a ideia de que as decisões que teriam sido adotadas por Napoleão eram tão formidáveis e geniais quanto as que ele tinha dado anteriormente, durante as campanhas do Egito, da Áustria, da Prússia. Mas a questão é que "num caso ou no outro, sua ação pessoal não tinha mais força do que a ação pessoal de um soldado qualquer"[276] e, dessa maneira, prevalece em *Guerra e paz* o ponto de vista de que os acontecimentos históricos estão muito além da vontade individual dos homens.

---

[272]Ibid, p. 2063.
[273] A informação sobre as provisões que havia em Moscou para abastecer o exército de Napoleão durante meio ano teria sido obtida "segundo indicações dos historiadores franceses" (TOLSTÓI, 2011, p. 2063).
[274] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 2063.
[275]Ibid, p. 2064.
[276]Ibid, p. 2065.

Ao relatar os primeiros dias de outubro, o general Kutúzov teria recebido uma carta de Napoleão, sendo esta mais um de seus truques, tentando confundir os russos, sendo que "Kutúzov recebeu (...) uma carta de Napoleão e uma proposta de um acordo de paz, falsamente datada de Moscou, quando Napoleão já se encontrava não muito distante de Kutúzov, a sua frente, na estrada velha de Kaluga." [277]. Confirmando, logo depois, o exato posicionamento de Napoleão através de um prisioneiro que havia sido capturado pelo exército russo, este disse "que as tropas que tinham entrado em Fomínski naquele dia eram formadas pela vanguarda de todo o grande exército, que Napoleão estava lá, que já havia cinco dias que o exército inteiro havia saído de Moscou."[278].

Durante a fuga dos franceses, Tolstói cria uma cena em que os cossacos russos quase capturaram Napoleão enquanto este estudava na companhia de sua comitiva a movimentação de possíveis batalhas futuras. Porém, do ponto de vista da narrativa, havia algo muito mais importante para os cossacos do que a figura de Napoleão e esse algo era a própria sobrevivência, o que acabou sendo a salvação do imperador francês:

> Uns cossacos, à espreita, em busca de possíveis saques, deram de cara com o próprio imperador e por pouco não o capturaram. Se os cossacos não capturaram Napoleão daquela vez, o que o salvou foi aquilo mesmo que estava matando os franceses: em Tarútino e também ali, os cossacos apanhavam o saque e deixavam de lado as pessoas. Sem prestar atenção a Napoleão, eles se atiraram ao saque, e Napoleão conseguiu escapar. [279]

Contudo, não é apenas a luta pela sobrevivência dos soldados russos que salvou Napoleão, afinal, segundo a narrativa de Tolstói, o próprio comandante chefe do exército russo, Kutúzov, fazia o possível para não barrar o movimento de retirada dos franceses.

Assim, Tolstói compara os movimentos dos exércitos russos e franceses a uma brincadeira de "cabra-cega em que dois jogadores vendam os olhos e um deles de vez em

[277] Ibid, p. 2101-2102.
[278]Ibid, p. 2204.
[279]Ibid, p. 2116.

quando toca uma sineta a fim dar notícia de si ao jogador que o persegue”[280]. Mas essa é uma brincadeira perigosa e imprevista, sendo que quando a situação do perseguido piora, “ele se esforça para não ser ouvido e muitas vezes, pensando que foge, corre direto para as mãos dele”, isto é, daquele que o persegue[281]. Contudo, enquanto Napoleão e seus soldados buscavam fugir o mais rápido possível dos russos, tentando esconder seu posicionamento ao máximo, Kutúzov – que não queria interromper sua fuga, mas não sabia exatamente onde eles estavam –, limitava-se à tentativa de advinhar o caminho escolhido pelos franceses com a ideia de seguir a sua retaguarda.

Porém, como os russos trabalhavam com hipóteses e não tinham certeza quanto aos movimentos dos franceses, o tão indesejável encontro acabou por acontecer em Krásnoie:

> (...) quando acharam que tinham encontrado uma das três colunas dos franceses e deram de cara com o próprio Napoleão, com dezesseis mil soldados. Apesar de todos os meio empregados por Kutúzov para evitar aquele confronto funesto e para salvar suas tropas, durante três dias transcorreu o massacre do bando de franceses alquebrados pelas tropas russas exaustas.[282]

Apesar de exaustas, as tropas russas aniquilaram o exército francês, mas Napoleão não chegou a ser capturado, o que teria gerado novamente uma pesada crítica dos russos em relação à liderança do general Kutúzov, o qual era acusado e tinha que enfrentar boatos que “diziam que, desde o início da campanha, ele os impedia de vencer Napoleão, que ele só pensava em satisfazer suas paixões e que não queria sair de Politniáni Zavódi [povoado de Kaluga] porque ali ele podia ficar sossegado” e que, na realidade, “ao saber da presença de Napoleão, ficara completamente desnorteado; que era possível supor que ele estava travando contatos secretos com Napoleão, que ele tinha sido subordinado por Napoleão etc.” [283].

Com isso, Tolstói ressalta a crítica no que se refere ao ponto de vista dos historiadores que retratam Napoleão como *Grand* para seus contemporâneos, e mesmo para a posteridade,

[280] Ibdi, p. 2196.
[281]Ibid, p. 2196.
[282]Ibid, p. 2229.
[283]Ibid, p. 2231.

especialmente para os estrangeiros, enquanto Kutúzov não passa de "um velhote cortesão, astuto, lascivo e fraco; para os russos, era algo indefinido – uma espécie de fantoche, útil apenas por causa do seu nome russo..."[284]. Em nota de rodapé, o tradutor Rubens Figueiredo expõe que essas críticas de Tolstói referem-se à obra dos historiadores russos "*História do ano de 1812"*,[285], encontrada nas notas do autor, na qual está presente a visão da história oficial:

> Para os historiadores russos – é terrível e estranho dizer isso –, Napoleão – esse instrumento insignificante da história –, que nunca e em parte nenhuma, nem no exílio, deu provas de dignidade humana –, Napoleão é objeto de admiração e de entusiasmo; ele é *grand*. Já Kutúzov, o homem que do início ao fim de sua atividade em 1812, de Borodinó até Vilna, nenhuma vez, em nenhuma palavra e em nenhum gesto traiu a si mesmo, e que ofereceu na história um exemplo extraordinário de abnegação e de consciência no presente da importância futura dos acontecimentos – Kutúzov é apresentado por eles como algo indefinido e digno de pena, e quando se referem ao Kútuzov de 1812 sempre parecem um pouquinho envergonhados.[286]

E assim, transitando entre o real e o imaginário, ao passo que Tolstói reconta a sua maneira os eventos marcantes da história russa entre os anos de 1805 e 1812, longe de apresentar um anticristo, aqui Napoleão é humanizado; para o bem ou para o mal, ele ainda é só um homem. E essa é exatamente a fraqueza de Bonaparte: ser humano. E foi ao tomar conhecimento desse fato que todo encanto que Andrei e Pierre enxergavam em seu ideal de Napoleão se desfez, afinal, este não passava de um homem como eles próprios eram. Sem nada de extraordinário.

[284]Ibid, p. 2231.
[285]Ibid, p. 2232.
[286] Ibid, p. 2232-2233.

4.5. Tolstói e sua crítica à prática da guerra e aos Grandes homens

Em meio ao todo artístico de *Guerra e paz*, Tolstói aproveita para expor a sua crítica quanto às práticas de guerra e o papel que os ditos *grandes homens* têm na história. Para ilustrar sua premissa, tomemos alguns pormenores da possível morte da personagem do príncipe Andrei Bolkónki:

> Haviam se passado dois meses desde que chegaram a Montes Calvos as notícias sobre a batalha de Austerlitz e a morte do príncipe Andrei. E, apesar de todas as cartas enviadas por intermédio da embaixada e apesar de todas as buscas, seu corpo não foi localizado e seu nome não estava entre os prisioneiros.[287]

Através da fala da personagem do velho príncipe Bolkónski, ao referir-se uma vez mais à suposta morte de Andrei Bolkónki, Tolstói define a Batalha de Austerlitz utilizando as seguintes palavras: "(...) morto em uma batalha em que enviaram para morrer as melhores pessoas da Rússia e a glória russa." [288].

Do ponto de vista apresentado em *Guerra e paz*, os diplomatas tiveram um papel falho no que diz respeito à sua responsabilidade em evitar a guerra, tendo em vista que Tolstói defende a ideia de que caso estadistas e diplomatas como Metternich[289], Rumiatsev[290] ou Taleyrand[291] tivessem reservado uma pequena parte de seu tempo e "fizessem gentilmente o esforço de refigir um bilhete habilidoso" ou, por fim, que "Napoleão escrevesse para Alexandre: *'Senhor meu irmão, eu consinto em entregar o ducado de Oldenburg'* – não haveria guerra." [292]. Isso porque Tolstói acredita que aqueles homens que poderiam ter

[287]Ibid, p. 664.
[288]Ibid, p. 667.
[289] Klemens Wenzel von Metternich foi um diplomata e estadista austríaco, que atuou como Ministro do Exterior entre os anos de 1809 a1847.
[290] Nikolai Petróvitch Rumiántsev foi um estadista russo, que atuou como Ministro do Exterior e Chancelar de Alexandre I.
[291] Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord foi um político e diplomata francês que atuou na política da França entre os anos de 1791 a 1834.
[292] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 1272.

evitado um novo conflito armado, ou seja, uma guerra no continente europeu, simplesmente não se dispuseram a fazê-lo, ou omitiram sua responsabilidade, ou ainda, ao invés de quererem evitá-la, tinham como real interesse aguardar sua chegada. O autor de *Guerra e paz* até aceita como compreensível tais atos:

> É compreensível que Napoleão achasse que a causa da guerra eram as intrigas da Inglaterra (como ele disse em Santa Helena); é compreensível que, aos membros do Parlamento inglês, parecesse que a causa da guerra era a ambição de Napoleão; que ao duque de Oldenburg parecesse que a causa da guerra era a violência praticada contra ele; que aos comerciantes parecesse que a causa da guerra era o Sistema Continental, que estava levando a Europa à ruína; que aos velhos soldados e aos generais parecesse que a causa da guerra era a necessidade de pôr todos eles em atividade; [...] e aos diplomatas daquele tempo, que tudo resultava do fato de que não se teve a necessária habilidade para manter escondida de Napoleão a aliança selada entre a Rússia e a Áustria em 1809[293].

Todavia, o que não lhe parece aceitável é que essas mesmas causas compreensíveis a alguns fizessem com que "milhões de pessoas cristãs tenham matado e martirizado umas às outras porque Napoleão era ambicioso, Alexandre era obstinado, a política da Inglaterra era astuta e o duque de Oldenburg fora ultrajado"[294]

Mais adiante, Tolstói ainda ressalta que quanto mais se procurar, mais causas para a guerra entre Napoleão e a Europa há de se encontrar. Contudo, assim como as causas podem ter diversas origens e justificativas, novas possibilidades de evitar os conflitos dessa mesma guerra hão de surgir, tendo em vista que "se Napoleão não se ofendesse com a exigência de recuar para o além do Vístula e não ordenasse às tropas que avançassem, não haveria guerra; mas, se todos os sargentos não quisessem servir ao exército pela segunda vez, também não haveria a guerra." [295]. Conclui-se, portanto, que o autor não atribui as responsabilidades da guerra estritamente às figuras de Napoleão Bonaparte e Alexandre I, mas ele amplia essa culpa a todos aqueles que de alguma forma participaram ativamente para que esse conflito ocorresse:

---

[293] Ibid, p. 1272-1273.
[294]Ibid, p. 1273.
[295]Ibid. p. 1274.

> Os atos de Napoleão e Alexandre, de cujas palavras pareciam depender a realização ou não do acontecimento, eram tão pouco voluntários quanto os atos de qualquer soldado que entrou em campanha por um lance do destino ou por causa do recrutamento militar. Não poderia ocorrer de outro modo porque, a fim de que a vontade de Napoleão e Alexandre (as pessoas de quem o acontecimento parecia depender) fosse cumprida, era necessária a coincidência de inúmeras circunstâncias, sem uma das quais o acontecimento não poderia se realizar. Era indispensável que milhares de pessoas, em cujas mãos estavam o poder de fato, os soldados que atiravam, transportavam provisões e canhões, era preciso que eles concordassem em cumprir a vontade daquelas pessoas, individuais e fracas, e que fossem coagidos a isso por uma inumerável quantidade de causas complexas e variadas.[296]

Sobre esta última citação, deve-se ressaltar que no ponto de vista expressado por Tolstói, a realidade é que tanto Napoleão quanto Alexandre são indivíduos fracos, que têm suas vontades realizadas por voluntários. Portanto, não era Bonaparte quem de fato teria algum poder para definir os rumos da História e, neste caso em específico, os rumos dos conflitos que ocorreram na Europa, mas sim os mesmos voluntários que satisfizeram cegamente as vontades de seus reis. Para Tolstói, "o rei é escravo da história", uma vez que a História seria "a vida inconsciente, comum, a vida da colmeia da humanidade, usa todos os minutos da vida do rei para si mesma, como um instrumento para alcançar os seus objetivos"[297].

Nessa reflexão sobre os agentes da História, Tolstói busca justificar com fatos a sua teoria exposta previamente:

> Embora, mais do que nunca, agora em 1812 parecesse a Napoleão que dependia dele *verter* ou não *verter o sangue de seu povo*nunca ele estivera mais sujeito a leis inexoráveis, que o obrigavam (enquanto agia em obediência a si mesmo, como lhe parecia, segundo seu próprio arbítrio) a fazer, para a obra comum, para a história, aquilo que tinha de se cumprir.[298]

[296]Ibid, p. 1275.
[297] Ibid, p. 1276
[298]Ibid, p. 1277.

Em outras palavras, tendo a entender que Tolstói acredita que Napoleão imaginava que a História seguia os trilhos que ele próprio determinava segundo sua vontade, ou seja, que essa mesma História dependia dele para acontecer. Contudo, Tolstói vê tudo isso como ingenuidade por parte de Napoleão e de todos aqueles grandes homens definidos por Thomas Carlyle que em algum momento viam-se enquanto agentes da história e não como meros sujeitos da lei da coincidência das causas[299], que é o que estes são sob a perspectiva de *Guerra e Paz*. Para exemplificar essa "lei de coincidência das causas" mencionada por Tolstói, pode-se citar a seguinte passagem:

> Nada é a causa. Tudo isso é apenas a coincidência das condições sob as quais ocorre qualquer acontecimento vivo, orgânico, elementar. (...) Assim também terá razão e não terá razão quem disser que Napoleão avançou para Moscou porque quis fazer isso, e que foi destruído porque Alexandre quis que o destruíssem (...). Nos acontecimentos históricos, os assim chamados grandes homens não passam de rótulos com que se denominam os acontecimentos e, assim como os rótulos, têm com os acontecimentos propriamente ditos menos relação do que qualquer outra coisa.
> Todos os seus atos, que a eles mesmos parecem voluntários, no sentido histórico são involuntários, estão ligados a todo o movimento da história e determinados desde sempre.[300]

Consequentemente, nova guerra iniciada no ano de 1812 entre Napoleão Bonaparte e Alexandre I é apresentada na narrativa de forma bastante irônica, pautada em causas fúteis, isto é, que aparentemente poderia ser controladas:

> Napoleão começou a guerra contra a Rússia porque não pôde deixar de ir a Dresden, não pôde deixar de ficar com a cabeça virada por causa das homenagens que recebeu, não pôde deixar de vestir o uniforme polonês e de

[299] Em *Guerra e Paz*, Lev Tolstói fala dobre a lei da coincidência das causas, que seria um conjunto de "milhares de causas pequeninas" as quais "se concatenaram por si mesmas e coincidiram com esse acontecimento para que houvesse tal movimento e para que ocorresse a guerra" (TOLSTÓI, 2011, p.1277).
[300] TOLSTÓI, Lev. *Guerra e paz*. Trad. FIGUEIREDO, R. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 1278.

> sucumbir à sensação de intrepidez de uma manhã de junho, não pode refrear um acesso de raiva em presença de Kurákin e, depois, de Balachov.[301]

No caso do tzar Alexandre I, sua postura foi a de não ter optado pela tentativa de evitar a guerra, sendo que "recusou todas as negociações porque se sentia pessoalmente ofendido"[302]. Contudo, estes não são os únicos que tinham razões para não evitar o conflito entre França e Rússia, ilustrando possíveis justificativas por meio de outras personagens, pautadas em pessoas reais ou suas próprias personagens fictícias que representavam a sociedade daquela época:

> Barclay de Tolly se empenhava em dirigir o exército e fazer jus à fama de grande comandante militar. Rostóv lançou-se a galope contra os franceses porque não conseguiu refrear o desejo de galopar pela campina plana. E da mesma forma, em função de seus traços pessoas, de seus costumes, de suas condições e de seus objetivos, assim agiam todas as inúmeras pessoas que tomavam parte na guerra.[303]

.

No entanto, apesar de todas essas ações inevitáveis, através de seu narrador, Tolstói esclarece que estas personagens não passam de "instrumentos involuntários da história", afinal, "esse é o destino invariável de todos os homens de ação e, quanto menos livres, mais elevados se situam na hierarquia humana"[304], e por isso os reis tornam-se escravos da história. Em outras palavras, esses homens de ação aos quais Tolstói se refere são aqueles apontados como os *heróis* responsáveis pelos eventos que marcam a história da humanidade. Contudo, para Tolstói, esses homens são apenas os fantoches da história e não seus condutores, – para mostrar isso, Tolstói elegeu Napoleão, sendo que por meio da representação de sua trajetória, buscou comprovar sua perspectiva quanto à relação dos *grandes homens* com a história.

Para tanto, segundo o viés defendido por Tolstói, os seres humanos não passariam de meros atores que desaparecem com o passar do tempo sem sequer deixar vestígio, mas os resultados da história são diferentes, como a exemplo do período histórico no qual se passa o

[301] Ibid, p. 1431
[302]Ibid, p. 1431.
[303]Ibid, p. 1431.
[304]Ibid, p 1432.

enredo de *Guerra e Paz*, "faz muito tempo que os atores do ano de 1812 deixaram os seus postos, os seus interesses pessoais desapareceram sem deixar vestígio e, do seu tempo, só os resultados históricos se encontram à nossa frente."[305]. Para Tolstói, a vontade humana não é capaz de controlar os acontecimentos, afinal, estas estariam submetidas a um poder maior:

> A Providência obrigou todas essas pessoas, que pelejavam alcançar seus objetivos pessoais, a colaborar para a concretização de um resultado enorme, que não estava nas expectativas de pessoa alguma (nem de Napoleão, nem de Alexandre, e menos ainda de qualquer um dos participantes da guerra).[306]

Neste ponto, pode-se interpretar o olhar que Tolstói tem sobre a ação humana como mera coadjuvante da história, uma vez que, inevitavelmente, todos estariam à mercê dessa tal *Providência* que foge e vai muito além do livre arbítrio dos homens. Sim, aos olhos de Tolstói, *tudo aconteceu por acaso*, como resultado de uma *Providência* – talvez pelas aspirações das pessoas comuns envolvidas no evento, reunidas ao acaso num mesmo contexto, um pouco pela vontade daqueles grandes homens, como Napoleão, que erroneamente acreditavam que as suas vontades moviam o mundo, mas jamais por decorrência de qualquer que fosse o planejamento, pois no final tudo era resultado do *acaso*, aquilo que foge ao controle dos homens:

> Smolensk foi abandonada, contra a vontade do soberano e de todo o povo. Mas Smolensk foi incendiada pelos próprios habitantes, enganados pelo seu governador, e os habitantes arruinados, dando um exemplo para os demais russos, foram para Moscou, pensando apenas em suas perdas e atiçando o ódio ao inimigo. Napoleão segue em frente, nós (russos) recuamos, e se alcança aquilo que vai permitir a vitória sobre Napoleão.[307]

[305]Ibid, p. 1432.
[306]Ibid, p. 1432.
[307]Ibid, p. 1439-1440.

Com isso, após zombar dos historiadores que defendiam a História dos *Grandes Homens*, Tolstói apresenta a sua perspectiva do evento, segundo a qual "não admitem que a Rússia tenha sido formada pela vontade de um só homem – Pedro I – nem que o império francês tenha se constituído e a guerra contra a Rússia tenha tido início pela vontade de um só homem – Napoleão" [308]. Nessas palavras, Tolstói procura mostrar o quão absurda é essa visão de uma história movida por indivíduos únicos e singulares, tendo em vista que:

> (...) constitui a causa dos acontecimentos históricos, apresenta-se outra resposta, a saber, que a marcha dos acontecimentos do mundo é predeterminada de cima, depende da coincidência de todos os arbítrios das pessoas que participam de tais acontecimentos, e que a influência de Napoleão na marcha de tais acontecimentos é apenas exterior e fictícia.[309]

A partir desse ponto de vista, torna-se inviável aceitar a ideia de que a batalha de Borodinó e todas as mortes que dela decorreram foram produto da vontade de Napoleão Bonaparte – mesmo que aos olhos deste tenha parecido assim. Durante a narrativa, enfatiza-se que no desenrolar do confronto Napoleão não chegou a disparar um só tiro contra as tropas russas e que, por conseguinte, não matou um único homem, pelo contrário, os soldados de Napoleão que dispararam tiros contra as tropas russas e estes o fizeram por razões próprias a eles e não meramente por causa das ordens de seu general. Para Tolstói, o cansaço dos soldados franceses, as promessas de Napoleão, a proximidade de Moscou e, com isso, a recompensa aos vencedores, enfim, a *força das circunstâncias* – todos esses elementos reunidos em um mesmo contexto – teria sido o combustível que impeliu o *Grande Exército* de Napoleão sobre a Borodinó.

A narrativa da batalha de Borodinó reforça a constatação de que não importava necessariamente o que Napoleão Bonaparte ordenava ou não, o que Murat e outros generais mandavam seus soldados fazerem, ou como eles tentavam organizar e reoganizar a formação do exército para retornarem ao combate contra os russos, uma vez que o resultado não poderia

[308]Ibid, p. 1633.
[309]Ibid, p. 1633-1634.

ser outro. Isso se deu devido ao fato de que os soldados que estavam enfrentando a artilharia russa não temiam o que Napoleão poderia fazer a eles caso não cumprissem suas ordens, o que eles realmente temiam eram as balas que o inimigo disparava em sua direção, afinal, eram esses soldados que poderiam perder muito mais que uma batalha:

> Eles não temiam nenhuma punição por não cumprir as ordens ou por darem ordens não autorizadas, porque numa batalha está em jogo aquilo que é mais precioso para um homem – a própria vida –, e às vezes parece que a salvação repousa numa corrida para trás, outras vezes numa corrida para a frente, e as pessoas que estão no calor da batalha agem conforme o estado de ânimo em que se encontram no momento.[310]

Dessa forma, o responsável por ordenar o rumo da batalha, o movimento das tropas e o resultado final de Borodinó não foi Napoleão nem seus generais, mas sim o "estado de ânimo da multidão" [311] e o temor da morte que as pessoas que constituiam essa multidão tinham. Daí é possível afirmar que, segundo a narrativa de Tolstói, a dificuldade para se explicar o que ocorreu na batalha de Borodinó com o exército napoleônico consiste no fato de que as ações escolhidas pelos russos – fossem eles membros do exército, do comando de guerra ou do povo – não seguiam as regras definidas pelos historiadores. Neste ponto, a metáfora apresentada para explicar o que se passou na relação entre russos e franceses é a ideia de um duelo de esgrima:

> Imaginemos duas pessoas que vão duelar com espadas de acordo com todas as regras da arte da esgrima; a luta se prolonga por muito tempo; de súbito, um dos oponentes sente que foi ferido e, dando-se conta de que aquilo não era uma brincadeira e que sua vida estava em jogo, larga a espada, pega o primeiro sarrafo que vê no chão e começa a brandi-lo no ar.[312]

[310]Ibid, p. 1666.
[311]Ibid, p. 1667.
[312]Ibid, p. 2126.

A partir dessa metáfora, os franceses seriam o oponente do duelo que decidiu seguir as regras da arte da esgrima, enquanto os russos seriam o oponente que largou a espada e pegou o sarrafo do chão. Logo, para Tolstói, é plausível afirmar que a campanha travada por Napoleão na Rússia fugia a todas as regras da arte e da ciência das quais se realizaram as guerras conhecidas até então:

> Desde o tempo do incêndio de Smolensk, teve início uma guerra que não se adapta a nenhuma das tradições bélicas anteriores. O incêndio das cidades e das aldeias, o recuo depois das batalhas, o golpe infligido em Borodinó e seguido por uma nova retirada, o abandono e o incêndio de Moscou, a prisão dos saqueadores, a captura dos transportes, a guerra de guerrilha – tudo isso se desviava das regras.[313]

Sendo assim, Napoleão teria tido que lidar com o imprevisto para o qual não havia se preparado, ficando inconformado com a realidade que era obrigado a encarar, recusando-se, portanto, a abandonar as regras do duelo e exigindo que seu oponente também retornasse a elas:

> Napoleão sentiu isso e, desde o momento em que, na pose correta do esgrimista, ficou em Moscou e, em lugar da espada de seu oponente, avistou um sarrafo erguido contra si, Napoleão não parou de se queixar a Kutúzov e ao imperador Alexandre de que a guerra estava sendo conduzida de forma contrária a todas as regras (como se existissem regras para matar pessoas). [314]

E assim, fugindo da todas as regras e lutando por suas vidas, os russos teriam derrotado Napoleão quando:

[313]Ibid, p. 2126.
[314]Ibid, p. 2126-2127.

> (...) o sarrafo da guerra popular foi erguido com toda a sua força assustadora e grandiosa e, sem querer saber de gostos nem de regras, com tola simplicidade, mas com total senso prático, sem analisar nada, foi levantado, baixado, e golpeou os franceses até que toda a invasão fosse destruída.[315]

Por conseguinte, Tolstói exalta as ações do povo russo que ao perceber que as regras não eram capazes de garantir sua salvação, foge a elas, mas não se entregam:

> Feliz do povo que não age como os franceses em 1813, que, depois de fazer a saudação conforme todas as regras da arte da esgrima e depois de girar a espada pelo punho, de modo grandioso e respeitoso, a entregam ao seu magnânimo conquistador, e feliz do povo que, no momento de provação, sem querer saber se outros, em situações semelhantes, agiram conforme as regras, levanta com simplicidade e ligeireza o primeiro sarrafo que encontra à mão e com ele desfere seus golpes até que, em sua alma, o sentimento de ofensa e de vingança tenha dado lugar ao sentimento de desprezo e de compaixão.[316]

Além do diferencial do povo russo na *guerra de guerrilha* e das baixas temperaturas, características do clima russo, outros fatores que teriam salvado a Rússia foram as condições do ambiente e a situação em que se encontrava o exército francês fez com que seus soldados se voltassem uns contra os outros em nome da sua própria sobrevivência, uma vez que Napoleão já não representava grande coisa em relação aos rumos que a guerra tomara:

> (...) Napoleão e os que o rodeavam mantiveram seus hábitos antigos: redigiam ordens, cartas, relatórios, *ordens do dia*, chamavam-se uns aos outros de "*sire, mon cousin, prince d'Ekmühl, roi de Naples*" etc. Mas as ordens e os relatórios ficavam só no papel, nada se concretizava porque não podia se concretizar, e, apesar de tratarem-se uns aos outros por majestades, altezas e primos-irmãos, todos eles sentiam que eram pessoas patéticas e torpes, que tinham causado muita desgraça pela qual agora teriam de pagar.[317]

[315]Ibid, p. 2127.
[316]Ibid, p. 2127.
[317]Ibid, p. 2195.

Conclusão

Através de meus estudos dos exemplares da *Gazeta do Rio de Janeiro* e da obra *Guerra e paz*, de Tolstói, pude perceber que Napoleão foi capaz de produzir efeitos de grandes dimensões, para além das fronteiras da Europa. Digo isso porque, apesar de territórios distantes, com conjunturas distintas, Napoleão foi capaz de promover um ponto de conexão entre a Rússia e a *nova corte* portuguesa no Brasil. Se por um lado, Alexandre I e o povo russo se viram obrigados a encarar e resistir às pressões impostas pela política externa de Bonaparte; no caso do príncipe regente D. João, este promoveu uma grande retirada do território europeu, vendo-se obrigado a construir uma nova sede para seu império, protegendo assim a monarquia e sua principal colônia – lembrando que, no caso de D. João, permanecer e enfrentar franceses ou ingleses não era uma opção, que já naquela época seu país não figurava mais entre as grandes potências.

Dessa maneira, acredito que, ao estudar a construção de representações de Napoleão por meio da análise dos artigos da *Gazeta* e o romance de Tolstói, fui capaz de identificar alguns aspectos em comum quanto à presença e idealização da figura de Napoleão Bonaparte nos imaginários russo e luso-brasileiro. Mesmo se tratando de gêneros textuais diferentes, os escritos da *Gazeta* e a narrativa de *Guerra e Paz* referem-se a discursos dotados de uma autoridade capaz de influenciar o senso comum de sua época, uma vez que a *Gazeta* era publicada pela Imprensa Régia da coroa portuguesa no Brasil e *Guerra e Paz* fora escrita por Tolstói, um autor que já era renomado nos tempos da publicação de sua obra sobre as campanhas napoleônicas contra a Rússia.

Por conseguinte, quando comparei os termos presentes nos artigos da *Gazeta* para caracterizar Napoleão com algumas das expressões usadas por Tolstói para representá-lo, concluí que apesar de distintas, ambas as construções estão bem próximas. Caracterizo as representações distintas porque os artigos da *Gazeta* foram produzidos no calor do momento, tendo em vista que a existência do próprio periódico só fora possível porque o centro administrativo do império português foi obrigado a abandonar seu reino em nome da salvação da monarquia e da manutenção de seus domínios no além-mar, permitindo que o país fosse tomado pelas forças de Bonaparte. Contudo, o romance *Guerra e Paz* foi criado por Tolstói

em um tempo no qual Napoleão existia apenas enquanto memória, afinal, quando a obra começou a ser escrita já havia se passado mais de 50 anos de sua morte.

Assim sendo, a distância temporal da obra *Guerra e Paz* dos fatos históricos nela retratados talvez explique o porquê de Tolstói não ter como foco principal em sua abordagem fortalecer a veiculação da *lenda negra* em torno da figura de Napoleão. Sua proposta, na verdade, é desconstruir o mito de que a história é movida pela ação dos chamados *heróis* ou *grandes homens*, sendo que assim Napoleão é usado como um protótipo para exemplificar seu ponto de vista. Em *Guerra e paz*, Tolstói denuncia as aparências que foram fabricadas por alguns historiadores do período – como, por exemplo, Louis Adolphe Thiers e Alexander Ivanovich Mikháilovski-Danílevski – em torno das figuras de Napoleão e Alexandre I, sendo que, em contrapartida, o escritor russo levanta a questão sobre os homens e mulheres que estavam lá e fizeram parte dos mesmos acontecimentos, mas ninguém se lembrou de mencioná-los e considerar suas ações mediante a tais eventos. Portanto, pode-se dizer que *Guerra e Paz* trata-se, também, de uma crítica aos historiadores que escreveram uma história que tende a eleger a ação de um único homem determinante em relação aos acontecimentos, quando o que Tolstói tenta mostrar é que os fatos históricos se concretizam por meio de uma somatória das vontades e ações diretas ou indiretas do coletivo.

Por sua vez, desde o primeiro momento, a *Gazeta do Rio de Janeiro* usa seus artigos como armas contra os atos cometidos por Napoleão na Europa, mas em especial no reino de Portugal. Distante das ameaças bélicas que os franceses representavam, a *Gazeta* veicula na *nova corte* o seu lado da história, segundo o qual a monarquia portuguesa era vítima da ambição e da ganância de um tirano, que causava horror e destruição no continente europeu. Dessa maneira, o que se encontra nas páginas da *Gazeta* é um número vasto de elementos destinados a disseminar no imaginário luso-brasileiro todo aparato necessário para consolidar entre os súditos portugueses residentes no Brasil a *lenda negra* de Napoleão.

Contudo, existe uma série de pontos em comum presentes tanto nos textos da *Gazeta* quanto em *Guerra e paz.* Primeiramente, pode-se citar a exaltação dos monarcas. Na *Gazeta*, o editor opta por incluir em suas publicações comunicados referentes à guerra de resistência no reino de Portugal e diversas cartas endereçadas ao príncipe regente, nas quais proclamam toda a sua lealdade aos legítimos monarcas. Contudo, a Inglaterra e seus *valorosos generais* são frequentemente lembrados pela *Gazeta*, ressaltando a generosidade do rei inglês, Jorge III, em apoiar a resistência portuguesa contra Bonaparte. Assim como D. João fora exaltado pela

Gazeta, Tolstói ilustra em *Guerra e Paz* como membros da sociedade russa também exaltavam o seu tzar, sendo que constrói nas falas da personagem de Anna Pávlovna um discurso esperançoso, enxergando Alexandre I como aquele que poderia salvar a Europa das atrocidades de Napoleão.

Mas há outros pontos em comum, como o caso do duque d'Enguien, lembrado em ambos os textos e apresentado como justificafiva para reafirmar porque Napoleão fica conhecido e passa a ser chamado de *assassino*, tratamento este que reafirmava a não aceitação de Bonaparte enquanto *imperador* da França. Na *Gazeta*, apesar do redator referir-se a Napoleão sob o título de *imperador*, em tais artigos prevalece o tom irônico, às vezes acompanhado por algum complemento – como, por exemplo, *Imperador dos franceses*, transmitindo a ideia de que apenas estes o concebiam sob tal título. Em *Guerra e Paz* a questão fica em aberto, sendo que na maior parte da obra, o narrador refere-se a Napoleão enquanto *Imperador*, mas se algumas personagens usam esse mesmo título para mencioná-lo, outros se recusam veementemente.

Consequentemente, a partir desse componente, o que salta aos olhos é o elemento nacionalista presente em ambos os textos. Segundo o especialista em história russa, Dominic Lieven, "o viés nacionalista da história existe em todos os países, e especialmente quando se trata de escrever sobre a guerra"[318]. No caso de Portugal e Rússia não foi diferente, tendo em vista que tanto o periódico *Gazeta do Rio de Janeiro* quanto a obra *Guerra e Paz* apresentaram elementos de seu nacionalismo, cada um a sua maneira. Lieven ainda ressalta que o período das guerras napoleônicas ocorreu justamente no despertar do nacionalismo europeu, podendo assim considerar o impacto que tais sentimentos patrióticos tiveram sobre os escritos contemporâneos a Napoleão e os que vieram depois dele, contribuindo fortemente para a construção do *mito napoleônico*. No entanto, Lieven destaca a importância que *Guerra e Paz* teve na Rússia no que diz respeito às guerras napoleônicas, sendo que apesar de "todas essas distorções grosseiras", a interpretação oficial sobre esses eventos que foi adotada durante o período soviético:

[318] LIEVEN, Dominic. *Rússia contra Napoleão*: a batalha pela Europa, de 1807 a 1814. Tradução: Fabiana Carvalho. Barueri, SP: Amarilys, 2014, p. 5.

permaneceu, de muitas formas, fiel ao espírito de Lev Tolstói, sem dúvida o mais importante criador de mitos do século XIX no que se refere a seu impacto na compreensão interna (e internacional) do papel desempenhado pela Rússia na Era Napoleônica.[319]

[319]Ibid, p. 8.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Consulta de Documentos Digitais:

Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821). Rio de Janeiro: Impressão Régia (microfilmes em *PDF*, disponíveis pela Biblioteca Nacional Digital do Rio de Janeiro – *BNDRJ*).In: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm>. Acesso em 18 de Maio de 2016.

Papéis vários [Manuscrito] Tomo 3, "O Discurso do Imortal Guilherme Pitt…" (e outros), Documento nº 22, pp. 8. (disponíveis pela Biblioteca Nacional Digital de Portugal – *BNDP*). In: <http://purl.pt/16598/3/>. Acesso em 18 de Maio de 2016.

2. Obras em língua russa:

ГОГОЛЬ, Н. *Мертвые души*. Москва: АСТ, Люкс; 2005.

ДОСТОЕВСКИЙ, Федор Михайлович. Преступление и наказание. Москва: Художественная литература, 1957. Disponível: <http://public-library.ru/Dostoevsky.Fedor/prestup.html. Acesso em 13/jun/2016>.

ПУШКИН, А. С. *Пиковая дама*. In: А. С. Пушкин Собрание сочинений в 10 томах. Т. 5, М. Москва: Государственное издательство Художественной Литературы, 1960.

3. Bibliografia Principal:

ADORNO, Theodor. *A posição do narrador no romance contemporâneo*, in Textos Escolhidos. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

_____. *Notas de Literatura*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,1973.

AUERBACH, Erich. Mimesis. *A representação do realismo na literatura ocidental*. São Paulo, Perspectiva, 1971.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981.

_____. *Questões de Literatura e Estética:* A teoria do romance. São Paulo, Hucitec, 1990.

BARTLETT, Rosamund. *Tolstói*: a biografia. São Paulo: Globo, 2013.

BARTHES, Roland. O efeito do real. In: BARTHES, Roland et al. *Literatura e semiologia*. Petrópolis: Vozes, 1972 (pp. 35-44).

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: Benjamin, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura.* Obras Escolhidas. Volume I. 5. Ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BERLIN, Isaiah. *Pensadores russos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*: ou o ofício de historiador. Tradução André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BONET, Carmelo. *El Realismo Literário*. Buenos Aires, Editorial Nova, 1998.

BURKE, P. As fronteiras instáveis entre história e ficção. In: **AGUIAR**, F. *Gêneros de fronteira:* cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997. (p.107-115).

CAPELATO, Maria H. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARLYLE, Thomas. *Os heróis e o culto dos heróis.* São Paulo: Cultura Moderna, s/d.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental*. Volume III. São Paulo: Leya, 2011.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. O mundo como representação. In: *À Beira da Falésia*: a História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: UFGRS, 2002, p. 61-79.

CHATEAUBRIAND, F. R. *De Bonaparte e dos Bourbons.* Disponível em: <http://lafautearousseau.hautetfort.com/media/02/00/1411476113.pdf>.

COSTA LIMA, Luiz. A narrativa na escrita da história e da ficção. In: COSTA LIMA, Luiz. *A aguarrás do tempo*: estudos sobre a narrativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, pp. 15-120.

_____. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Mimesis*: desafio ao pensamento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *O controle do imaginário*: razão e imaginário no Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DAVIDSON, Donald. *Subjective, Intersubjective, Objective*. New York: Oxford University Press Inc, 2001.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Crime e castigo.* Tradução: Paulo Bezerra. SãoPaulo: Editora 34, 2009.

EIKHENBAUM, B. A teoria do método formal. In: TODOROV, Tzvetan (Org.) *Teoria da literatura I* – Textos dos formalistas russos apresentados por Tzvetan Todorov. Lisboa: Ed. 70, 1999, p.29-71.

EMERSON, Caryl. *The Cambridge Introduction to Russian Literature*.Cambrigde: Cambridge University Press, 2008.

GÓGOL, Nikolai. *Almas mortas*. Tradução: Tatiana Belinky. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOMIDE, B. B. *Da estepe à caatinga: o romance russo no Brasil (1887-1936).* SãoPaulo: EDUSP, 2012. Citado aqui na versão inicial da tese de doutorado, IEL/UNICAMP, 2004.

GÓRKI, Máximo. *Leão Tolstói.* Tradução de Rubens Pereira dos Santos. São Paulo: Perspectiva, 1983.

GOTTERI, Nicole. *Napoleão e Portugal.* Tradução: Paula Reis. Lisboa: Teorema, 2006.

GREENBLATT, Stephen. *O novo historicismo*: ressonância e encantamento. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 244-61.

_____. *The new historicism reader*. New York: Routledge, 1994.

HOBSBAWN, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.

HORNE, Alistair. *A era de Napoleão: o homem que reinventou a França*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado:* contribuição semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2011.

LIEVEN, Dominic. *Rússia contra Napoleão*: a batalha pela Europa, de 1807 a 1814. Tradução: Fabiana Carvalho. Barueri, SP: Amarilys, 2014.

LUCA, Tania Regina de; **MARTINS**, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.

LUKÁCS, Georg. *Marxismo e Teoria da Literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 1968.

_____. *Teoria do romance*. Lisboa, Presença, sd.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império:* Portugal e Brasil: Bastidores da política (1798-1822). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina*: A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-182). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 218f. Mestrado – Intituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 2006.

NEVES, José Accúrsio das. *A generosidade de Jorge III. e a ambição de Bonaparte, Wellesley, e os Generaes Francezes*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1809.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte*: imaginário e política em Portugal (1808-1810). São Paulo: Alameda, 2008.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Dom João VI no Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Cia, 1908.

PÚCHKIN, Alexandr. *A dama de espadas*.Tradução: Boris Schnaiderman e Nelson Ascher. São Paulo: Editora 34, 2013.

RODRIGUES, GraçaAlmeida. Breve história da censura literária em Portugal. Instituto de cultura e língua portuguesa, Ministério da Educação e Ciência. Lisboa, Bertrand, 1980.

SANTOS, Pedro Brum. *Teorias do romance*: relações entre ficção e história. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996.

SCHNAIDERMAN, Boris. *Leão Tolstói*. São Paulo: Ed. Perspectiva S. A., 1983.

_____. Uma visão dialética e radical da literatura. In: JAKOBSON, Roman. *Lingüística; poética; cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 175-182.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza de. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822):* cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise:* Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STOIANI, Raquel. *Napoleão visto pela luneta d'El-Rei*: construção e usos políticos do imaginário francês e napoleônico na América portuguesa (ca. 1808-1821). 2009. 487f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2009.

TEZZA, CRISTÓVÃO. *Entre a prosa e a poesia*: Bakhtin e o formalismo russo. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

TODOROV, Tzvetan. Introdução ao verossímil. In: TODOROV, Tzvetan. *Poética da prosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (pp.113-123).

TOLSTÓI, Liev. *Guerra e paz.* Trad.: Rubens Figueiredo. São Paulo: CosacNaify, 2011.

_____. *A morte de Ivan Ilitch – Senhores e Servos*. Trad.: Marques Rebelo. São Paulo: Publifolha, 1998.

_____. *Os últimos dias*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

_____. *Ressurreição*. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 375-399.

WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WHITE, Hayden. *Figural realism*: studies in the mimesis effect. Baltimore/London: Johns Hopkins University Press, 1999.

_____. O texto histórico como artefato literário. In: *Trópicos do discurso*: ensaios sobre a representação da cultura. São Paulo: EdUSP, 2001, pp. 97-116.

ZAMOYSKI, Adam. *1812: A marcha fatal de Napoleão rumo a Moscou.* Rio de Janeiro: Record, 2014.

4. Bibliografia Complementar:

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Noites brancas*. Tradução: Nivaldo dos Santos. São Paulo: Editora 34, 2005.

FLAUBERT, Gustave. *Um coração simples*. Tradução: VAZ, Clotilde M., VAZ, Daniel e RICKMANN, Simia K. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicinário de língua portuguesa.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

GOETHE, Johann Wolfgang. *Os sofrimentos do jovem Wherter*. São Paulo: Ed. Abril, 2010.

GÓRKI, Máximo. *Três russos e como me tornei um escritor*. Trad.: Klara Gourianova. São Paulo: Martins, 2006.

LEENHARDT, Jacques e **PESAVENTO**, Sandra Jatahy (Orgs). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

LESKOV, Nikolai. *Homens interessantes e outras histórias*. Tradução: Noé Oliveira Policarpo Polli. São Paulo: Editora 34, 2012.

NEVES, José Acúrsio das. *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*. In: Obras Completas. Porto: Edições Afrontamento, 1984.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista – discurso do conforto:* velho e novo mundo. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SOUZA, Carolina R. *Motivos tolstoinianos em Max Weber (1877-1919)*. 57f. Monografia (Bacharelado em História) – ICHS – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

TURGUENIEV, Ivan. *Pais e filhos*. Trad.: Rubens Figueiredo. São Paulo: CosacNaify,2004